

Leonardo Leonidas de Brito

Vera Lúcia Bogéa Borges

Volume 1

História do Brasil III

HINO NACIONAL

Ouviram do
De um povo
E o sol da
Brilhou

as margens plácidas
brado retumbante,
em raios fúlgidos,
pátria nesse instante.

de
m braço forte,

"ULTIMA HORA" HAVIA ADIANTADO, ONTEM, O TRÁGICO PROPÓSITO

MATOU-SE VARGAS!

O PRESIDENTE CUMPRIU A PALAVRA: "SÓ MORTO SAIREI DO CATETE!"

EXTRA

Ultima Hora

AS 8.30 HS. DA MANHÃ DE HOJE O MAIOR LÍDER POPULAR QUE O POVO BRASILEIRO JA CONHECEU ENFERMOU DE NO DO DRAMÁTICO SUA GRANDE VIDA. TIRO NO CORAÇÃO - O GENERAL AINDA ENCONTROU CONVIDADO PRESIDENTE - DESOLUÇÃO NO CATETE

A Mensagem Que Vargas Deixou Pouco Antes de Desfechar Contra o Peito o Tiro Fatal: "A SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXO O LEGADO DE MINHA MORTE. LEVO O PEZAR DE NÃO TER PODIDO FAZER PELOS HUMILDES TUDO AQUILO QUE EU DESEJAVA."



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Brasil III

Volume 1

Vera Lúcia Bogéa Borges
Leonardo Leonidas de Brito



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente
Masako Oya Masuda

Vice-presidente
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Vera Lúcia Bogéa Borges
Leonardo Leonidas de Brito

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Fabio Peres
Henrique Oliveira
Jorge Amaral
Paulo Cesar Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

COPIESQUE

Cristina Freixinho
Renata Lauria
Thelenayce Ribeiro

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoy
Cristina Freixinho
Elaine Bayma
Janaina Santana
Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Bianca Lima
Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2010, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B732h

Borges, Vera Lúcia Bogéa.

História do Brasil III. v. 1/ Vera Lúcia Bogéa Borges, Leonardo Leonidas de Brito. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011. 218 p.; 19 x 26,5 cm.

1. República. 2. Período da Segunda República. 3. Estado Novo. 4. Governo Juscelino Kubichek (1956-1960).

CDD 981

2011.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2. Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiraves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

Aula 1	– A República em transformação?	7
Vera Lúcia Bogéa Borges / Leonardo Leonidas de Brito		
Aula 2	– 1930: Revolução?	25
Vera Lúcia Bogéa Borges / Leonardo Leonidas de Brito		
Aula 3	– Anos 30 e a política – Rupturas e Permanências	43
Vera Lúcia Bogéa Borges / Leonardo Leonidas de Brito		
Aula 4	– O Estado Novo (1ª parte)	69
Vera Lúcia Bogéa Borges / Leonardo Leonidas de Brito		
Aula 5	– O Estado Novo (2ª parte)	95
Vera Lúcia Bogéa Borges / Leonardo Leonidas de Brito		
Aula 6	– O tempo da experiência democrática	121
Vera Lúcia Bogéa Borges / Leonardo Leonidas de Brito		
Aula 7	– Populismo – A trajetória de um conceito no Brasil	153
Vera Lúcia Bogéa Borges / Leonardo Leonidas de Brito		
Aula 8	– Desenvolvimento e “Nacional desenvolvimentismo” no governo JK (1956-1960)	179
Vera Lúcia Bogéa Borges / Leonardo Leonidas de Brito		
Referências		207

Aula 1

A República em transformação?

*Vera Lúcia Bogéa Borges
Leonardo Leonidas de Brito*

Meta da aula

Discutir as relações entre a proclamação da República e as principais características da Primeira República no Brasil.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. estabelecer as relações entre as mudanças ocorridas na política brasileira e as transformações econômicas e sociais do final do século XIX;
2. identificar os principais aspectos do processo político durante a Primeira República, relacionando-os às relevantes características econômicas e sociais predominantes na realidade brasileira.

Do Império à República: a proclamação em questão

No final do século XIX, o Brasil passou por importantes mudanças, dentre as quais destacamos a abolição da escravidão e a proclamação da República. Neste sentido, as mudanças ocorridas na estrutura econômica do país trouxeram desdobramentos nas esferas política e social que merecem nossa atenção.

Uma dessas mudanças foi o café. Na história da grande lavoura brasileira durante o período monárquico, assinala-se o êxito espetacular do desenvolvimento dessa nova cultura, que operou a transformação completa da paisagem agrária em áreas imensas da parte meridional do país. Nas províncias de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, as lavouras cafeeiras substituíram progressivamente em vastas superfícies os antigos canaviais ou a primitiva cobertura florestal. Até cerca de 1880, o vale do rio Paraíba do Sul constituiu a mais importante área de produção cafeeira do país e o sustentáculo da economia do Império. Na segunda metade do século XIX, o comércio cafeeiro foi caracterizado pela extraordinária expansão do consumo e o consequente dinamismo das exportações.

Neste período, ocorreram fenômenos importantes que introduziram várias modificações nas estruturas econômica e social do país, o que contribuiu para o desenvolvimento relativo do mercado interno e estimulou o processo de urbanização. Primeiramente, realçamos a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com o fim do tráfico negreiro, a abolição em 1888 e a entrada de imigrantes no Sul do país. O processo para a utilização do trabalho livre e assalariado ocorreu de forma gradual e possui complexa relação entre a grande massa de trabalhadores das fazendas de café, ligados ao trato e à colheita, e o fazendeiro. O assalariamento era algo restrito e só atingia uma parcela da população trabalhadora, aquela que se dedicava ao beneficiamento do café, da secagem ao ensacamento.

A partir de 1850, com a cessação do tráfico e o aumento crescente dos preços dos escravos, o problema da substituição do escravo pelo trabalhador livre tornou-se mais agudo. Assim, a diminuição da oferta de mão de obra escrava coincidia com a expansão das lavouras cafeeiras no Sul do país. As dificuldades estimularam as tentativas de substituição do escravo pelo imigrante e provocariam o deslocamento de parte dos escravos das regiões decadentes do Nordeste para as prósperas regiões cafeeiras. Simultaneamente, se processaria, ainda, a migração de escravos dos centros urbanos para as zonas rurais.

Os africanos foram trazidos ao Brasil exatamente pelas mesmas razões que os levaram a outras áreas do Novo Mundo. Onde quer que a economia estivesse organizada e sempre que houvesse dificuldade para recrutar o nativo, os africanos forneceram o trabalho necessário. Nas áreas colonizadas a partir do modelo de **plantation**, desde o começo, não houve dúvidas sobre o *status* do africano: ele havia sido importado para ser escravo. Também não havia discussão sobre a condição de seus descendentes, que nasciam para serem escravos como seus pais. Ninguém também parecia preocupar-se em pensar a posição dos negros livres na sociedade. Durante quase quatro séculos, a escravidão teve papel tão fundamental no desenvolvimento histórico do país que era praticamente impossível separar dela qualquer aspecto da vivência humana. A instituição da escravidão proporcionava uma estrutura para as relações sociais e econômicas, um cenário para as decisões e os atos políticos e um contexto para os fenômenos culturais. Ninguém que vivesse no Brasil estava distante da sombra que ela lançava ou livre de sua influência. Homens e mulheres, leigos e religiosos, trabalhadores livres ou escravos, mercadores locais e comércio internacional, nenhum aspecto da vida brasileira permaneceu intocado ao fenômeno.

Plantation

Grande exploração agrícola monocultora, que engloba atividade de cultivo e beneficiamento às explorações escravistas coloniais no continente americano (sobretudo Brasil, Antilhas e Estados Unidos), cuja produção se destinava basicamente à exportação de gêneros tropicais (algodão, fumo, café, açúcar etc.).

Ocaso do Império

A crise do Império é um tema caro à historiografia. Recentemente, Maria Tereza Chaves de Mello (2009) procurou descortinar o sistema simbólico que legitimava e emprestava sentido às instituições monárquicas no Brasil. Os grupos reformadores debatiam não apenas no círculo fechado e restrito do Parlamento, por exemplo, mas na praça pública, percebida como verdadeiro *locus* da representação nacional e popular ao abrigar o uso político da razão e da crítica, segundo os termos da época. Para a autora, a última década monárquica foi marcada por uma crise de direção, conforme a formulação de **Gramsci**, uma vez que o poder da atração da ideologia imperial sobre o conjunto da sociedade se esvaziou. Consequentemente, os anos finais do decênio foram marcados pelo alto grau de politização da sociedade da corte que, por meio de comícios e palestras, apresentava a causa republicana assim como a abolicionista. Diante da exaltação da população, a polícia era frequentemente solicitada e reprimia as manifestações.

Antonio Gramsci (1891-1937)

Filósofo italiano e uma das referências do pensamento de esquerda no século XX. Ainda jovem, ingressou no Partido Comunista Italiano, e isso acabou por influenciar alguns dos temas constantes em sua obra, como, por exemplo, a necessidade de a classe operária ir além de seus interesses corporativos e a importância do papel político da cultura e da ideologia.

A proclamação da República

Uma interpretação clássica sobre este período de transição da Monarquia à República é de Emília Viotti da Costa. Em seu livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, a autora, uma das maiores historiadoras brasileiras, afirma que a proclamação da República resultou da conjugação de três forças: de uma parcela do Exército, dos fazendeiros do oeste paulista e dos representantes das classes médias urbanas. Essas três forças apenas temporariamente se reuniram em torno do ideal republicano. De fato, membros do Exército, fazendeiros paulistas e representantes das camadas médias conservaram profundas divergências que logo se revelaram durante a organização do governo republicano, quando suas contradições vieram à tona em numerosos conflitos. Se, na forma, a organização do poder político havia mudado, na prática, pouca coisa mudou. Segundo Emília Viotti, as condições de vida dos trabalhadores

continuaram as mesmas, manteve-se o sistema de produção, o caráter colonial da economia e a dependência em relação aos mercados e aos capitais estrangeiros. Para Emilia Viotti, “o ano de 1889 não significou uma ruptura no processo histórico brasileiro”.



Atende ao Objetivo 1

1. Emília Viotti afirma:

A melhor conservação das estradas de rodagem e traçado de novos caminhos, a abertura de vias férreas, o progresso nos métodos de beneficiamento de café, com o emprego de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas, contribuirão para modificar as relações de produção, favorecendo a passagem do trabalho servil para o trabalho livre, criando maiores possibilidades para a imigração. (...) O movimento abolicionista extinguiu-se com a Abolição. Fora primordialmente uma promoção de brancos, de homens livres. A adesão de escravos viera depois. Nascera mais dos entraves que esta representava para a economia em desenvolvimento, do que propriamente do desejo de libertar a raça escravizada em benefício dela própria, para integrá-la à sociedade dos homens livres. Alcançado o ato emancipador (Abolição da escravidão em 1888), abandonou-se a população de ex-escravos à sua própria sorte (COSTA, 1966, p. 154-450).

A partir dessa citação, estabeleça as relações entre as transformações econômicas e sociais e a mudança de regime político do final do século XIX.

Resposta Comentada

A partir da proibição do tráfico negreiro (1850) e, conseqüentemente, do fim da importação de escravos africanos, era imprescindível encontrar uma solução para a substituição da força de trabalho. No plano social, a imigração de trabalhadores não teria como apagar a marca da escravidão, que deixou sinais no país desde os tempos coloniais. Por sua vez, as modernizações do período não garantiram que a economia brasileira sofresse transformações radicais. Entretanto, as mudanças operadas e o fim da escravidão foram suficientes para solapar as bases sociais, econômicas e políticas da Monarquia, abrindo caminho para a proclamação da República.

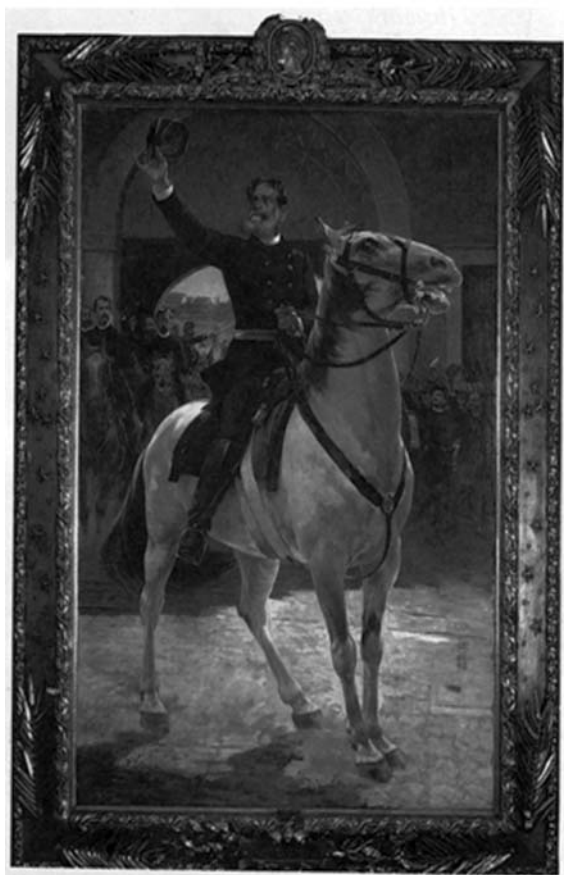
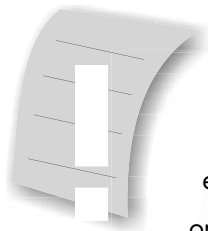


Figura 1.1: A proclamação da República – pintura de Henrique Bernardelli.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Republica1889.jpg>



Henrique Bernardelli (1857-1936) foi um pintor que se destacou com telas referentes aos temas nacionais. Nascido em Valparaíso, no Chile, viveu no Rio de Janeiro desde pequeno, onde iniciou, em 1870, seus estudos de pintura na Academia Imperial de Belas-Artes. Após a proclamação da República, esta escola transformou-se na Escola Nacional de Belas-Artes.

A leitura de Emília Viotti da Costa acerca do processo de proclamação da República merece ser examinada com vagar. Afinal, o que significou 15 de novembro de 1889? Primeiramente, apresenta a junção momentânea de forças que levou à proclamação da República, e esse processo teve como desfecho um golpe militar. Esse início de proposição permite-nos fazer reparos às versões tradicionais referentes a 15 de novembro, isto é, como resultado de três crises que abalaram o fim do Segundo Reinado: a abolição, a questão religiosa e a questão militar. Neste sentido, frente às mudanças ocorridas na estrutura econômica do país, que levaram à destruição dos esquemas tradicionais, a abolição e a República foram sintomas de uma mesma realidade. Podemos, no máximo, afirmar que a abolição dos escravos precipitou a queda da Monarquia, uma vez que, ao atingir os interesses das classes rurais, estas retiraram o apoio que davam ao trono.

De início, não podemos afirmar que a Igreja Católica em sua totalidade apoiava os ideais republicanos. O quadro eclesiástico no Brasil estava dividido e abrigava tanto figuras republicanas quanto monarquistas. O catolicismo era a religião oficial do Brasil, e a Igreja estava subordinada ao Estado por meio do regime do padroado, o que garantia ao imperador a escolha de clérigos para os cargos mais importantes e o consentimento final para a aplicação das bulas (decretos) papais. No último quartel do século XIX, o episódio que levou à interferência do Estado nos assuntos da Igreja – a prisão de bispos brasileiros obedientes às determinações

do papa, por ordem imperial – não foi uma exclusividade daquele período, pois ocorreu em diversos outros momentos, inclusive desde o período colonial. Por fim, o papel do Exército na proclamação da República não deve ser superestimado, pois o sucesso do golpe só foi possível devido às contradições profundas que abalavam o regime monárquico. Portanto, não foi algo fortuito ou obra do acaso ou, mesmo ainda, fruto inesperado de uma parada militar. Impregnados das ideias republicanas, muitos militares estavam convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros ao liquidar a Monarquia e instaurar a República. Entretanto, devemos ter clareza de que os militares não formavam um grupo coeso, ou seja, a ideia de República encontrava adeptos mais facilmente entre os oficiais de patentes inferiores e os alunos da Escola Militar; por sua vez, a Monarquia tinha apoio nos escalões superiores.

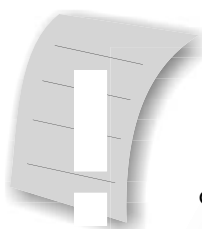
As mudanças institucionais advindas com a República

Afinal, quais foram as transformações ocorridas no Brasil com o advento da República?

Em fins do século XIX, as principais disputas políticas travadas permitiam delinear os contornos de um novo Estado brasileiro. Uma das reivindicações centrais dos republicanos repousava no federalismo. Segundo Rosa Godoy Silveira:

O Federalismo constituiu-se na reivindicação central dos republicanos contra o regime destituído em 1889 no País, tentativa de freio às peias excessivas que a monarquia impusera às províncias na condução de seus respectivos interesses. Portanto, significou uma força de centralização política abrangente, de forças díspares de um organismo social em vias de pluralização (SILVEIRA, 1978, p. 1).

Nesse sentido, o *federalismo* implantado no país serviu como resposta ao *centralismo* do Segundo Reinado e representou uma das grandes questões em debate na Constituinte. O assunto era tão importante que fora incluído no texto constitucional como *cláusula pétrea*, o princípio “cardeal e solene” (a expressão constava no Manifesto Republicano de 1870); orientou a nova ordem política vigente, que resultou na primeira Constituição republicana, ou seja, a de 1891. Além disso, essa Constituição estabeleceu a harmonia e a interdependência entre os três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário –, assim como o sistema presidencialista de governo. Para tanto, as eleições suprimiram o voto censitário e consideravam eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluindo certas categorias, como os analfabetos, os mendigos e os praças militares. Além disso, o Estado e a Igreja passaram a ser considerados instituições separadas, e o catolicismo deixou de ser a religião oficial no Brasil.



Federalismo

Dentre os princípios fundamentais do federalismo, podemos destacar:

- a defesa ou estabelecimento de um governo central para todo o país;
- governos regionais autônomos (estados, províncias, *lander*, cantões) para as demais unidades territoriais;
- a distribuição dos poderes e das funções de governo entre os governos central e regionais;
- a atribuição de um conjunto de direitos e deveres às unidades regionais;
- a autorização, aos governos de ambos os níveis, para legislar, tributar e agir diretamente sobre o povo;
- o fornecimento de vários mecanismos e procedimentos para a resolução dos conflitos e disputas entre os governos central e regionais, bem como entre duas ou mais unidades regionais.

Outra questão merece nossa atenção: por que o quadro de Henrique Bernardelli, *A proclamação da República*, é protagonizado por um militar? No Brasil, o primeiro presidente da República foi Deodoro da Fonseca, devidamente retratado na tela em questão. Naquela embrionária República, os militares se constituíram na força mais representativa da composição do novo regime. Desde 1889, aqueles que compunham as fileiras do Exército brasileiro foram importantes protagonistas na esfera política do país. Entretanto, inúmeros eram os problemas que marcavam aquela instituição, como, por exemplo, as precárias condições existentes nos quartéis, as manifestações de indisciplina, o baixo profissionalismo, o predomínio das relações pessoais, entre outros. Depois da proclamação da República, muitos militares estavam preocupados em atender a apetites pessoais ou de grupos e, como consequência, deixaram de herança uma tensão entre essas práticas e a constituição de um Exército profissional.

A ordem oligárquica e a Primeira República

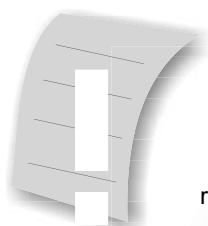
Desde a administração de Campos Sales, quarto presidente do Brasil, pelo menos as oligarquias conseguiram consolidar um sistema de poder capaz de administrar conflitos internos. Portanto, a extensão do direito do voto não impediu que prevalecesse o predomínio de interesses da elite política, principalmente os dos grandes cafeicultores, inaugurando-se, assim, um arranjo conhecido como **política dos governadores** ou política dos estados.

Dessa forma, em linhas gerais, o acordo procurava reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada estado ao prestigiar os grupos mais fortes que, sintonizados com o governo federal, deveriam garantir, ainda, a harmonia das ações entre os poderes Executivo e Legislativo. Naquele contexto histórico, a dominação não só se estabelecia como se consolidava por meio da construção de um consenso hegemônico. No Brasil, em nome da garantia

Política dos governadores

Tinha por objetivo harmonizar os interesses dos estados, principalmente os mais ricos, e fortalecer as situações estaduais, ao assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis.

da ordem econômica, obtida principalmente por intermédio dos lucros alcançados pelo café, as questões sociais pareciam fracas e empalidecidas. É importante observar que o fortalecimento da elite política colocou em segundo plano as questões dos demais grupos sociais. Assim, a dominação política pelos setores hegemônicos garantiu a predominância de sua concepção de mundo naqueles anos.



Hegemonia

A utilização do conceito de hegemonia aqui apresentado reporta-se à teoria marxista e a Antonio Gramsci. Ao pensarmos a divisão da sociedade em classes antagônicas, é importante destacar que aqueles que ocupam o poder, mais do que a possibilidade de efetivação da opressão física, valem-se, ainda, de mecanismos de dominação ideológica. Na relação entre dominadores e dominantes existe espaço para as concessões realizadas sempre dentro de determinados limites. Dessa forma, com a garantia de certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante, ou mesmo uma fração dela, é criada e recriada numa teia de instituições, de relações sociais e de ideias. Nesse sentido, os intelectuais têm papel organizativo na sociedade, ao confeccionarem aquilo que Gramsci intitula de *textura de hegemonia*.

No Brasil, a existência de um Estado, na prática, centralizador e autoritário que atendia aos interesses de determinados grupos sociais estava baseada na participação dos municípios brasileiros. Além das atribuições locais, os municípios eram responsáveis pela realização das eleições e tinham importante participação tanto na receita quanto na organização policial e judiciária. Assim, um fenômeno político que bem caracteriza a Primeira República é o *coronelismo*, marcado por uma relação de compromisso, clientela e compadrio entre os proprietários e a população camponesa.



Coronelismo e voto de cabresto

O coronelismo é uma prática de cunho político e social, típica do meio rural e das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República (1889-1930) e que configura uma forma de mandonismo em que a elite, ou uma parcela dela, normalmente representada pelo proprietário rural, detém o poder econômico, social e político local. Nesse período, em relação às eleições, o município elegia nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia. Por essa razão, ali estava o centro das maiores manipulações do sistema. Os coronéis comandavam o eleitorado de cabresto (voto de cabresto) e, portanto, eram legítimos integrantes do pacto, uma vez que, ao conseguirem os votos, obtinham em troca o reconhecimento de sua autoridade política.

A despeito da política dos estados, existiram momentos em que o consenso oligárquico rompeu-se. Portanto, nesta fase da história republicana, existiram vozes dissonantes que se manifestaram em diversos momentos anteriores a 1930. No princípio do século XX, por exemplo, as autoridades enfrentaram os desafios que o incipiente movimento operário apresentava. A cidade do Rio de Janeiro serviu de cenário para a primeira greve geral no setor têxtil, ocorrida em 1903, e que fora devidamente acompanhada pela imprensa carioca. Para alguns estudiosos, como Francisca Nogueira de Azevedo (2005), essa ação da classe trabalhadora serviu de motor para o debate acerca da cidadania que, por conseguinte, apresentou-se como contraponto à lógica oligárquica da Primeira República.

Questões como a rigidez do sistema republicano e a restrição da participação social da população em geral tiveram seus desdobramentos na Revolta da Vacina, ocorrida no ano seguinte, assim como em outra greve que estourou em 1906 e, por fim, nas medidas punitivas adotadas como desdobramento da lei de expulsão

de estrangeiros, de 1907, a Lei Adolfo Gordo. A violência desses protestos demonstrava a existência de, pelo menos, duas realidades distintas na capital federal: de um lado, a ideia de transformá-la em cidade do mundo civilizado e, de outro, o cotidiano massacrado das grandes massas de despossuídos urbanos. No Brasil, a existência de quase quatro séculos de escravidão dificultava ainda mais a identidade do trabalhador enquanto classe, uma vez que o trabalho estava normalmente relacionado ao cativo ou ao homem livre que não tinha condições de possuir escravos. Por conseguinte, esta era uma condição difícil de ser reconhecida. Talvez isso ajude, em parte, a explicar a estratégia de arbitrariedade e de opressão da classe dominante em relação aos operários. Além disso, todos deveriam seguir a ordem estabelecida; em outras palavras, quem não trabalhasse e contestasse a ordem estabelecida poderia ser preso.

Nos setores oligárquicos, também era possível perceber o dissenso. A política dos governadores não trouxe a estabilidade almejada pelas elites para tranquilizar a República no Brasil e, muito menos, isentou de conflitos alguns estados preponderantes, como São Paulo e Minas Gerais. A aliança entre esses estados apresentava inúmeras limitações de ordem política e econômica e proporcionava um clima de instabilidade que não só impedia a formação de forças nacionais – os partidos – como ainda atrofiava a articulação da oposição a esta situação. Reflexões mais recentes, por exemplo, a de Cláudia Viscardi (2001), apontam para os conflitos políticos do sistema oligárquico a partir da análise de diversos processos sucessórios presidenciais da Primeira República. Por conseguinte, a visão consagrada acerca do pretenso consenso existente no país até 1930 era tanto precária quanto limitada. O Estado republicano, em sua primeira etapa, era muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista.

Por fim, vale uma consideração de caráter mais geral. A respeito da primeira fase republicana, entre 1889 e 1930, algumas concepções se consagraram, valorando-a negativamente e identificando-a como *República Velha*, *República Oligárquica*

ou *República Café com Leite*. A primeira concepção refere-se ao suposto consenso existente na elite política em relação aos nomes que ocupariam o cargo de presidente da República. Essa noção normalmente se apoia na constatação da votação expressiva que o candidato pré-escolhido recebia no pleito – e que girava em torno dos 80%. Portanto, comumente as reflexões sobre o processo político se vinculam à constatação de que as eleições eram fraudulentas, com a prática do voto de cabresto a partir do controle exercido pelos chefes locais, os coronéis. Isso é fato, mas não deve ser elevado à categoria de característica síntese do processo político-eleitoral, uma vez que, na Primeira República, o paradigma oligárquico que disseminava a crença de distribuição natural do poder permitiu outras participações de parcelas distintas da sociedade. A segunda concepção pode levar à falsa crença de que essas votações expressivas garantiriam uma administração tranquila para o eleito ao exercício do poder. Em momento algum tentamos negar ou minimizar as práticas políticas daqueles anos, como as fraudes nas eleições, as arbitrariedades das autoridades locais e da coerção contra o eleitor. Entretanto, estamos convencidos de que se, por um lado, essa constatação contribui para a compreensão da complexidade política de então, por outro, ela não tem como dar conta da totalidade desse jogo.



Atende ao Objetivo 2

2. Ao analisar o voto e a participação política na Primeira República, Dulce Pandolfi reproduz uma expressiva frase do senador Saldanha Marinho, dita em 1891: "Não era essa a República dos meus sonhos." Esta afirmativa expressava o sentimento de muitos republicanos que participaram do processo que culminou na proclamação da República.

Desde então, o regime republicano no Brasil apresentou determinadas características políticas que tiveram repercussões nas esferas econômica e social.

A partir daí, desenvolva o significado do título escolhido para a aula, isto é: *A República em transformação?*

Comentário

Com o novo regime republicano, construiu-se um sistema político orientado pelo princípio federativo. Dessa forma, as oligarquias, com destaque para a cafeeira, passaram a exercer grande influência nos rumos do país. O predomínio oligárquico não impediu que revoltas e greves eclodissem naqueles anos, destacando a atuação do incipiente operariado brasileiro, que contou com a experiência dos imigrantes que chegavam ao país. A esse quadro somava-se ainda uma parcela da população negra, que já não era mais escrava e, apesar de livre, tinha dificuldades para inserir-se na nova realidade brasileira.

RESUMO

A partir das principais características do Brasil no final do século XIX, apresentamos as diferentes forças relacionadas à proclamação da República. Além disso, traçamos o painel que permite a você visualizar os traços essenciais da etapa inicial republicana, isto é, a Primeira República. Para tanto, superamos a visão predominante que identifica o período apenas como associado aos interesses oligárquicos, com destaque para o setor cafeeiro. Nesse sentido, naqueles anos, realçamos tanto a existência dos

movimentos dos trabalhadores – com inúmeras greves e demais manifestações coletivas – quanto as discordâncias e disputas existentes no seio da oligarquia, que conturbaram o pretenso clima de marasmo que marcava a cena política do país.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos a década de 1920 no Brasil e debateremos os acontecimentos que marcaram a crise da Primeira República e a preparação para a eclosão da Revolução de 1930.

Aula 2

1930: Revolução?

Vera Lúcia Bogéa Borges

Leonardo Leonidas de Brito

Meta da aula

Discutir a década de 1920 no Brasil a partir do debate sobre os acontecimentos que marcaram a crise da Primeira República e a preparação para a eclosão da Revolução de 1930.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. avaliar a década de 1920, destacando os acontecimentos que assinalaram a crise da Primeira República no Brasil;
2. identificar a industrialização e a urbanização como processos sociais que envolveram novas relações entre os grupos sociais formados por industriais e operários;
3. avaliar a situação geral que levou à Revolução de 1930.

INTRODUÇÃO

Na Primeira República (1889-1930), a década de 1920 é considerada uma das mais importantes do ponto de vista da história econômica, política e cultural brasileira e mesmo ocidental, representando um período de transição e de grande efervescência. Nesta etapa, os interesses da cafeicultura e do Estado brasileiro pareciam se confundir. Em 1922, com a inflação em alta, o país foi atingido por uma crise **fiscal**, e as contas públicas não apresentavam saldo positivo. Essa conjuntura econômica desfavorável repercutiu nas exportações do café. Diante do desequilíbrio financeiro (sistema econômico em crise) do governo, o Estado brasileiro precisou recorrer a empréstimos no exterior para equilibrar seu orçamento. Todavia, o *déficit* – quando as despesas e os pagamentos superam o faturamento e o total de crédito – persistia, e o Estado brasileiro precisou recorrer a medidas como a emissão de moeda ou, ainda, à colocação de títulos da dívida pública no mercado. Os estados cafeicultores saíram em defesa do seu produto. Entretanto, para garantir o preço do café diante da ameaça de superprodução (excesso de produção em relação à demanda), era necessário que os estoques excedentes fossem comprados, o que, na prática, significava mais gastos públicos.

Por sua vez, a crise política dos anos 1920, a partir da sucessão presidencial de 1922, levou ao confronto que permitiu a formação da Reação Republicana, que buscou construir um eixo alternativo de poder, ao lançar a candidatura do político fluminense Nilo Peçanha. Os pontos básicos do Manifesto eram a crítica ao processo adotado pelos grandes estados para a escolha do candidato à presidência, a reivindicação de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a exigência de maior credibilidade para as Forças Armadas. Do ponto de vista econômico, o Manifesto elegia o equilíbrio cambial como sua prioridade. Como destaca a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (1993), este movimento deve ser compreendido como chave para o entendimento do

Fiscal

Relativo ao dinheiro arrecadado pelo Estado; receita; erário; fisco. Assim, a política fiscal corresponde à ação do Estado quanto aos gastos públicos e à obtenção de receita pública. As principais formas de receita do Estado são: impostos, empréstimos, venda de bens, serviços, concessões e emissão de dinheiro.

comportamento de um sistema, senão em seu todo, pelo menos com alguns de seus segmentos sociais específicos. Esta disputa entre os grandes estados e os intermediários revelou as tensões regionais entre as forças oligárquicas e desnudou as contradições do federalismo brasileiro. Desde o estabelecimento da política dos governadores, havia se instaurado no país uma cultura política que se consolidou, congelando a competição, neutralizando as oposições e domesticando os conflitos políticos. Neste sentido, a Reação Republicana representou exatamente um momento de contestação desse sistema, inaugurando uma fase de questionamento da ordem vigente. Todavia, as inúmeras divergências que dividiam a elite política dominante quanto à implantação de medidas de defesa da cafeicultura não podem ser consideradas como fator determinante para a ocorrência da cisão política e o surgimento da Reação Republicana. Assim, o comportamento das bancadas dos estados do Norte e do Nordeste (considerados estados de segunda grandeza) nas discussões na Câmara Federal não demonstrou claramente uma posição coesa e contrária às propostas encaminhadas pelo eixo Minas-São Paulo, principais estados cafeicultores. Os resultados malfadados da política de valorização do café acirraram o descenso entre as forças oligárquicas do eixo Minas-São Paulo e dos estados do norte e nordeste.

No Brasil, no final do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), formou-se uma frente para a sucessão presidencial, conhecida como Reação Republicana, que apresentou, como candidato de oposição, Nilo Peçanha. Por sua vez, a outra candidatura estava veiculada ao Palácio do Catete (local de residência do presidente da República), sendo a vencedora, com o nome de Arthur Bernardes. A disputa entre candidatos não era algo comum no período da Primeira República (1889-1930) e ocorreu em outras duas ocasiões. A primeira, em 1910, entre o marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, com a campanha civilista, que surgiu como reação à campanha militarista. Para os adeptos deste último candidato, era necessário garantir que o exercício do poder do Estado fosse exercido por civis e, assim, fosse

afastada qualquer predominância dos militares sobre a sociedade. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a discussão referente às relações entre o meio civil e o meio militar estava na ordem do dia. Por sua vez, a segunda disputa presidencial, em 1930, foi o enfrentamento entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, a partir da Aliança Liberal. Portanto, no regime oligárquico daqueles anos, tanto existia dissidência interna quanto mobilização dos diferentes setores sociais diante das eleições.

A Capital Federal em tempos de reação republicana

Ainda em 1922, o Rio de Janeiro transformou-se numa sala de visitas, devido às discussões que envolviam a Exposição do Centenário de 1922. A comemoração que envolvia a cidade era considerada assunto importante para as elites brasileiras, uma vez que a cidade deveria ser a primeira dentre todas as outras e provocar, ainda, o elogio de todos os que a visitassem. Naquele momento, discutia-se o modelo para as reformas urbanas que deveria ser adotado pela Capital Federal do país. O primeiro modelo associava-se à Europa, ou seja, uma grande cidade que serviria de exemplo para todas as outras. Já o segundo seguiria o referencial americano, isto é, uma cidade apartada do resto do país, voltada exclusivamente para abrigar os poderes nacionais.

Para comemorar os cem anos da Independência do Brasil, organizou-se, no centro na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, um grande evento, para o qual foram construídos prédios, tanto para abrigar a exibição dos produtos originários de diversos países quanto pavilhões para receberem todos os Estados brasileiros que deveriam expor o que de melhor produziam. A regulamentação oficial das atividades veio por meio de um decreto de 1921. A duração inicial estava prevista entre 7 de setembro de 1922 e 31 de março de 1923; entretanto, o período foi prorrogado e estendeu-se até 24 de julho de 1923.



Figura 2.1: Grandes acontecimentos: a Exposição de 1922.

Fonte: Poppovic (1983, p. 26).

Novos ventos continuavam soprando e colocavam em xeque os padrões culturais e políticos da Primeira República. Neste período de profundas transformações na sociedade brasileira, podemos destacar uma demanda por maior participação dos setores urbanos, uma insatisfação dos setores militares, além de desenvolverem-se também novas formas de pensamento e elaboração cultural.

Nos anos 1920, a situação de crise do Estado oligárquico liberal levou, por exemplo, a ação de um grupo de intelectuais católicos a atuarem em diferentes esferas. Podemos destacar a atuação de Jackson Figueiredo no Centro Dom Vital e na revista *A Ordem*, ao defender um catolicismo praticante e militante, que reuniu em torno de si um grupo cada vez mais crescente e extremamente combativo de intelectuais, liderando, assim, a renovação católica brasileira. A doutrina político-religiosa visou conclamar os católicos a assumirem uma postura mais ativa nos acontecimentos do país. Portanto, a retomada do papel da Igreja como líder moral da sociedade era algo considerado muito importante. Para o grupo liderado por Jackson Figueiredo, a consciência do povo brasileiro era, antes de tudo, uma consciência

cristã, e, portanto, a ação política deveria seguir esta orientação moral da nação. A história e a tradição eram as únicas maneiras de afastar a ameaça de dominação cultural norte-americana, identificada com o protestantismo. A pátria não poderia existir sem a fé católica. Portanto, a defesa da educação religiosa baseava-se na incoerência de existir uma Constituição leiga para uma nação tradicionalmente católica. O alvo das críticas estava focado no liberalismo, pois havia um sentimento de exclusão com a separação entre Estado e Igreja, trazida pela Constituição republicana de 1891. O nacionalismo defendido pelo grupo tinha a marca moralista, e a integração ao mundo civilizado, leia-se *católico*, era o caminho para a construção da nação.

Como contraponto a esta percepção católica, uma gama de intelectuais liberais, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, estavam envolvidos na criação da *Associação Brasileira de Educação*; estes intelectuais, alguns anos mais tarde, assinariam o *Manifesto da Educação Nova*. Para este grupo, as principais bandeiras de luta centravam-se na defesa de novas práticas pedagógicas a partir de um ideário em bases urbano-industriais e democráticas. Os pontos fundamentais eram a educação pública, universal e gratuita; todos deveriam receber o mesmo tipo de educação, pois assim haveria uma igualdade básica de oportunidades. O importante trabalho da cientista social Helena Bomeny (2000) serve de ponto de partida para a análise da trajetória destes pensadores que se mobilizaram na missão de modernizar o país por meio da educação, o que para eles era fundamental para o projeto de nação. A Igreja Católica reagia, por ser proprietária de grande parte das escolas privadas no país. Com a ampliação do ensino gratuito, a instituição perderia um dos grandes esteios econômicos representado por aqueles estabelecimentos de ensino. Além disso, a ideia da escola pública representava uma ingerência do Estado, que viria diminuir a autonomia e influência católicas na sociedade. Concluem a historiadora Marilena Ramos Barboza e outros autores:

Nesse momento, a educação revestia-se de forte importância política, à medida que se acreditava no seu poder de moldar a sociedade a partir da formação intelectual e da abertura de novos campos de mobilidade e participação social. Seja na sua forma de organização, no seu conteúdo ou na direção que fosse dada, ela conduziria a sociedade a variados fins, refletindo, por consequência, os diversos projetos existentes para o país. A partir de 30, os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a educação seria um campo da batalha ideológica (BARBOZA, 1997, p. 53).



Ideologia

É um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública, tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. Além disso, o conceito de ideologia é importante para o pensamento marxista, sendo entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Assim, esse conceito refere-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta clara conotação negativa e crítica.

Neste contexto, os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir. Segundo Nicolau Sevcenko (2003), a rapidez e a profundidade da transformação que devassou a sociedade imprimiram na produção artística uma inquietação diretamente voltada para os processos de mudança. Nova literatura começou a despontar com Euclides da Cunha, Lima Barreto e

Monteiro Lobato, entre outros. Mesmo sem apresentarem inovações formais, esses escritores voltavam-se para a nova temática, no centro da qual colocavam o homem do campo e as injustiças sociais do país. O terreno estava, pois, preparado para a germinação da semente modernista. A ideia de organizar uma *Semana de Arte Moderna* partiu de Paulo Prado e Di Cavalcanti, que tinham a intenção de assustar “essa burguesia que cochila na glória de seus lucros”, nos dizeres do também modernista Mário de Andrade. Durante algumas noites do mês de fevereiro de 1922, o público, reunido no Teatro Municipal de São Paulo, escutou música de Villa-Lobos, poemas de Manuel Bandeira e textos de vários autores, entre eles, Mário de Andrade. Logo após a Semana, em maio de 1922, os modernistas começaram a publicar em São Paulo a revista *Klaxon*, que, para o crítico Alfredo Bosi (1997), foi o primeiro esforço concreto do grupo para sistematizar os novos ideais estéticos ainda confusamente misturados nas noites barulhentas do Teatro Municipal. Segundo Mônica Velloso (1988), de 1924 em diante consolidaram-se as diferenças entre as várias correntes do movimento modernista. Neste sentido, se, num primeiro momento, a questão da atualização da nossa cultura uniu indistintamente os modernistas na luta contra os gêneros literários tidos como *ultrapassados*, agora o problema mudara de configuração. Assim, para modernizar o Brasil, era necessário conhecê-lo, considerar as suas peculiaridades e propriedades. Por conseguinte, a admissão na modernidade estava associada à questão nacional e à construção da *brasilidade*; é neste ponto que se situaram as divergências quanto à forma mais adequada de apreendê-la.

A Primeira República em xeque: o movimento operário e o tenentismo

Na Primeira República (1889-1930), a classe operária brasileira tinha poucas possibilidades de despontar na vida social e política da sociedade capitalista republicana como força social

Anarquismo

Movimento político com atuação expressiva na história ocidental nos séculos XIX e XX que luta por uma sociedade livre de todo domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas por meio da própria ação exercida livremente num contexto sociopolítico em que todos deverão ser livres.

Comunismo

De acordo com o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels, propunha uma organização econômica, social e política do Estado na qual não existiriam classes nem propriedade privada, mas garantia de igualdade social e econômica para todos.

poderosa e independente. Para Boris Fausto (BERTRAND, 2000), era possível perceber que o proletariado brasileiro estava ainda nos estágios embrionários de sua formação como classe social distinta. A vida operária era um misto de superexploração na fábrica e repressão policial ou controle social e ideológico nas ruas e na cidade. Operários, ex-camponeses, marginais, mendigos, artistas, doentes, prostitutas e setores pauperizados da baixa classe média formavam um grande exército de desfavorecidos, que chegavam a constituir cerca de 70% da população urbana.

A criação do Partido Comunista ligou-se intimamente à conjuntura do movimento operário dos anos 1920, tanto que resultou da união de vários grupos espalhados pelo país e nascidos há pouco tempo. A formação do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)* deu-se em fevereiro de 1922 e, por meio de sua ação junto aos sindicatos e às lutas operárias, mas principalmente por intermédio de seu jornal *Movimento Operário*, acabou por tornar-se conhecido. De sua fundação até julho de 1922, quando foi decretado o estado de sítio, que lançou o incipiente partido na ilegalidade, o Movimento Operário tratava de travar um interessante e produtivo debate ideológico com as publicações de cunho **anarquista**, como o jornal *A Plebe*. Seria possível afirmar que uma parcela importante da ação **comunista** dirigia-se à condução do movimento sindical, tentando dar novas orientações a esta luta, principalmente no que dizia respeito à unidade sindical. No entanto, o estado de sítio (regime jurídico excepcional imposto à população em razão de uma situação de perigo para a ordem pública) cortaria esta discussão como, de resto, dificultaria muito a própria estruturação da organização comunista.

Na última década da Primeira República, o período de crise aguda apresentou o poder oligárquico em choque com numerosas dissidências que tentaram se organizar por meio de frentes oposicionistas como, por exemplo, o *tenentismo*. Em linhas gerais, podemos compreendê-lo como o conjunto de movimentos político-militares que contou com a participação de tenentes e outros

integrantes da oficialidade das Forças Armadas. Nesse conjunto, destacamos a *Revolta do Forte de Copacabana* (1922), a *Revolta de 1924* em São Paulo. Deste último movimento originou-se a *Coluna Prestes*, que percorreu o país até 1927. O tema tenentismo ainda provoca polêmica historiográfica, mas pode ser considerado como a reação mais explícita e organizada contra o regime político da Primeira República; apresentava caráter reformista e moralizador. Os tenentes não tinham uma proposta clara de reformulação política e defendiam para o país o poder centralizado por meio da prática nacionalista e do método da confrontação armada.



Atende ao Objetivo 1

1. Observe o telegrama do presidente da República Epitácio Pessoa a seu sucessor, eleito em março de 1922, Artur Bernardes:

Oficial – Urgentíssimo

Palácio do Catete, Rio, 5 de julho. 1922 – 4h10min

Presidente Estado

B. Horizonte

Hoje uma hora madrugada rebentou o movimento sedicioso nesta Capital em pequenas proporções circunscrito. Forte Copacabana que não pode atingir cidade. Alguns oficiais que seguiram Vila Militar intuito revoltar forças foram presos ao chegarem ali. Uma tentativa revolta de uma companhia batalhão de Caçadores mesma Vila foi prontamente sufocada. Ignorado paradeiro Marechal Hermes bem como general Joaquim Inácio. Marinha toda leal. Peço comunicar general Aché.

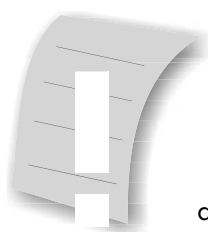
Saudações cordiais.

Epitácio Pessoa

Esse documento histórico reflete o calor dos acontecimentos no dia da eclosão do movimento dos tenentes em Copacabana em 1922. A partir da leitura do mesmo, que relação podemos estabelecer entre os movimentos dos tenentes e as insatisfações que marcavam o Brasil na década de 1920?

Comentário

Você deverá situar o movimento dos tenentes no corolário das insatisfações que surgiam em relação à ordem oligárquica hegemônica no Brasil da Primeira República. Apesar do caráter moralizador e difuso do tenentismo, o movimento serviu como síntese das insatisfações da época como, por exemplo, ao defender as restrições antidemocráticas da Primeira República.



Washington Luiz (1926-1930)

Foi o último presidente no período da Primeira República. Os dois últimos anos de sua administração foram marcados por abalos econômicos e mudanças na correlação de forças políticas predominantes no país. Na sua sucessão, apresentaram-se dois candidatos: o paulista Júlio Prestes, como candidato oficial, e Getúlio Vargas, como titular na chapa da Aliança Liberal, que selou o acordo entre gaúchos, mineiros e, posteriormente, paraibanos. A Aliança Liberal recebeu adesões diversificadas, e seu programa eleitoral demonstrou a necessidade de incorporação de uma diversidade maior de atores políticos em seus múltiplos interesses, o que permitiu uma plataforma mais aberta. O candidato oficial venceu as eleições, mas entre a divulgação dos resultados eleitorais, em março de 1930, e a eclosão do movimento ou revolução de 1930, em outubro daquele ano, ocorreram fatos que impediram a posse de Júlio Prestes. O motivo imediato para a deflagração da luta foi o assassinato de João Pessoa, vice na chapa de Vargas.

O significado e as leituras acerca da Revolução de 1930

Mas, afinal, diante desse cenário de transformações, como se deu o fim da Primeira República, que marcou a chegada de Getúlio Vargas ao poder? Os estudiosos do período têm compreensões distintas sobre aquele processo histórico. Dessa forma, podemos considerar que o movimento de 1930 ou “a Revolução”, como alguns historiadores consideram, tem um sentido bastante singular: ao mesmo tempo, foram destruídas as estruturas arcaicas e esgotadas da Primeira República, permitindo assim maior participação política de setores sociais mais amplos e descompromissados com os esquemas oligárquicos tradicionais. Neste sentido, o Estado modernizou-se e equipou-se para ingressar numa nova etapa de desenvolvimento do capitalismo em nosso país.

Boris Fausto (1997) considera que não podemos reduzir a Revolução de 1930 à questão da simples oposição entre o Brasil urbano e o Brasil rural, sendo a primeira força a vencedora. O historiador afirma que muitos industriais eram fazendeiros e que a maioria dos industriais paulistas apoiava não só o Partido Republicano Paulista (PRP) como o candidato Júlio Prestes, que tinha como opositora a chapa da Aliança Liberal encabeçada por Getúlio Vargas. Os autores dividem-se quanto aos principais impulsos do movimento: para alguns, podem ser buscados dentro das fronteiras do Brasil, a partir do esgotamento da política oligárquica da Primeira República; já outros, como Boris Fausto, buscam as raízes na crise externa do sistema capitalista a partir da quebra da Bolsa de Nova York em 1929.



Crise de 1929

Em outubro de 1929, ocorreu a quebra da Bolsa de Nova York, que negociava as ações das grandes companhias norte-americanas. Naquele momento, milhões de títulos foram jogados no mercado e não encontraram compradores; assim, as cotações desmoronaram. Portanto, a confiança, que era mola mestra do crédito, sofreu duro golpe. A crise não só instalou-se como ganhou outros setores tanto na economia norte-americana quanto na de outros países. O mecanismo de interdependência envolvia como numa teia os diferentes setores da economia. Muitas empresas se viram em dificuldades, obrigadas a suspender pagamentos e moderar suas atividades. Ocorreu o desemprego, total ou parcial, o que acarretou redução do poder de compra. A agricultura também foi atingida: os consumidores se restringiam, os excedentes agrícolas se acumulavam, os preços dos produtos desabavam e os lavradores não compravam mais. Numa economia altamente integrada, esse tipo de colapso ganha proporções sem igual, como uma avalanche ou um deslizamento de terra. Assim foi nos Estados Unidos; assim foi na Europa.

Mas a polêmica não fica só nesta questão. Edgard De Decca (2004) apresenta 1930 como uma criação dos vencedores do movimento e que significa a afirmação do Estado nacional sobre os interesses da oligarquia. Em sua análise, o autor trabalha com a ideia da revolução no Brasil a partir da práxis (ação) proletária ao destacar o ano de 1928 e a ação de uma organização, o *Bloco Operário Camponês (BOC)*, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A posição estratégica da organização, criada naquele ano, era homogeneizar a prática política no interior da classe operária, ao combater o imperialismo e buscar relações com a União Soviética, além de garantir às várias propostas políticas a participação da classe operária nos limites da esfera institucional e, por fim, buscar uma aliança operário-camponesa. Para Edgard De Decca, o BOC

tanto representava a oposição ao governo federal quanto servia de porta-voz legítimo da classe operária. Portanto, sob este ponto de vista, os acontecimentos de outubro de 1930 não podem ser considerados como revolução burguesa, uma vez que o que ocorreu foi mais um golpe de Estado do que uma revolução, e os próprios participantes tinham consciência disso. O uso do termo *revolução* faz parte da memória dos vencedores, de seus discursos, frisando as mudanças advindas e esquecendo o passado, de sua ideologia em busca da adesão de outros segmentos sociais. Com o sucesso do movimento de 1930, o próprio discurso do presidente Getúlio Vargas era revelador e demonstrava a impropriedade do uso do termo *revolução*. Afinal, o movimento aconteceu dentro da ordem e foi uma construção idealizada para legitimar o golpe. Para o líder, Getúlio Vargas, era importante um governo de transição que não fosse, na prática, um reformador radical. Assim, compreendemos que os acontecimentos de 1930 não constituem a revolução burguesa, mas sim que fazem parte de um processo histórico de transformação no Brasil. Podemos considerar o movimento de 1930 como ponto culminante de um desfecho iniciado na década de 1920, que marcaria o fim da hegemonia da burguesia agroexportadora. A convergência do movimento político das forças internas contrárias à situação política vigente associada à crise econômica internacional levou o Brasil a ingressar em novo tipo de desenvolvimento capitalista.



Atende aos Objetivos 2 e 3

2. Leia atentamente o *Manifesto aos soldados na greve de 1917*, apresentada por Edgard Carone; depois, responda à questão a seguir:

Soldados! Não deveis perseguir os vossos irmãos de miséria. Vós também sois da grande massa popular, e, se hoje vestis a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operários explorados das fábricas e oficinas. A fome reina nos nossos lares e os nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos (perigosos) patrões contam, para sufocar as nossas reclamações, com as armas de que vos armaram, ó soldados! Essas armas eles vo-las deram para garantir o seu direito de esfomear o povo. (...) Sair como cangaceiro para a rua, baixando o facão e disparando tiros sobre um povo que se ergue, consciente, protestando contra a fome, é indignado e vil, e é a este papel que agora vos querem forçar os governantes. Resta à vossa consciência responder. O que ides fazer? (CARONE, 1989).

1) A partir desse documento, apresente as principais transformações econômicas ocorridas no Brasil no mundo do trabalho nos anos 1920.

É Azevedo Amaral quem melhor concretiza o real significado político das alternativas existentes em 1930. Para ele tratava-se de correr enorme risco de optar entre a oligarquia e a desordem, uma vez que o esforço revolucionário poderia, de fato, precipitar o país numa situação anárquica. É por esta razão que Azevedo Amaral atribui à Revolução de 1930, em suas origens “um acentuado colorido conservador”. Tratava-se de impedir que o antigo regime oligárquico desmoronasse ante às ameaças crescentes de caos (GOMES, 1994, p. 200-210).

2) Azevedo Amaral foi um pensador autoritário da década de 1930. A partir da discussão da aula e tendo como referência esse fragmento de Ângela de Castro Gomes, elabore um texto alternativo com o enfoque da esquerda sobre o movimento de outubro de 1930.

Respostas Comentadas

1) Na Primeira República (1889-1930), ocorreu o aumento do operariado urbano devido à crescente urbanização e às atividades industriais, uma vez que os serviços urbanos, principalmente os transportes e as fábricas, passaram a recrutar um número cada vez maior de operários. Assim, os trabalhadores procuraram se organizar, sendo a greve seu principal instrumento de ação política, com a realização de comícios e a formação de entidades que defendessem seus interesses.

2) Sob a ótica de teóricos autoritários, legitimadores do movimento de 1930 e artífices da ordem subsequente – como Azevedo Amaral –, o discurso que compreende o movimento de 1930 como uma revolução crítica de forma direta a primeira República – entendida como República Velha, já que não trouxe o progresso para o país – e o Estado liberal impregnado pelos valores europeus. Portanto, sob essa ótica, a *Revolução de 1930* salvaria o país da catástrofe. Entretanto, a esquerda rebate essa ideia e critica a noção de Revolução de 1930, centrada no discurso fundado na memória dos dominantes. Dessa forma, a visão da esquerda questiona a noção consagrada pela historiografia existente e procura discutir o silêncio que se impôs aos vencidos, com destaque para o proletariado, que não pode ser compreendido como protagonista menor na história do Brasil. De acordo com esse enfoque, existia diversidade de projetos históricos para o país, e a luta de classes não pode ser esquecida.

RESUMO

A aula tem como eixo norteador a discussão referente à década de 1920 como um período de transformação no mundo e no Brasil. Neste sentido, elegemos alguns conteúdos referentes àqueles anos como essenciais para a compreensão do processo em questão, isto é, a organização econômica a partir da valorização do café, a crise política ocorrida com a sucessão presidencial de 1922, o sentido de modernidade do século XX com os contrastes nas mudanças de valores, de costumes e a luta operária a partir da análise das condições de trabalho nas fábricas. Dessa forma, os

diversos elementos apresentados levam você a refletir de maneira crítica sobre a Revolução de 1930, ao perceber interpretações distintas de historiadores sobre o final da Primeira República.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos o Brasil a partir da análise nos anos 1930, com ênfase na política; assim, destacaremos tanto as rupturas quanto as permanências do período.

Aula 3

Anos 1930 e a política – rupturas e permanências

Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges

Meta da aula

Discutir e avaliar as transformações políticas e as mudanças institucionais ocorridas no Brasil, à luz dos efeitos do movimento de outubro de 1930.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. avaliar as mudanças institucionais e no aparelho de Estado engendradas no pós-1930;
2. identificar os novos parâmetros da atuação estatal na regulação do conflito capital x trabalho.

INTRODUÇÃO

Ao lançarmos luz sobre as mudanças políticas e institucionais ocorridas na década de 1930, faz-se premente o retorno, mesmo que breve, ao movimento consagrado pela historiografia como “Revolução de 30”. As aspas nos chamam atenção; se não fora, como já vimos, uma “Revolução” de acordo com o significado aclamado pelo liberalismo, tampouco podemos qualificá-la como um mero levante das elites civis “dissidentes”, conjugadas com segmentos militares insatisfeitos com a ordem oligárquica, então vigente na Primeira República. É fato consumado, no entanto, que o ano de 1930, em especial, o movimento de “outubro de 1930” foram momentos de ruptura na história republicana brasileira.

A nova ordem política a ser instituída a partir da “Revolução” de outubro de 1930, por motivos óbvios, deveria ser a negação do que havia sido anteriormente. Mudanças e permanências foram se conjugando naquela nova etapa histórica. As alterações institucionais seriam visíveis ao longo da década de 1930. E, ao contrário do que foi apregoado por intelectuais e políticos artífices da ditadura Vargas, inaugurada em novembro de 1937, o Estado Novo não foi mera continuidade do que se iniciara em 1930. Ambiguidades, contradições e o embate entre diversos projetos políticos foram a tônica daqueles anos iniciais do período Vargas. “Se houve continuidade entre os dois acontecimentos, houve também ruptura”, tomando de empréstimo as palavras da historiadora Dulce Chaves Pandolfi.

A primeira mudança que merece destaque, por motivos óbvios, é a instalação de um governo provisório, no qual Getúlio Vargas – candidato derrotado da Aliança Liberal nas eleições de 1930 (lembre-se da Aula 2) – era o chefe do Executivo. A ruptura da legalidade constitucional foi sucedida pela imediata destituição dos presidentes estaduais (como eram chamados os governadores

na época). Na visão de alguns grupos que conduziram o vitorioso movimento “revolucionário”, “tenentes” e seus aliados civis, tal medida se fazia necessária, a fim de que se alcançasse o desmantelamento dos alicerces do poder oligárquico. Afirmavam também, pelos mesmos motivos, que o governo provisório que havia acabado de se instalar deveria permanecer por um razoável período de tempo, já que qualquer eleição ou tentativa de retorno à legalidade constitucional não estaria imune aos vícios da “República Velha”.

As primeiras medidas adotadas pelo governo recém-instalado foram “intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nos setores tenentistas” (PANDOLFI, 2003). O sistema de interventorias criado se constituía, segundo as palavras da historiadora Maria do Carmo Campello de Souza (1976), “num importante instrumento de controle do poder central na política local”. Os interventores eram, de forma geral, militares indicados e subordinados diretamente a Vargas. Com exceção dos estados de Pernambuco e da Paraíba, todos os interventores das regiões Norte e Nordeste eram militares submetidos de forma direta à supervisão do tenente Juarez Távora, cuja tarefa era coordenar as interventorias do Acre à Bahia. Seu poder era de tal monta, nas regiões supracitadas, que Távora ganhara a alcunha de “vice-rei do Norte” (PANDOLFI, 1980). A inexistência de vínculos políticos da maioria desses interventores com as elites locais provocava, não raro, crises que obrigavam o chefe do governo a constantemente substituir os interventores estaduais. Exemplos de interventores mais “longevos” em seus cargos (se é que podemos utilizar tal expressão) foram Magalhães Barata, no Pará, Olegário Maciel, em Minas, e o gaúcho Flores da Cunha, que permaneceram até 1932. Ao mesmo tempo, diversas crises se sucederam na interventoria paulista. A nomeação do tenente pernambucano João Alberto, por exemplo, irritou as elites locais do estado mais poderoso da Federação e melindrou o Partido Democrático, um dos pilares de apoio à Aliança Liberal nas eleições presidenciais de 1930 e no golpe de outubro, em São Paulo. Mesmo com a substituição de João Alberto pelo paulista Laudo Camargo, em junho de 1931, as

dificuldades não arrefeceram em São Paulo, estado que viria a ser o tradicional reduto da oposição a Vargas. De forma habilidosa, no entanto, o chefe do governo provisório, ao mesmo tempo que fazia concessões às elites locais, pressionava-as com medidas cada vez mais centralizadoras. Restringia de forma crescente a autonomia dos estados, criando, por exemplo, em agosto de 1931, o Código dos Interventores. Regulamentava com isso os empréstimos financeiros e os gastos dos governos estaduais com força policial. O controle federal sobre as forças armadas estaduais era questão crucial para o estabelecimento e consolidação da nova ordem política. O inimigo a ser combatido era o exacerbado federalismo político característico da “carcomida” Primeira República; sendo assim, a nacionalização das Forças Armadas era condição *sine qua non* para a diminuição do poder das oligarquias estaduais.



Figura 3.1: A cerimônia de queima de bandeiras estaduais ocorrida logo após o golpe de 10/11/1937, que instituiu a ditadura Vargas, simbolizou como nenhuma outra a “nova ordem”, segundo os artífices da mesma, construída desde 1930: a extirpação do federalismo político. No primeiro governo Vargas, nacionalismo e centralismo político eram expressões correlatas.

Fonte: Abreu (1984).



Atende ao Objetivo 1

1. Identifique os aspectos que melhor caracterizam as mudanças institucionais efetivadas pela coalizão de poder vitoriosa na Revolução de 1930.

Resposta Comentada

A centralização política é o primeiro traço a ser identificado após o êxito do movimento de outubro de 1930. Simboliza tal centralização a intervenção direta do governo provisório nas administrações estaduais (com a subsequente deposição dos presidentes estaduais). Segue à deposição dos governadores a nomeação de interventores, em sua maioria militares, leais ao dispositivo golpista vitorioso.

A segunda mudança a ser identificada é a reforma do aparelho de Estado, propriamente dito, com o surgimento de novas agências, departamentos e ministérios. O mais importante deles foi o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que simbolizou uma significativa mudança na relação Estado-classes trabalhadoras.

A criação do Ministério do Trabalho e a lógica do “quem tem ofício tem benefício”

A segunda mudança de ordem institucional – e essa sim teria importantes efeitos a longo e longuíssimo prazos – foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), ainda em fins do ano de 1930. Alinhado de “Ministério da Revolução”, o MTIC foi um dos vetores de sustentação e legitimidade política do projeto de Vargas, seja nesta primeira fase de alterações institucionais, no governo constitucional (1934-37), no qual o regime começava a ganhar contornos de legalidade democrática, ou mesmo no Estado Novo (1937-45), período no qual se consagraram o arbítrio e as medidas de exceção. A elaboração de uma legislação social para o trabalhador urbano associada a uma estrutura sindical corporativa daria a Vargas e aos detentores do poder, ao longo das décadas de 1930 e 1940, as condições políticas objetivas e necessárias para aglutinar o apoio de diversos setores da sociedade brasileira em torno daquele que, segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, ficaria conhecido como o Projeto Trabalhista de Vargas. À exceção do salário mínimo, um imenso “pacote” de instrumentos reguladores da relação capital x trabalho seria implementado: a regulamentação da jornada de trabalho em 8 horas diárias, a adoção da lei de férias, a regulamentação do trabalho feminino e do menor, a instituição da carteira de trabalho e a criação de Institutos de Aposentadorias e Previdências (IAPs) se constituiriam em uma rede de benefícios sociais consolidados, em 1943, na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), sem precedentes na história brasileira.

Paralelamente a esse vultoso investimento na questão social, erigiu-se uma legislação sindical cujo maior objetivo era atrelar e subordinar os sindicatos e as representações classistas ao Estado.

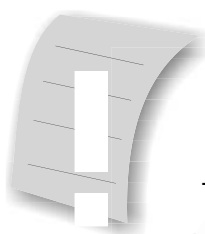
A proposta de Vargas era implantar uma estrutura sindical corporativista na qual patrões e empregados, reunidos nas associações de classe, se transformassem em elementos de sustentação do governo (PANDOLFI, 2003).

Adotava-se naquela legislação o modelo de sindicato único por categoria profissional. A sindicalização não era obrigatória; no entanto, o recebimento dos benefícios previstos na legislação se daria apenas para o trabalhador sindicalizado em associação reconhecida pelo governo. Instituíam-se com isso, nos dizeres de Castro Gomes, a lógica do “quem tem ofício tem benefício”. Nesta lógica, o gozo dos benefícios sociais atrelava-se à condição de trabalhador sindicalizado – e com carteira assinada. A existência dessa lógica simbólica e material na relação entre a classe trabalhadora e o Estado orientou durante décadas aquela que foi a principal chave explicativa para a compreensão desse período histórico: o populismo. Em linhas gerais, a bibliografia que trata sobre a relação Estado/classe trabalhadora consagrou a interpretação que aponta para a construção de um pacto social entre esses dois atores, principalmente a partir do Estado Novo, pacto este que se traduzia num acordo em que a classe trabalhadora trocava os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que a condição de cidadania estava invariavelmente atrelada à de trabalhador sindicalizado.

Em tal raciocínio estão embutidos dois pontos significativos. O Estado do pós-30, por meio de sua política social do trabalho, é caracterizado como um produtor de benefícios materiais, de bens de valor nitidamente utilitários. Por outro lado, a classe trabalhadora, ao trocar a legislação social por obediência política, estaria realizando um cálculo de custos e benefícios cuja lógica é estritamente material e individual (GOMES, 2005).

Neste sentido, as classes trabalhadoras, que almejavam esses novos direitos, concordaram em aderir ao projeto político varguista, adesão que, segundo a chave interpretativa que consagrou o conceito de populismo, pode ser lida como cooptação. Sem afastar por completo a lógica material (e a repressão política) que conduziu a construção do pacto social entre as classes trabalhadoras e o Estado, deve-se ir além dessa interpretação da experiência histórica em tela. Relativizá-la, porque as noções de “cooptação política” e

“tutela” da classe trabalhadora pelo Estado, que sustentam o conceito de populismo, não permitem observar as escolhas deliberadas e conscientes das classes trabalhadoras frente às ambiguidades, contradições e possibilidades históricas surgidas naquela dada experiência histórica. Não conseguem dar conta, por exemplo, de explicar por que, em meados de 1945, o Estado Novo ruía mas a popularidade de Vargas mantinha-se em patamares elevadíssimos. A interpretação histórica que consagrara a noção de populismo, hoje suficientemente refutada, é incapaz de explicar também os meandros da construção do *projeto trabalhista* tão bem-sucedido no período entre 1930 e 1945.



A invenção do trabalhismo, a análise pioneira de Ângela de Castro Gomes

Tese de doutorado publicada em 1988, *A invenção do trabalhismo*, da historiadora Ângela de Castro Gomes, inaugurou uma nova chave interpretativa para compreensão da relação Estado/classe trabalhadora no pós-1930. Até então, a leitura histórica predominante sobre o período assentava bases sobre o conceito de “populismo” na política brasileira, que ganha corpo na década de 1960 a partir das teorizações do sociólogo e professor aposentado de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) Francisco Weffort (autor de “O populismo na política brasileira”, artigo publicado originalmente em 1967). A análise de Castro Gomes buscou, entre outros objetivos, lançar luz sobre o consciente papel exercido pelas classes trabalhadoras no pacto social estabelecido com o Estado varguista que se edificava naquele período. Superando a noção de mera cooptação (ou controle) dessas classes pelo Estado, Castro Gomes argumenta que entre 1934 e 1945 esteve em jogo, entre esses dois atores sociais, a construção de um projeto trabalhista, que, através de uma lógica de troca material e simbólica, construiu a legitimidade política que

sustentou, em parte, no seio das classes trabalhadoras urbanas, o Governo Constitucional e o Estado Novo varguista.

Na esteira da análise de Castro Gomes, surgiram outros esforços importantes, esses mais recentes. Vale grifo: "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira", de Jorge Ferreira, e o "Colapso do Colapso do Populismo ou a propósito de uma herança maldita", de Daniel Aarão Reis. Os dois textos estão na coletânea FERREIRA, J. (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

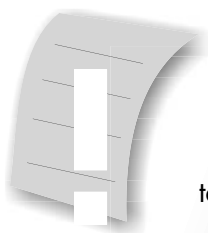
Reações à nova ordem política

A interpretação histórica dominante acerca das relações políticas estabelecidas entre os diversos setores vitoriosos da "Revolução de 1930" aponta para a inexistência de predomínio de um segmento ou fração de classe sobre outra. Nesta perspectiva, muito se falou do estabelecimento, no imediato pós 1930, de um "Estado de Compromisso" (WEFFORT, 1968) entre as frações/segmentos vitoriosos no movimento de outubro. Os anos posteriores a 1930, segundo o historiador Boris Fausto, foram caracterizados como:

Um período em que nenhum dos grupos participantes pôde oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade: as classes médias, porque não tinham autonomia frente aos interesses tradicionais [oligárquicos] em geral, os interesses do café, porque diminuídos em sua força e representatividade política por efeito da "Revolução" [de 1930], da segunda derrota em 1932 e da depressão econômica que se prolongara por quase um decênio; os demais setores agrários, porque menos desenvolvidos e menos vinculados com as atividades de exportação que ainda eram básicas para o equilíbrio do conjunto da economia (FAUST, 1969, p. 104).

Com ou sem “compromisso” entre os novos setores dominantes na sociedade política, o certo é que o caráter provisório do novo governo e a ausência de uma legitimidade constitucional para sustentar a nova ordem estabelecida provocavam reações entre os setores oligárquicos, inclusive nos “dissidentes”, que compuseram a base de sustentação do golpe de 1930. Além disso, à medida que as propostas intervencionistas e centralizadoras eram levadas a cabo, crescia a insatisfação desses setores oligárquicos. O temor daqueles que participaram do movimento, mas que não aderiram ao “espírito da Revolução”, fez que os tenentes e seus aliados civis, ainda em fins de 1930, lançassem manifesto propondo a criação da “Legião Revolucionária”, organização com caráter civil e militar que congregaria as “forças revolucionárias” (PANDOLFI, 2003). Outra tentativa de organização do movimento dos tenentes, essa mais longa, foi o “Club 3 de outubro”. Fundado em fevereiro de 1931, foi dirigido inicialmente pelo então major Pedro Aurélio de Góis Monteiro (uma das principais lideranças militares da “Revolução de 1930”) e posteriormente por Pedro Ernesto (um dos principais tenentes civis), que meses mais tarde seria nomeado por Vargas interventor no Distrito Federal. As reuniões do Club buscavam dar voz às principais reivindicações tenentistas: críticas ao federalismo oligárquico, defesa de um Estado forte e centralizado, intervenção estatal na economia, representação corporativa eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo, implantação de uma legislação trabalhista, entre outras. Primordialmente, o objetivo do clube era trazer para o interior da agremiação o debate político que, naquela conjuntura, estava ocorrendo nos quartéis. Um debate dessa natureza acentuava a cisão entre a cúpula das Forças Armadas e oficiais intermediários em face do apoio destes últimos ao golpe de outubro de 1930.

Para se ter uma ideia do estado de indisciplina que tomou conta da instituição depois da “revolução”, entre 1930 e 1934 ocorreram cerca de 50 movimentos militares, incluindo revoltas, protestos, conspirações e agitações variadas, segundo o historiador José Murilo de Carvalho (CARVALHO apud PANDOLFI, 2003).



Sociedade política

Fazemos referência à terminologia utilizada pelo teórico italiano Antonio Gramsci ao denominar o Estado e a esfera estatal como sociedade política. Gramsci compreende o Estado uma arena de diversos segmentos, classes ou frações de classe na busca pela hegemonia política. Nesta conceituação, a ideia de “sociedade política” existe em oposição à noção de “sociedade civil”, que, segundo Gramsci, se refere à esfera privada e não à estatal.

1932: A reação dos “carcomidos” e a “Revolução” Constitucionalista em São Paulo

Paralelamente à organização dos “tenentes” e seus aliados civis, no entanto, setores oligárquicos paulistas se rearticulavam. Surgiam, naquele contexto, crescentes reações ao centralismo e ao poder discricionário do chefe do Executivo no governo provisório. Apesar de Vargas atender demandas tanto dos setores que compuseram a Aliança Liberal quanto dos “carcomidos paulistas”, o ano de 1932 fora marcado por diversas crises. A instituição do Código Eleitoral, em fevereiro daquele ano, é um exemplo de medida que contemplava antigos anseios aliancistas. Naquele contexto histórico, o Código, que instituía a Justiça Eleitoral, adotava o sufrágio universal e estabelecia o voto feminino, representando um significativo avanço político em direção à ampliação da cidadania. A criação de tribunais eleitorais era uma antiga reivindicação, principalmente de setores ligados às classes médias urbanas e tinham em vista a moralização dos pleitos. Buscavam suprimir (ou pelo menos restringir) as chamadas “eleições a bico de pena”, que marcaram boa parte dos processos eleitorais na

primeira República. Importante destacar também que o Código Eleitoral de 1932 estabeleceu a representação classista (uma das reivindicações dos setores tenentistas). A ideia era de que esses representantes classistas (40 ao todo, somando representação de trabalhadores, empregadores, profissionais liberais e funcionários públicos) atuassem já na Assembleia Nacional Constituinte, que estava para ser convocada. A premissa era de que a bancada classista servisse de força auxiliar do governo na elaboração da nova Carta Constitucional.



“Eleições a bico de pena”: expressão que se relaciona à prática eleitoral comum na Primeira República, na qual os candidatos vitoriosos, para serem diplomados, deveriam ser reconhecidos por uma Comissão Eleitoral Verificadora estabelecida pelo governo estadual ou federal, dependendo do âmbito da eleição. Neste contexto, o reconhecimento da vitória eleitoral, na imensa maioria das vezes, dava-se apenas ao candidato da situação.

Nos meses seguintes à implementação do Código Eleitoral, as tensões entre setores tenentistas e antitenentistas se acirravam. Em São Paulo, as reações de setores oligárquicos derrotados em 1930 a Vargas e o movimento pró-constitucionalismo ganhavam corpo. Em maio daquele ano, após a depredação dos jornais *A Razão* e *Correio da Tarde*, favoráveis a Vargas, estudantes foram mortos em conflitos de rua com as forças pró-Governo Federal. As iniciais dos estudantes mortos (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo – MMDC) nesses conflitos deram nome à entidade responsável pela organização dos levantes armados pró-reconstitucionalização que eclodiriam meses mais tarde. Mesmo o decreto assinado por Vargas, em 14 de maio, criando uma comissão para elaboração do anteprojeto constitucional e marcando para maio do ano seguinte as eleições para a Assembleia Constituinte não foi capaz de atenuar os ânimos

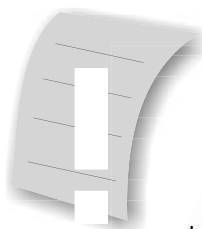
da oposição. Em julho, eclodia aquela que foi a maior guerra civil enfrentada pelo país. Durante cerca de três meses, forças militares estaduais comandadas por Isidoro Dias Lopes, ex-comandante da 2ª Região Militar (tenente revoltoso do levante de 1924 e participante do movimento de 1930, mas afastado do dispositivo varguista desde 1931) enfrentaram-se em violentos combates na capital e em pontos do interior. O dia 9 de julho ficara marcado como o da eclosão do levante que contou com a participação maciça da população do estado. Milhares de pessoas se alistavam como voluntários e o MMDC coordenava as adesões civis ao movimento. Basicamente, o movimento eclodiu a partir da tácita aliança entre setores oligárquicos e médios urbanos de São Paulo, insatisfeitos com o regime ditatorial em curso e com a lentidão das medidas pró-constitucionais tomadas pelo Governo Federal. A não adesão das organizações operárias mais expressivas ao movimento e ao subsequente levante armado é ausência a ser destacada ao analisarmos o conjunto de segmentos sociais que compuseram o movimento. Os anseios autonomistas que moviam os próceres do movimento constitucionalista em nada tocavam a luta operária naquele estado, já alvo da repressão por parte do governo provisório.

Os esforços para adesão de outros estados ao movimento não tardaram. No entanto, apesar do apoio de lideranças políticas como Artur Bernardes, em Minas, e Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, não houve apoio explícito de outros estados da Federação à “Revolução”. O malogro do levante autonomista e constitucionalista de São Paulo se deu logo nos primeiros dias de outubro de 1932. As principais lideranças do movimento civis e militares foram presas, tiveram seus direitos políticos cassados e algumas foram exiladas. A “Revolução” de 1932 provocou, segundo a já citada historiadora Dulce Pandolfi,

uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares. A repressão não se abateu somente sobre os revoltosos paulistas. Parte da liderança gaúcha e mineira

participante do movimento de outubro de 1930, como Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Assis Brasil e Eptácio Pessoa, por ter apoiado a causa paulista, foi aliada do processo político em curso (PANDOLFI, 2003).

Centenas de militares foram expulsos de suas corporações. A experiência de 1932 foi, sem dúvida, um marco, porque, apesar da derrota militar, muitas aspirações dos revoltosos foram atendidas, dentre elas o compromisso do governo provisório em seguir com a constitucionalização do país e a nomeação, em agosto de 1933, de Armando de Sales de Oliveira para a interventoria paulista, nome que agradara às elites civis daquele estado.



Armando Sales de Oliveira

Figura expressiva do cenário político paulista na década de 1930, Armando Sales de Oliveira destacava-se como uma das lideranças do Partido Democrático daquele estado. Foi também um dos membros da sociedade proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo* e, junto com o também empresário da comunicação Julio de Mesquita Filho, teria grande influência e inserção no meio empresarial paulista. Uma das principais realizações da interventoria de Armando Sales foi a criação da USP em 1934. Entre 1935 e 1936, Armando Sales foi governador de São Paulo. Em 1937, lançou candidatura para as eleições presidenciais que ocorreriam no ano seguinte, mas que foram abortadas pelo golpe que instaurou o Estado Novo.

O retorno à normalidade constitucional: O governo Vargas entre 1934-37

As reações dos aliados de Vargas frente ao avanço do processo constitucional iniciado em maio de 1933 seriam as mais diversas. Alguns, crentes no êxito da proposta constitucional em curso, se apressariam na reorganização de agremiações partidárias, no intuito de buscar espaço no jogo democrático que seria inaugurado com a Constituição de 1934. É o caso, a título de exemplo daqueles que ocupavam as interventorias da Bahia e de Pernambuco, de Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, respectivamente. Lideranças estaduais, como Carneiro de Mendonça (interventor no Ceará) e Augusto Maynard (interventor nomeado em Sergipe), assumiriam uma postura de maior descrença, mantendo-se neutros diante da reconstitucionalização do país. Não tardariam a se manifestar aqueles que, também mais identificados com o pensamento de viés autoritário, creditavam o processo constitucional como um “desvirtuamento da Revolução de outubro de 1930”. É o caso, por exemplo, do ex-interventor do Rio Grande do Norte Herculino Cascardo, que, em carta enviada a Osvaldo Aranha, mostrava-se desiludido com os rumos tomados pela “Revolução de 1930”. (PANDOLFI, 2003). Você pode ler a íntegra da correspondência de Herculino Cascardo no Arquivo Osvaldo Aranha, localizado no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

De fato, a Constituição de julho de 1934 inaugurou uma nova etapa histórica, já que estabeleceu regras claras para a normalidade democrática recém-inaugurada. Dentre outros pontos, a Carta de 1934 consagrava as regras estabelecidas pelo Código Eleitoral de 1932 e elegeu indiretamente Vargas como presidente da República, com mandato até 1938 (na prática, Vargas foi eleito pelos parlamentares constituintes de 1933-1934). A Constituição, embora mantivesse federalismo político, reduzia a autonomia dos estados. Sancionou-se o intervencionismo do Estado frente aos assuntos de

natureza econômica e manteve-se a representação classista firmada nas eleições de 1933. A legislação trabalhista implementada pelo governo provisório foi ratificada e se instituiu a Justiça do Trabalho. De fato, a Constituição de 1934 inovava em muitos aspectos, trazendo em seu texto diversos avanços democráticos. O modelo de Estado que se inaugurava com a Carta de 1934 era, sem dúvida, mais liberal e menos centralizador do que Vargas e seus aliados mais próximos postulavam. Outrossim, estabelecia também uma relação entre Legislativo e Executivo, na qual o primeiro funcionaria como um regulador dos excessos do segundo. A organização sindical estabelecida pela Constituição, por exemplo, era considerada um equívoco por auxiliares diretos de Vargas, como Agamenon Magalhães, então ministro do Trabalho. A pluralidade sindical, por exemplo, estabelecida pela Constituição era francamente ignorada pelo governo Vargas através de artifícios como o Decreto-lei 24.694 (que criava obstáculos quase intransponíveis para o surgimento de mais de uma entidade por categoria profissional), publicado dias antes do fechamento do texto constitucional. Nem mesmo os representantes classistas eleitos em sindicatos de carimbo criados no início da gestão Agamenon Magalhães, no Ministério do Trabalho, foram capazes de moldar uma organização sindical rigorosamente inserida nos parâmetros propostos pelo Executivo.



Sindicatos de carimbo e a gestão Agamenon Magalhães no MTIC

A gestão do pernambucano Agamenon Magalhães no MTIC entre 1934 e 1937 foi singularmente importante, na medida em que este se encarregou quase que exclusivamente da articulação política entre governo e as representações dos trabalhadores. Magalhães delegou as questões administrativas para seus subordinados e se encarregou exclusivamente de questões políticas, dentre elas a criação de centenas

de “sindicatos de carimbo”, entidades que só existiam no papel, mas que poderiam eleger delegados eleitores e escolher deputados classistas, que seriam uma das bases de apoio ao governo no Congresso Nacional.

Concluídos os trabalhos constitucionais e estabelecida a normalidade institucional, o novo cenário político abriu espaço para a movimentação política dos mais diversos segmentos da sociedade civil e das mais diversas orientações ideológicas, tanto à “esquerda” quanto à “direita”. Abria-se, desta forma, espaço para atuação das oposições. O movimento social ganhara fôlego, e a polarização política ideológica não tardaria, influenciada pela conjuntura internacional marcada pela ascensão de regimes fascistas ou de inspiração fascista. A Ação Integralista Brasileira (AIB), criada ainda em outubro de 1932, vocalizou o ideário fascista italiano no Brasil.

Em sua ideologia, organização e ação política, o integralismo pertence à constelação ideológica de movimentos e partidos fascistas europeus que surgiram entre o fim da I Guerra Mundial e a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933 (CYTRINOWICZ, 2003).

Suas principais lideranças foram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. A AIB, sem dúvida, foi o maior partido de inspiração fascista já existente no Brasil, e se constituiu no primeiro partido de expressão nacional, alcançando, segundo estimativas mais modestas, o quantitativo de 550 mil aderentes. Os “camisas-verdes”, como também eram chamados, defendiam postulados antiliberais, que iam desde um moralismo e um nacionalismo extremados à extinção dos partidos políticos tradicionais, e integração (leia-se submissão) total entre sociedade e Estado. A ação anticomunista também seria característica do movimento integralista.

O período entre 1934 e novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo, apesar de curto seria marcado por uma intensa radicalização política ideológica de grupos, tanto à “extrema direita” (como é o caso da AIB), quanto à “esquerda”. À esquerda, a partir de 1935, destacamos a atuação da Aliança Nacional Libertadora, organização também definida programaticamente e que, da mesma forma, conseguiu angariar grande apoio popular.

A ANL e os levantes comunistas de 1935

Inspirada no modelo das frentes populares antifascistas que eclodiam na Europa nos primeiros anos da década de 1930, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi fundada no Rio de Janeiro em março de 1935. Dotados de um programa anti-imperialista, anti-integralista e de oposição a Vargas, a ANL agregou civis e militares de diversos matizes ideológicos, de comunistas a liberais descontentes com os rumos tomados pela Revolução de 1930. Importantes lideranças oriundas do movimento tenentista, como Miguel Costa e Herculino Cascardo, viriam compor as fileiras aliancistas. Em seu comício inaugural, realizado no Teatro João Caetano (RJ), a ANL publicava seu Manifesto, programa que aclamava o comunista Luis Carlos Prestes como presidente de honra da organização. A escolha de Prestes refletia claramente a orientação política e ideológica a ser assumida pelos aliancistas. Ademais, a figura do tenente revolucionário à frente da ANL conferia à organização prestígio e ação efetiva, já que Prestes era um homem de ação, antes de tudo um tenente, e não emprestaria seu nome sem juntar a isso uma ativa participação na direção do movimento (VIANNA, 2003).

Em apenas três meses de atuação, a ANL conseguiu agregar milhares de simpatizantes país afora e fundar centenas de sedes/comitês em várias cidades brasileiras. O êxito e a rápida popularidade alcançada pela organização assustaram o governo, fazendo com que este aprovasse a Lei de Segurança Nacional dias após a fundação da organização. O esforço do governo Vargas

apontava para associar comunistas e aliancistas. Embora, após a efetiva entrada de Prestes na direção do movimento, os comunistas estivessem de fato na ANL, a organização se constitui para além dos limites do PCB. Os comunistas só teriam, de fato, absoluto controle da organização após esta ser posta na ilegalidade, pelo governo, em julho de 1935. Este fato representou um brutal esvaziamento da entidade associado à violenta repressão perpetrada pelo Estado varguista. Na clandestinidade, os aliancistas ligados ao PCB começariam, em agosto daquele ano, a organizar os preparativos para a eclosão de levantes armados que teriam como propósito derrubar Vargas. Naquele contexto, agitações nos meios militares e civis marcavam o cenário político. Se, por um lado, os aliancistas acreditavam na capacidade insurrecional do povo (principalmente do proletariado) em hastear suas bandeiras anti-imperialistas, antifascistas e antivarguistas, por outro lado integralistas se movimentavam e também encontravam bastante espaço na sociedade civil. Não raro, ocorriam conflitos nas ruas entre partidários da AIB e da ANL. Os conflitos de rua entre integralistas e aliancistas ocorridos em comício da ANL em Petrópolis, dias antes de ser colocada na clandestinidade, ilustram bem esse conturbado cenário político.

Levantes militares levados adiante por lideranças comunistas ligadas à ANL eclodiram em 23 de novembro de 1935 em Natal. Posteriormente, em Recife (24/11) e, por último, no Rio de Janeiro (27/11); este último, conhecido como Levante do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha. Apesar de terem acontecido de forma praticamente sucessiva, tais levantes não foram articulados de forma sistemática, e uma razoável desorganização marcou esses movimentos. Esses levantes militares, conhecidos pejorativamente por Intentona Comunista, sem contar com o apoio do operariado, foram duramente debelados pelas forças do governo.

As medidas restritivas que se seguiram ao movimento apontaram para uma sistemática perseguição aos comunistas. Em 3 de dezembro de 1935, o governo criara a Comissão de Repressão ao Comunismo.

Numa reunião de generais, o então chefe do Estado-Maior do Exército, general Góes Monteiro, insinuou que os direitos constitucionais não deveriam ser mantidos, para que a repressão pudesse ser mais eficiente (VIANNA, 2003).

O serviço de inteligência inglês e a Gestapo nazista foram acionados pelo governo brasileiro para auxiliar na repressão, buscando identificar revolucionários estrangeiros em atividade. Quanto à repressão policial ocorrida no Brasil, destaque para a atuação do chefe de polícia do Distrito Federal, nomeado diretamente por Vargas, Filinto Muller. A repressão coordenada por Filinto Muller atingiu não apenas comunistas, mas também aliancistas em geral e democratas que se opusessem diretamente ao governo. A atuação da ANL e os fracassados levantes de novembro daquele ano serviam de pretexto para o fechamento do regime, para a adoção de medidas restritivas às liberdades constitucionais. Vide exemplo: a Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril de 1935.

O fechamento do regime e a instauração do Estado Novo

Além da Lei de Segurança Nacional, já citada, outras medidas restritivas foram levadas adiante, sob pretexto de combate “às ingerências dos comunistas de Moscou no Brasil”. Sob o impacto de diversas greves que eclodiam no país, franquias democráticas presentes na Constituição brasileira foram gradativamente reprimidas (PANDOLFI, 2003). A legislação de “Segurança” previa a censura à imprensa e demais meios de comunicação, bem como prisões àqueles acusados de fomentar manifestações “subversivas” à ordem. Além disso, o período entre novembro de 1935 e novembro de 1937 foi marcado também por uma sistemática intervenção em sindicatos e associações controladas por lideranças independentes. Manifestações de indisciplina nas Forças Armadas e no serviço público eram punidas com exemplar rigor.

Outrossim, Vargas buscava meios dentro dos limites constitucionais de prorrogar seu mandato em face da “desordem” que se instaurava no país. As fracassadas tentativas de reunir 2/3 do Congresso Nacional, para aprovação do prolongamento do mandato presidencial, fizeram Vargas abandonar a negociação política com o Parlamento e adotar uma movimentação mais incisiva na direção de um golpe de Estado, embora gozasse do apoio do governador mineiro Benedito Valadares para seguir adiante numa ***solução discricionária***.

Solução discricionária

Golpe de Estado com adoção subsequente de um regime ditatorial.

Em 1937, apesar da repressão que se instaurara, ganhava corpo no país a discussão sobre a sucessão de Vargas, prevista para as eleições do ano seguinte. Dois nomes de peso, aliados ou próximos ao dispositivo varguista, se lançavam à sucessão presidencial: Armando Salles de Oliveira (governador de São Paulo) e o paraibano José Américo de Almeida (congregando o eixo Norte-Nordeste e forças ligadas ao tenentismo). Corria por fora Plínio Salgado, chefe dos integralistas, evidenciando a razoável capacidade de articulação no plano nacional da AIB.

Apesar de malsucedidas tentativas de restringir a atuação do Congresso Nacional e de prorrogar o estado de guerra que vigorava no país desde novembro de 1935 (em função da repressão aos levantes comunistas), Vargas conseguiu levar adiante sua iniciativa golpista graças às condições propícias geradas pela divulgação de um suposto plano de insurreição comunista. De autoria do capitão Olímpio Mourão Filho, o “famigerado” Plano Cohen, segundo as palavras do jornalista Edmar Morel, forneceu as condições políticas objetivas necessárias para seguir adiante na ruptura da legalidade democrática. Após a divulgação desse plano fictício, Vargas conseguiu colocar o Congresso Nacional em recesso e suspender as garantias constitucionais por noventa dias. Instaurava-se, em 10 de novembro de 1937, a ditadura do Estado Novo. Apesar das pontuais resistências de algumas lideranças estaduais, o alinhamento das principais forças foi quase maciço. A resistência de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul, por exemplo, foi abafada pela ação

da Brigada Militar Gaúcha, que forçou o governador a renunciar ao cargo. O êxito de Vargas na instauração de um regime ditatorial não se deu, segundo as palavras da historiadora Dulce Pandolfi, sem a devida depuração dos grupos que compunham ou compuseram o dispositivo varguista, ou seja, sem o rompimento com antigos aliados civis e militares. O núcleo duro decisório do novo regime era composto por Vargas, os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra e as lideranças civis, Benedito Valadares, Negrão de Lima e Francisco Campos. Filinto Muller merece destaque pela sua atuação na organização de uma “polícia política”, que se constituiria como um dos braços de atuação do Estado Novo na sociedade civil.

Em 10 de novembro de 1937, com a “solução golpista” encontrada, concretizava-se o projeto de muitos revolucionários que, desde 1930, postulavam o estabelecimento de uma ordem autoritária no Brasil. No entanto, muito mais do que um mero episódio que se dispunha a dar sequência ao proposto no início da década, o golpe do Estado Novo foi produto direto das contradições, embates e nuances políticas de uma época em que os setores sociais protagonistas (e hegemônicos) da cena política nacional optaram deliberadamente por uma ambiência autoritária.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia com atenção o trecho seguinte:

(...) Foi durante a administração de Joaquim Pedro Salgado Filho à frente do Ministério do Trabalho (1932-1934) que foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil, quer em termos de condições de trabalho

(horário, férias, trabalho feminino e de menores), quer em termos de compensações sociais devidas àqueles que participavam da produção (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões), quer em termos de mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissões, Juntas de Conciliação, Convenções coletivas de Trabalho). Trata-se de um período-chave, no qual o Estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social, tentando através dela estabelecer uma série de contatos com "empregados" e "empregadores". Seu objetivo era ajustar os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica do ministério (GOMES, 2005).

No decorrer desta aula, pudemos perceber que houve, no pós-1930, diversas mudanças na relação Estado/sociedade no Brasil. Entre as mais evidentes, o novo dimensionamento que o Estado brasileiro faz da questão social, a incorporação de novos atores no jogo político e o estabelecimento de novos parâmetros na relação Estado/classes trabalhadoras. De que forma o Estado brasileiro do pós-1930 associou a ideia de cidadania à sindicalização do trabalhador brasileiro? O que melhor caracteriza esse primeiro período Vargas, no que tange à sua relação com as classes trabalhadoras?

Resposta Comentada

O Estado brasileiro associou o usufruto da legislação trabalhista, que naquele momento estava sendo criada, à filiação do trabalhador aos sindicatos reconhecidos pelo MTIC. A partir dessa lógica, excluía-se a possibilidade de existência do movimento sindical autônomo não atrelado à estrutura corporativa montada pelo Estado varguista.

RESUMO

A Revolução de outubro de 1930 pode ser considerada um divisor de águas na experiência republicana brasileira, por engendrar uma miríade de mudanças nas relações de poder entre diversos segmentos da sociedade civil. Buscamos, no decorrer desta aula, avaliar e discutir as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro, bem como analisar a construção do novo alinhamento institucional adquirido pelo Estado brasileiro *post factum*. Além disso, procurou-se dimensionar, ao longo da aula, o novo papel deste mesmo Estado na regulação das relações capital x trabalho no Brasil.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos as medidas de âmbito econômico tomadas pelo Estado brasileiro no pós-1930 e o padrão de financiamento público que orientou o desenvolvimento econômico brasileiro entre os anos de 1937 e 1945. Estarão em tela também as características políticas da experiência ditatorial de Vargas (1937-45).

Aula 4

O Estado Novo – 1ª parte

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Discutir as alterações no plano político institucional e os aspectos gerais das opções de desenvolvimento econômico adotadas da ditadura Vargas (1937-1945).

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar o novo alinhamento institucional e as estruturas de poder do Estado brasileiro a partir do golpe de novembro de 1937;
2. reconhecer os principais aspectos da economia política dos anos 1930, sobretudo no período do Estado Novo.

INTRODUÇÃO

O significado histórico do golpe de novembro de 1937: a visão dos vencedores!

A ruptura da recente institucionalidade democrática estabelecida pela Constituição de 1934 ganha interessantes contornos quando analisada pela ótica dos ideólogos da nova ordem inaugurada com o golpe do Estado Novo. Não foram poucas as tentativas de construção do sentido – ou sentidos – do golpe de novembro de 1937. Como erigir o consenso necessário para sustentação do novo regime político, de características centralizadoras e autoritárias? Antes de identificarmos as importantes alterações institucionais advindas com o regime autoritário (primeiro objetivo desta aula), analisemos, ainda que brevemente, os significados do golpe do Estado Novo para os vencedores, artífices desta nova ordem.

A principal tarefa desses ideólogos, entre os quais destaca-se, por exemplo, a figura de Azevedo Amaral, foi a de construir uma estreita relação entre a “Revolução de 1930” e o golpe de novembro de 1937, episódio que se apresentaria como uma evidente continuidade do que fora inaugurado em 1930. Nas palavras da historiadora Ângela de Castro Gomes, “trinta e 37 surgiam como dois momentos, duas etapas de um mesmo processo, guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior; trinta fora o início daquilo que 37 queria e deveria realizar” (GOMES, 2005). Neste sentido, o grande marco inaugural daquele novo momento da história republicana brasileira era o movimento que alçou Vargas ao poder. A “Revolução de 1930” teria, na visão de ideólogos como o citado Azevedo Amaral, um singular caráter restaurador da ordem ameaçada pelas divergências inconciliáveis entre os setores oligárquicos agroexportadores dominantes até então. O movimento político vitorioso em 1930 deveria, outrossim, pôr fim a uma República liberal extemporânea à realidade brasileira. A Primeira República e seu exacerbado

federalismo seriam os principais fatores de decomposição do país, na medida em que o modelo político então em voga não se refletia na realidade física e cultural do povo brasileiro. A expressão “cultura”, aqui, ganha o sentido daquilo que é genuíno, e, portanto, um modelo político inspirado em experiências estrangeiras (como fora o caso da “República Velha” – inspirada no federalismo norte-americano) estaria absolutamente divorciado das especificidades nacionais. Coerente ao sentido inaugurado em 1930, surgiria sete anos mais tarde o ato em segundo movimento – o Estado Novo – que representaria a materialização dessa busca restauradora, e “com acentuado colorido conservador”, inaugurada no início da década. Ainda assim, para os ideólogos da ditadura recém-inaugurada, experiência constitucional de 1934-37, seria um símbolo maior dos desvios revolucionários e do fracasso dos acontecimentos de 1930. As turbulências políticas do pós-1934 um retrato da “inconsistência e irreabilidade da legislação liberal” que marcavam aquele interregno democrático (GOMES, 2005).

Nesta mesma lógica, Oliveira Vianna, uma das vozes mais representativas do pensamento autoritário à época, também buscou associar a estruturação da nova ordem político-institucional estado-novista como paralela à construção da própria Nação, esta entendida como expressão dos interesses da coletividade. Vianna corroborou para a consolidação da percepção que afirmava a necessidade de uma reforma institucional centralizadora e que esta seria condição necessária para a organização do poder nacional. Neste sentido, entender-se-ia a centralização política como fator crucial não apenas para a organização, mas, sobretudo, para a integração da nação. Acompanhou o esforço político centralizador e autoritário da nova ordem o intuito de se realizar uma descentralização administrativo-funcional, a fim de se aperfeiçoar o aparelho de Estado. Objetivava-se com isso a expansão e o aperfeiçoamento da burocracia do Estado, na qual o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado pelo Decreto-lei nº 579 de 30 de julho de 1938, teria relevante papel.



Azevedo Amaral (1881-1941) foi, ao lado de Francisco Campos e Oliveira Vianna, um dos grandes teóricos pró-Estado Novo. Antiliberal e defensor ferrenho de um nacionalismo autoritário, Azevedo Amaral considerava o liberalismo político uma invenção anglo-saxônica não consentânea à realidade do povo brasileiro. O voto universal e direto era incompatível com o Brasil e o transplante das instituições liberais para o país, operado pela Constituição Republicana de 1891, resultou em mero simulacro de liberalismo e promiscuidade eleitoral. Considerava que a grande crise provocada pela Primeira Guerra Mundial resultara dos efeitos do liberalismo (CHAVES, 1996). No entanto, ao contrário do que se possa achar à primeira vista, Azevedo Amaral não se alinhava ao ideário fascista em plena ascensão na Europa, à época. Era um crítico dos regimes totalitários tanto de “esquerda” (URSS) quanto de “extrema direita” (Alemanha e Itália). Entendia o comunismo e o fascismo com atentatórios à dignidade humana em seu essencial: a consciência individual. Azevedo Amaral propugnava um Estado autoritário intermediário entre o Estado liberal e as formas totalitárias de governo.

Um dos títulos mais importantes de sua obra é *O Estado autoritário e a realidade nacional*, no qual faz um esboço muito nítido de seu conjunto de ideias.

A centralização do poder e o fortalecimento do Estado: o novo alinhamento institucional

Longe de ter sido uma mera continuidade do processo político iniciado pela “Revolução de 1930”, o Estado Novo foi uma das possibilidades tangíveis ao cenário político brasileiro numa conjuntura (tanto no Brasil quanto na Europa) de polarização ideológica, tensões e enfrentamentos diversos entre as forças sociais divergentes atuantes

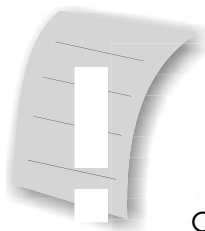
à época. O avanço de grupos comunistas, socialistas e liberais democratas, se não foi responsável pelo fechamento do regime liberal-democrático em vigor desde a promulgação da Carta de 1934, serviu de pretexto para a construção da ambiência social conservadora que conferiu legitimidade à ruptura daquela incipiente ordem constitucional.

Em parte, podemos afirmar que o estabelecimento de uma ordem autoritária não foi propriamente um evento extraordinário ao processo político em curso (também, como já dissemos, não fora um mero desdobramento) desde o golpe de 1930. Neste sentido, cabe ressaltar os descontentamentos gerados pelo modelo liberal do período constitucional que imediatamente antecedeu o Estado Novo. Dentro da própria cúpula governamental, o descontentamento era evidente. Assinalava tal descontentamento o discurso do próprio presidente da República na Assembleia Constituinte em 20 de julho de 1934: “A Constituição [de 1934], ao revés do que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da federação: anula, em grande parte, a ação do presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração: acoroça as forças armadas à prática do facciosismo partidário, subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer da empresas poderosas e coloca o indivíduo acima das comunhão [sic]” (apud PANDOLFI, 2003). O descontentamento do presidente revelado naquelas palavras não tardaria em se materializar em ações concretas. A Carta Constitucional de 1934 teria sobrevida curta e logo seria sucedida por uma que garantiria as bases constitucionais para o regime discricionário que perduraria até 1945.

O golpe que inaugurou o Estado Novo foi o ponto de partida para o estabelecimento de um modelo político-institucional marcado, sobretudo, pela centralização política em nível federal. Novamente, o discurso do presidente Vargas, dias após o 10 de novembro de 1937, ilustraria muito bem o modelo de Estado almejado, quando se refere à necessidade de:

Um governo forte, dotado de alto grau de liberdade de ação, como forma de deter os efeitos dispersivos dos "particularismos de ordem local" e as "influências desagregadoras internas ou externas" que ameaçavam a segurança nacional (discurso de Vargas citado e comentado por DINIZ, 1996).

O tipo de governo almejado por Vargas configura-se pela existência de um Estado forte, interventor e capaz de absorver para si o sistema decisório das políticas, outrora sob forte influência e direção dos grupos regionais (oligarquias). Embora esse processo de federalização das instâncias decisórias não fosse particularmente novo, com o Estado Novo ele se consagraria em definitivo. A centralização do poder pelo Executivo federal é algo que pode ser observado desde os primeiros meses da "Era Vargas". A título de exemplo, citamos as mudanças engendradas pelo então chefe do governo provisório, no aparelho de Estado, no que tange às políticas do complexo agroexportador de café. A primeira medida de vulto do governo recém-instalado foi a criação, em 1931, do *Conselho Nacional de Café (CNC)*.



O Conselho Nacional de Café (CNC)/ Departamento Nacional de Café (DNC)/ Instituto Brasileiro do Café (IBC)

Criado em abril de 1931, durante a realização de uma convenção de estados cafeicultores realizada no Rio de Janeiro. Durante esse encontro que contou com a participação dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná, foi assinado convênio que deu origem ao CNC, regulamentado por Vargas através do decreto nº 20.003, de 16 de maio do mesmo ano.

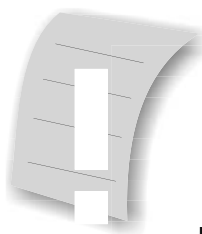
No entanto, a deterioração das relações entre São Paulo e o governo federal (que culminou inclusive com o confronto armado em 1932) fez com que Vargas extinguisse o CNC, visto como excessivamente

comprometido com os interesses dos produtores. Em substituição ao CNC foi criado, em fevereiro de 1933, o Departamento Nacional do Café. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, o DNC foi o responsável pela coordenação de todas as políticas relacionadas ao setor até março de 1946, quando extinto já pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra.

É interessante notar que, até o início da década de 1990, o país possuiu uma agência federal responsável pelas políticas do setor: foi o Instituto Brasileiro do Café (IBC), criado em 1952 pelo segundo governo Vargas. Essa autarquia existiu até março de 1990, quando foi extinta pelo programa de reformulação da máquina administrativa do governo Collor (1990-1992).

O Conselho Nacional de Café foi o órgão do Estado brasileiro que surgiu com o intuito de esvaziar o Instituto do Café do Estado de São Paulo, agência do governo paulista até então responsável pelo controle e pela operação das políticas do café. De forma geral, a partir de 1937, o governo Vargas levaria ao extremo a nacionalização das instâncias governamentais, sobretudo aquelas relacionadas às decisões estratégicas para o funcionamento global da atividade econômica. Para dar forma a esse modelo de Estado autoritário, se faria necessário um amplo quadro de reformas jurídico-institucionais em boa parte estabelecidas pelo texto da Constituição de 1937, de características centralistas, autoritárias e corporativistas. Elaborada pelo jurista Francisco Campos, discípulo intelectual do teórico autoritário Oliveira Vianna, a Carta de 1937 foi a quarta da História brasileira. Alinhava-se às tendências fascizantes da época, quando se encontravam no auge os regimes totalitários de extrema direita de Hitler, na Alemanha, e de Mussolini, na Itália. O texto constitucional que deu forma ao arcabouço jurídico normativo do Estado Novo rompeu drasticamente com a tradição liberal brasileira, que existiu, de diferentes modos, no período imperial e

na República desde a Constituição de 1891. Em linhas gerais, a Carta Magna de 1937 definia traços centrais para o novo Estado brasileiro que emergia do golpe de novembro; ultracentralização do poder político pelo Executivo Federal. Ao mesmo tempo que liquidava o divisionismo federativo, desconcentrava-se a máquina administrativa a partir da criação de órgãos técnicos (onde em geral atuavam figuras de notório saber técnico) com ampla participação das classes produtoras organizadas para assessorar a orientação política e econômica nacional.



A inspiração doutrinária do corporativismo do Estado Novo

O corporativismo – um dos traços mais importantes da ditadura Vargas no Brasil –, sob o ponto de vista doutrinário, possuiu inegável inspiração europeia. Azevedo Amaral (teórico estado-novista já citado) traduziu em 1938 a obra do pensador romeno Mihail Manoilescu *O século do corporativismo*. Nesta obra, o autor recomendava uma recuperação do passado, particularmente do senso de comunidade característico das corporações de ofício da Idade Média. Estas corporações, nos dizeres de Manoilescu, teriam a capacidade de articular a atividade econômica com a necessária sociabilidade e o espírito de comunidade negado pela impessoalidade do mercado liberal surgido posteriormente, no século XVIII. O corporativismo de Manoilescu buscou associar a noção medieval de comunidade à existência de Estados Nacionais autoritários e centralizadores. A partir desse tipo de Estado se recomporia uma organização social baseada nos ramos de produção, ou seja, nas corporações. Manoilescu foi o grande formulador da doutrina corporativa, que, ao ser apreendida por Azevedo Amaral, acabou por garantir grande unidade teórica ao Estado Novo.

A Carta Constitucional do Estado Novo consagrava, também, a legislação sindical-urbana elaborada desde o início da década e que atrelava a existência das associações profissionais *ad referendum* ao Ministério do Trabalho (MTIC). Quanto às nuances da relação Estado/classes trabalhadoras no Brasil durante o Estado Novo, é imprescindível o destaque à gestão de Alexandre Marcondes Filho à frente do MTIC no triênio 1942-45. Nesse período, ocorreu a implementação do projeto trabalhista de Vargas edificado desde a gestão de Agamenon Magalhães no MTIC, entre 1934 e 1937, evidenciando, de certa forma – pelo menos neste aspecto –, um relativo elo de continuidade entre o período constitucional e a ditadura Vargas. A gestão do paulista Marcondes Filho à frente do MTIC foi objeto de estudo de diversos trabalhos; no entanto, é de autoria da historiadora Ângela de Castro Gomes o esforço mais original para compreensão da atuação do advogado paulista naquela que se configurava na mais importante agência do Estado brasileiro ao longo da Era Vargas. Em sua tese de doutorado, Castro Gomes apresenta com minúcias a atuação de Marcondes Filho na elaboração do projeto que foi, sem dúvida, um dos vetores de sustentação e legitimidade do Estado ditatorial varguista frente aos diversos setores da sociedade civil, em especial, as classes trabalhadoras. Em síntese, reproduzindo a fala de Castro Gomes, o principal objetivo do projeto trabalhista (que não se resumiu aos limites da atuação do MTIC) foi o estreitamento dos laços entre o Estado e o movimento operário, via representação sindical. Ao mesmo tempo que se buscava maior controle sobre o movimento sindical, buscava-se também, por outro lado, maior representatividade deste movimento diante do operariado, “ou seja, não se buscava apenas o mero controle, mas a adesão e a mobilização, o que só é possível através dos procedimentos mais representativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real” (GOMES, 2005). Paralelamente também a esta lógica compreende-se o esforço da ditadura estado-novista de associar a noção de cidadania ao trabalho, seja através da coerção exercida pelos artifícios legais, seja pela propaganda ou pela ideologia oficial.

Propaganda e ideologia oficial: o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

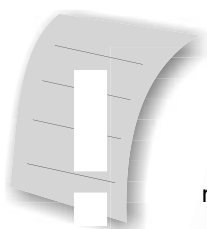
Um dos instrumentos mais eficazes para a sustentação da ditadura do Estado Novo foi a propaganda institucional formulada e operada de forma sistemática por uma agência estatal criada especificamente para esse fim. Instituído pelo Decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda tinha como objetivo estabelecer amplo controle sobre a produção cultural brasileira em suas mais diversas áreas. Além disso, era também tarefa do DIP estabelecer um rígido controle e supervisão sobre os diversos meios de comunicação de massa. Ao DIP atribuía-se a tarefa de elaborar e divulgar os parâmetros da ideologia oficial. Entenda-se, neste caso, ideologia como recurso de poder da própria ordem instituída. Em outras palavras, a ideologia assume a dimensão de um fato constitutivo da ordem que se deseja construir (MACHADO apud GOMES, 2005).

Mais do que um simples porta-voz da ordem instituída, o DIP, em sua dimensão de agência estatal, exercia um papel de ordenador da produção cultural, buscando atrelá-la e submetê-la ao projeto político oficial, dar sentido e fomentar a produção cultural segundo o prisma estabelecido pelos anseios da ditadura e do ditador. Dividido em seis seções – propaganda; radiodifusão; cinema e teatro; turismo; imprensa e serviços auxiliares –, entre as tarefas mais importantes estava a de organizar o programa de radiodifusão oficial chamado "A Hora do Brasil". Com sessenta minutos de duração e transmitido diariamente, o programa sintetizava as principais ações do governo. "A Hora do Brasil" era a voz do presidente nos lares de milhões de brasileiros. Constituída-se no esforço cotidiano de aproximar o cidadão e seu presidente (ditador!), um recurso de poder fundamental para a construção da carismática imagem de Vargas.

No campo da produção cultural deve ser mencionado o esforço do DIP em conceber uma publicação periódica que não

alijou figuras importantes da intelectualidade da época (até mesmo os não alinhados à ideologia oficial). A Revista *Cultura Política* – publicação mensal de estudos brasileiros sob direção do intelectual Almir Andrade, circulou de março de 1941 ao fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Foi certamente a mais importante publicação do DIP e tinha como propósitos promover uma nova concepção de cultura, adequando-a aos pressupostos nacionalistas e autoritários da ordem autoritária em vigência, e, sobretudo, “esclarecer e divulgar ao grande público as transformações que o país sofria por obra das iniciativas governamentais” (GOMES, 2005). Além de Azevedo Amaral (já citado no primeiro boxe desta aula) e Francisco Campos, teóricos próceres da ditadura Vargas, a revista contou também com a participação esporádica de nomes como Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos e Gilberto Freyre, que se limitaram a escrever sobre assuntos relacionados às suas áreas de interesse, respectivamente história, literatura e folclore.

O Departamento de Imprensa e Propaganda perdurou até 1945, quando suas funções já não se adequavam à nova ambiência social que marcava a conjuntura brasileira da época. As crescentes pressões da sociedade civil organizada pelo fim da censura e pela liberdade de expressão levaram ao esgotamento das atribuições do órgão, levando Vargas a extingui-lo, por decreto, em fins de maio daquele ano.



"Hora do Brasil/Voz do Brasil"

A ideia de se fazer um programa radiofônico oficial diário não foi, propriamente, uma originalidade da ditadura Vargas. Segundo o historiador Orlando de Barros, a inspiração para a Hora do Brasil veio da Alemanha Nazista, mais especificamente da forma como o Terceiro Reich lançava mão dos veículos de comunicação de massa para dar publicidade às principais ações

do cotidiano do Executivo. A versão brasileira do programa "Hora de Berlim" perdurou até 1942. Com a aproximação do Brasil ao bloco dos Aliados e o enfraquecimento dos setores germanófilos no governo varguista, mudanças foram realizadas no programa, e a principal delas foi sua denominação. A "Hora do Brasil" passou a se chamar "Voz do Brasil", um evidente esforço para assemelhar o programa radiofônico brasileiro à "Voz da América", o serviço internacional radiofônico do governo dos EUA, que começava a ser transmitido em fevereiro daquele mesmo ano.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção o documento exposto a seguir. O Golpe do Estado Novo: mensagem lida por Getúlio Vargas em 10/11/1937.

(...) Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos de meus concidadãos acedi [concordei] em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo a Nação. As decepções que o regime derogado [invalidado] trouxeram ao país não se limitaram ao campo moral e político. A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. (...) Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se à conclusão iniludível [sem dúvida], a respeito das gêneses políticas de nossas instituições: elas não correspondem, desde 1889, aos fins para que se destinavam. Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a

inexistência de partidos nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava, apenas, em sentido negativo. (...) Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material, se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais. (...) (PRIORE, 1997).

A leitura e análise de documentos são primaciais para a compreensão da história política ou das ideias políticas de um Estado-Nação consolidado ou em vias de se consolidar. Tomando especificamente a temática da primeira parte desta aula, observamos que, por diversas formas, buscou-se construir a legitimidade do regime ditatorial instaurado por Vargas em novembro de 1937.

Ao ler a mensagem de Vargas proclamada no dia do golpe que instituiu o Estado Novo, identifique até dois argumentos apresentados pelos teóricos autoritários que legitimavam a ditadura do Estado Novo. Explique sua resposta, fazendo um arrazoado das ideias dos intelectuais autoritários mencionados ao longo da aula. (Lembre-se de que o texto da aula deve ser um ponto de partida para sua análise; se possível, faça buscas por obras desses autores).

Em linhas gerais, de que forma essas teorizações se aplicaram ao novo ordenamento institucional estabelecido pela ditadura Vargas?

Comentário

Você deverá identificar que, no modelo de Estado autoritário implementado no Brasil entre 1937 e 1945, a nação era a expressão dos interesses da coletividade. O pensamento

autoritário da época defendeu a importância da realização de uma reforma institucional de forma centralizadora no país. Nesse período, o Estado, através das leis e da coerção propriamente dita, garantia o equilíbrio da sociedade hierarquizada. No Estado Novo, a figura de Getúlio Vargas estava associada ao mando e passou a representar a mentalidade política brasileira.

A economia política da década de 1930 e o novo papel do Estado no desenvolvimento econômico

É consenso entre os estudiosos especialistas no período apontar para o novo papel do Estado brasileiro no que tange ao desenvolvimento econômico, no pós-1930. Foi neste contexto que se produziu a primeira grande ruptura no que diz respeito à acumulação capitalista no país, na direção do estabelecimento de um núcleo-base de indústrias de bens de produção e de uma infraestrutura elementar para fomento a esse esforço de crescimento industrial. Sem dúvida, as condicionantes desse novo papel do Estado, erigido ao longo da década, estão relacionados à conjuntura internacional, especificamente à depressão que se segue à grande crise econômica de 1929 e seus imediatos efeitos na vulnerável economia brasileira, predominantemente agrário-exportadora. Atrela-se também a essa mudança (modernizadora) do Estado brasileiro o momento social e político vivido naquela conjuntura, que pode ser definido como de séria crise de hegemonia dos grupos cafeeiros paulistas (MENDONÇA, 1988), segmentos tradicionais da ordem republicana vigente até então.

No entanto, não se confunda crise de hegemonia desses grupos oligárquicos regionais com alijamento absoluto deste mesmo grupo dos espaços decisórios do novo Estado em processo de

construção no pós-1930. Mesmo não repetindo o modelo de política de defesa do café preconizado pelos grupos no poder durante a Primeira República, o Estado varguista não se esquivou em buscar saídas para a crise do setor ocasionada pelos efeitos da grande recessão estabelecida após 1929. Neste sentido, a efetiva resposta foi dada pelo governo então recém-instalado. Tendo à frente do Ministério da Fazenda o banqueiro paulista José Maria Whitaker, o esforço governamental em defesa do café seguiu basicamente com três eixos: a compra, por parte do Governo Federal, de boa parte da safra paulista de 1929/1930. Usando aporte de recursos obtidos por empréstimos estrangeiros, o governo impedia, com essa medida, a bancarrota da cafeicultura paulista; o consequente estabelecimento de uma cota de sacas de café de pior qualidade para queima imediata. A chamada “cota do sacrifício” era a contrapartida imposta pelo Governo Federal aos produtores. A medida, embora radical e alvo de críticas das associações de produtores, foi fundamental para atenuar o declínio já acentuado do preço no mercado mundial; e, por último, a diplomacia econômica do governo se lançou numa poderosa ofensiva comercial para estabelecer acordos de compra do café brasileiro entre dezenas de países da Europa central e isenção tarifária desse produto para importação pelos EUA a partir de 1935 (LEOPOLDI, 2003). Em 1937, já na gestão de Souza Costa à frente da Fazenda, o governo brasileiro lançaria mão de mecanismos menos heterodoxos, liberando, por exemplo, a taxa de câmbio e reduzindo as tarifas de exportação deste gênero agrícola; mantinha-se, entretanto, a cota de queima.

Ficaria muito nítido, com essas medidas, que o governo Vargas, embora buscasse meios para atenuar a vulnerabilidade e a grande flutuação dos preços do produto no mercado internacional, abandonara a proposta de defesa permanente da cafeicultura, tal como era realizada no período 1906-1929. As políticas para o setor estavam muito mais identificadas em uma tentativa de redução da vulnerabilidade da balança comercial brasileira do que propriamente garantir os interesses específicos de segmentos agrário-exportadores, fragilizados

por aquela conjuntura de crise econômica e mudanças na coalizão de poder em operação ao longo da década de 1930. *Pari passo* a essas medidas, as mudanças de caráter centralizador no aparelho de Estado garantiriam pleno controle por parte do Governo Federal da elaboração e execução das políticas do setor. Como citamos, o esvaziamento do Instituto do Café do Estado de São Paulo e a criação dos CNC em 1931 exemplificam esse novo alinhamento institucional da política cafeeira.

A relação Estado/empresariado industrial

Ao mesmo tempo que perdia espaço uma orientação estritamente vinculada à manutenção dos interesses agroexportadores, ganhava vulto um mosaico de setores da sociedade brasileira não propriamente associados a tais grupos tradicionais e que passariam a vocalizar novas demandas, discursos e projetos que postulavam uma reorientação do papel do Estado brasileiro. Sem dúvida, essas novas expressões refletiam o rearranjo de forças que se executava a partir da vitória dos “revolucionários de 1930” e ao longo daquela década. Neste contexto é que viremos a observar a gradual emergência de lideranças do empresariado industrial brasileiro, que buscavam dar voz aos anseios desse segmento em ascensão. A emergência de uma burguesia industrial ao longo dos anos 1930, a construção de um discurso próprio e pretensamente hegemônico, bem como os espaços que esta fração de classe viria a adquirir no aparelho de Estado (principalmente no pós-1937), dariam a tônica da elaboração de uma ideologia industrialista que ganhou corpo ao longo das décadas de 1930 e 1940 (DINIZ, 1978). Não se pode afirmar que houve, por parte do Estado brasileiro ou das elites emergentes, ao longo dos anos 1930, um projeto sistemático de desenvolvimento industrial, posto que tal projeto foi sendo construído em cima dos acontecimentos, respondendo aos desafios conjunturais, que não foram poucos, e às várias demandas econômicas e políticas, só compreensíveis a partir

de uma perspectiva histórica (LEOPOLDI, 2003). É neste instante que se deve compreender o esforço de lideranças do empresariado industrial brasileiro em buscar instrumentos de construção de sua própria hegemonia. Em outras palavras, consolidar a ideia da industrialização como alternativa exequível para o desenvolvimento brasileiro e operando, para isso, as reformulações institucionais necessárias. A participação da burguesia industrial na defesa e organização de seus interesses específicos já vinha se desenhando desde os anos 1920, tendo como corolário a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o mais importante órgão de representação de classe do segmento (MENDONÇA, 1988). Ao empresariado industrial brasileiro coube, mormente, a luta para participação efetiva nos novos espaços institucionais decisórios criados no aparelho de Estado: conselhos técnicos e comissões. A partir dessas ações específicas, seria possível a elaboração de um discurso próprio, servindo de base para um programa industrialista a ser implementado pelo Estado. Nesta perspectiva, lideranças como o paulista Roberto Simonsen (Fiesp) e o empresário mineiro Euvaldo Lodi (Confederação Nacional da Indústria – CNI) teriam papéis-chave como articuladores da relação Estado/empresariado industrial.

É necessário assinalar que esta elite industrial, ao elaborar sua perspectiva industrializante na década de 1930, se apropriaria de forma deliberada de categorias do discurso produzido pelos teóricos do pensamento político autoritário vigente à época, redefinindo-os como suporte da modernização econômica que defendiam (MENDONÇA, 1988). O movimento em prol da industrialização ganharia contornos ideológicos que o associavam ao fortalecimento da soberania nacional. Em linhas gerais, o binômio industrialização/autoritarismo se desenharia no sentido de superar a vulnerabilidade da economia brasileira em face do seu caráter predominantemente agroexportador, da ação regulamentadora efetiva do Estado sobre a atividade econômica em geral e do estabelecimento do padrão de financiamento público, ou seja, o Estado convocado para erigir as condições básicas para o crescimento industrial, no que tange

ao estabelecimento de uma indústria pesada (na qual o capital privado nacional não tinha condições de alocar recursos próprios em função dos altos custos) e de uma infraestrutura basilar para esse desenvolvimento industrial. É nesse contexto que a discussão sobre o petróleo, a siderurgia e a energia elétrica emerge como primaz na agenda política brasileira.

Indústria e infraestrutura: petróleo e siderurgia na pauta do desenvolvimento brasileiro

Superado o primeiro momento caracterizado pela crise e recessão (1929-1931), a economia brasileira observaria um vertiginoso crescimento, principalmente no que tange ao estímulo à industrialização. Este vultoso crescimento industrial registrado principalmente no triênio 1933-1936 (LEOPOLDI, 2003) se daria basicamente pelo resultado da conjugação de alguns fatores. A ampliação do processo de substituição de importações – motivado pela conjuntura externa de crise e brusca desaceleração da economia mundial no imediato pós-1929 – é o primeiro deles. Em segundo lugar, podemos citar a pronta resposta dada pelas políticas governamentais ao choque externo sofrido pela economia brasileira. E, por último, a existência de demandas setoriais que ganhavam espaço na cena política brasileira e que gradativamente foram incorporadas pelo Estado. Além de um programa industrialista sendo gerido por lideranças desses segmentos, merece destaque também o papel dos militares, que passaram a postular a criação de uma infraestrutura mínima no país, para servir de base ao desenvolvimento industrial em curso e vista como condição elementar para manutenção da soberania nacional.

Desenvolvimento industrial e soberania apontavam necessariamente para o tratamento de algumas questões que, no período entre 1930-1945, foram cruciais para erigir as bases sustentadoras do desenvolvimento brasileiro até os anos 1980. Petróleo e siderurgia (além da energia elétrica) foram os pontos primaciais que

ganharam os círculos do debate político-econômico que propunha o salto industrial qualitativo almejado por importantes segmentos da elite brasileira. Seriam questões de relevo na economia política não apenas do Estado Novo, mas de todo o primeiro governo Vargas. O debate acerca dessas questões ultrapassaria (e muito) os limites da mera discussão técnica e ganharia contornos eminentemente políticos. Em linhas gerais, era preciso construir um consenso na sociedade brasileira e na base política do Estado para que essas questões pudessem se transformar em políticas públicas efetivas (LEOPOLDI, 2003).

A questão do petróleo

A política do petróleo começou a ganhar relevo na agenda política brasileira ainda antes do Estado Novo, em meados dos anos 1930. Nessa época, a base energética brasileira era extremamente rudimentar, basicamente composta pela lenha e pelo bagaço da cana. Havia um esforço muito incipiente para utilização de derivados de combustíveis fósseis para abastecimento da indústria nacional, que gozavam inclusive de incentivos governamentais para processamento do óleo cru e do óleo combustível. Nesse cenário, algumas refinarias de pequeno e médio porte, entre as quais se destacavam a Matarazzo e a Ipiranga, instaladas em São Paulo (MARTINS, 1976 apud LEOPOLDI, 2003).

As bruscas flutuações do preço da gasolina preocupavam em demasia o governo brasileiro, tendo em vista a grande dependência de importação desse derivado pela indústria instalada no país. Foi quando, em 1935, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), analisando a questão, passou a sugerir a participação mais efetiva do capital privado nacional na instalação de refinarias. Destacava-se nesse movimento a atuação do mineiro Euvaldo Lodi (membro do CFCE), ao propor o controle do Estado na importação e no controle da oferta de petróleo no mercado brasileiro, enquanto o processamento e a distribuição ficariam a cargo do empresariado

nacional. Propunha-se já, com essa estratégia, que o capital privado brasileiro assumisse um papel relevante na produção de derivados desse insumo. Não tardariam a perceber os industriais que a aproximação com os setores militares era algo necessário, tendo em vista o posicionamento destes últimos, no qual o petróleo era ponto estratégico para segurança e soberania nacionais. Apesar de aprovada a proposta de Lodi no CFCE, não se concretizaram projetos para a instalação de refinarias, em função das elevadas inversões de capital necessárias e da ausência de suprimento corrente de matéria-prima (petróleo) para tais empreendimentos.

No final da década, o Estado brasileiro agiria de forma mais incisiva para dar o ponto de partida no tratamento da questão do petróleo, criando o primeiro órgão para tratar das políticas para o setor. A criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938, atendia ao mesmo tempo os anseios do empresariado nacional e dos militares, já que o mesmo seria presidido pelo general Horta Barbosa. Representava o primeiro esforço para discussão e formulação das políticas de exploração, produção e distribuição de derivados de petróleo. Solucionada apenas no início dos anos 1950, com a criação da Petrobras, as controvérsias acerca dos limites de atuação do Estado brasileiro na questão petrolífera começavam a ganhar corpo nos início da década de 1940. Polarizavam a discussão aqueles que, tendo à frente o general Horta Barbosa, defendiam o total controle do Estado sobre a exploração, o refino e a distribuição do petróleo. A “tese” estatista excluía de forma peremptória o capital privado nacional da cadeia produtiva do petróleo, o que desagradara sobremaneira o empresariado industrial, que tinha como principais entidades de classe a CNI e a Fiesp. Além disso, a aproximação com os EUA, em função da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942, contribuiu para o esvaziamento dessa proposta estatizante e a queda de Horta Barbosa do CNP.

A efetiva participação de lideranças do empresariado no aparelho de Estado veio a corroborar a formulação de propostas que contemplariam os interesses deste segmento de classe nas

atividades petrolíferas. No I Congresso Brasileiro de Economia, realizado em 1943, Roberto Simonsen (então membro do Conselho de Política Industrial e Comercial do governo brasileiro) defendeu a participação de capitais privados nacionais no setor, estabelecendo que 60% seriam o percentual de participação do capital brasileiro e 40% delegados à participação de empresas estrangeiras (LEOPOLDI op. cit.) como a Standart Oil e a Anglo Mexican – Shell –, que, desde a década anterior, possuíam amplo interesse no praticamente inexplorado mercado brasileiro. O debate acerca dos modelos de políticas para o setor tornar-se-ia ainda mais acalorado no pós-guerra, definindo-se apenas no início dos anos 1950, quando o Estado brasileiro fechou questão no monopólio estatal para a exploração desse mineral. Restaram ao capital privado nacional o refino e a produção de derivados e, ao capital estrangeiro, à atuação do mercado distribuidor de combustíveis.

A questão da siderurgia: a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, a CSN e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Malgrado a existência de um incipiente setor privado de indústrias siderúrgicas desde a década de 1920, tal atividade só passaria a constar efetivamente na pauta da agenda política do país quando a orientação modernizadora-industrialista do governo brasileiro começou a se delinear ao longo da década de 1930. Neste contexto, verificou-se a necessidade premente do Estado em atuar nesse setor, entendido estratégico para o salto industrial em vias de ser efetivado. A demanda crescente por aço esbarrava na incapacidade de o setor privado supri-la. Urgiam na sociedade brasileira vozes que postulassem a atuação do Estado como garantidor desse insumo industrial. Os militares, neste sentido, viriam a adquirir papel de protagonistas na elaboração de uma efetiva proposta de atuação estatal. Em 1940, ao mesmo tempo que Vargas tentava estabelecer acordos com os EUA (país que possuía uma crescente demanda por minério de ferro e aço) para possíveis parcerias com

o capital estrangeiro, foi criada, pelo Decreto-lei 2.054, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, “encarregada de fazer os estudos e de criar uma companhia nacional de siderurgia. Ela contava com a participação de Edmundo Macedo Soares, militar especializado em engenharia de minérios, e do empresário Guilherme Guinle” (LEOPOLDI, 2003). A composição política e técnica da comissão do plano siderúrgico refletia a evidente aproximação entre militares e empresariado industrial com o escopo de elaborar o modelo de política estatal para o setor; outrossim, mostrava a capacidade de influência desses segmentos frente ao *establishment* varguista, tendo em vista a efetiva participação de figuras proeminentes, lideranças intelectuais orgânicas desses dois setores.

Sem dúvida, o ano divisor de águas para a definição das políticas para o setor foi o de 1940. No bojo das discussões realizadas por essa comissão e a partir dos entendimentos entre o governo brasileiro e o governo americano (através do Eximbank – Banco de Exportação e Importação), surgiu a decisão de se construir uma usina siderúrgica estatal de grande porte. O governo americano abriria uma linha de crédito de 20 milhões de dólares, e a contrapartida brasileira seria de 25 milhões, provenientes de várias fontes – depósitos das cadernetas de poupança em bancos públicos, fundos de pensão e aposentadoria e ações do Tesouro (LEOPOLDI, 2003; MARTINS, 1976). O local escolhido para a instalação da usina, a cidade de Volta Redonda (RJ), ocorrera pela necessidade de se estabelecer um complexo de indústrias de base no eixo Rio–São Paulo, principal polo urbano-industrial do país. Nas negociações entre o governo brasileiro e os EUA merece destaque a capacidade de barganha da diplomacia brasileira. A consolidação do acordo para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em março 1942, se deu no contexto de imediata definição da entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial (após o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor, no Pacífico). Neste sentido, a diplomacia econômica brasileira soube, de forma singular, explorar as condições objetivas que açodavam a entrada dos EUA no conflito; soube também explorar os interesses econômicos e militares

americanos no campo de batalha. A promessa de um fornecimento constante de minerais estratégicos para os EUA e a autorização para estabelecimento de bases militares no Nordeste brasileiro foram condições colocadas pelo governo dos EUA e prontamente atendidas pelo Brasil. Em troca, garantiam-se os vultosos recursos para a construção da CSN. Para a presidência da companhia foi indicado o nome do industrial Guilherme Guinle, enquanto a diretoria técnica ficou a cargo do engenheiro militar Macedo Soares.

Construída ao longo da Segunda Guerra Mundial, a Siderúrgica Nacional só passou a operar no máximo da sua capacidade produtiva em 1948. Tomando de empréstimo as palavras da historiadora Maria Antonieta Leopoldi (2003):

A CSN foi o último empreendimento significativo do primeiro período Vargas e o símbolo de um projeto nacional desenvolvimentista que envolveu uma tácita aliança entre Estado, industriais e militares.

De fato, consolidava-se um modelo de acumulação capitalista que, malgrado a atuação do capital privado nacional em diversos setores, consolidava o Estado como grande agente indutor das opções de desenvolvimento adotadas no período.



Atende ao Objetivo 2

2. A partir do que foi analisado na 2ª parte da aula, de que forma os segmentos sociais apontados – e que formavam a coalizão de poder do Estado Vargasista entre 1930-1945 – contribuíram para definir as opções de desenvolvimento e a economia política do período?

Comentário

Você deverá aludir à participação dos setores (segmentos, classes ou frações de classe) que, ao se organizarem, passaram a pleitear e, posteriormente, a participar de espaços decisórios estratégicos do aparelho de Estado ao longo do primeiro período Vargas. Nesse sentido, mais do que compreender que o Estado não é um mero ente epistemológico requerido numa estratégia industrializante (utilizando a expressão do cientista político José Luis Fiori), as opções de desenvolvimento, bem como as políticas econômicas efetivamente implementadas, foram resultado da ação política coordenada desses segmentos, que fizeram valer seus interesses políticos objetivos de classe e/ou corporativos. Cita-se, ao longo da aula, com maior ênfase, a atuação do empresariado industrial e dos militares.

RESUMO

A partir de 1937, com o estabelecimento da ditadura varguista, apresentamos as estruturas de poder do Estado que levaram ao novo alinhamento institucional do país. Dessa forma, destacamos o significado histórico do golpe de novembro de 1937, bem como a centralização do poder que permitiu o fortalecimento do Estado brasileiro. Além disso, demonstramos os principais aspectos da economia política dos anos 1930, com destaque para o novo papel do Estado no desenvolvimento econômico do Brasil.

Informação para a próxima aula

Na próxima aula, teremos como objeto de análise a política cultural estado-novista e seus artífices intelectuais. Também serão escopo de nossa próxima aula os esforços de construção da imagem da ditadura Vargas e de seu ditador.

Aula 5

Estado Novo (2ª parte)

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Avaliar a importância da educação e da música no país durante os anos do Estado Novo como forma de consolidação do regime varguista.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as principais características da educação, com destaque para o ensino de História, que contribuíram para a formação e o fortalecimento do sentimento de identidade nacional durante o tempo de Vargas;
2. reconhecer a importância da política cultural do Estado Novo, com destaque para o rádio, e a atuação dos seus artífices intelectuais, que contribuíram para a construção da imagem de Getúlio Vargas como líder da nação.

INTRODUÇÃO

Como estudamos na aula anterior, o Estado Novo vigorou no Brasil entre 1937 e 1945 e representou um período ditatorial comandado pelo presidente Getúlio Vargas. O regime que vigorou naqueles anos tinha um projeto ambicioso e poderia até ter durado mais. Entretanto, a pressão interna e os acontecimentos internacionais ligados à Segunda Guerra Mundial acabaram por levar ao seu malogro. Após termos estudado os principais traços da política econômica do período, é necessário destacarmos outros aspectos da vida social.

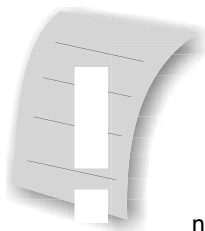
Nos anos 1930 e 1940, a vida do país ganhou novos contornos. As cidades cresciam e suas construções sinalizaram o processo de mudança, como é o caso do Edifício Martinelli, em São Paulo, o mais alto da América do Sul. Com certeza, uma síntese daquela efervescência foi feita por Mário de Andrade, que afirmou: “Eram caminhões, bondes, autobondes, anúncios luminosos, relógios, faróis, rádios, motocicletas, telefones, gorjetas, postes, chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina.” No Brasil, cada vez mais urbanizado, as capitais se destacavam, e alguns desafios se impunham ao país. Desta forma, os maiores desafios estavam na educação – mais especificamente no debate sobre a instrução pública – e no rádio, isto é, a grande novidade tecnológica da comunicação que propiciou a aproximação entre o presidente e a população brasileira. Para Vargas, a imprensa era o maior elemento de colaboração para um governo de sucesso. Com a disseminação desse novo meio, a música passou a fazer parte, de maneira sistemática, da realidade dos brasileiros, e seus artistas, cantores e compositores, cada vez mais ganhavam visibilidade junto ao público.

A política da educação no tempo de Vargas

Gustavo Capanema e o Ministério da Educação e Saúde

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, os titulares da pasta (posto de ministro de Estado) adotaram medidas para estruturar o órgão. Na metade de 1934, Gustavo Capanema foi nomeado por Getúlio Vargas ministro da Educação e Saúde Pública. O alvo de sua administração à frente da pasta era a organização de um Plano Nacional de Educação, que tinha como meta principal estabelecer um modelo único de educação para todo o país e, assim, garantir sua modernização. Vale lembrar que esse plano foi uma importante conquista garantida pela Constituição de 1934, que também apresentou a criação do Conselho Nacional de Educação. É importante ressaltar que data dessa época a destinação de percentuais dos impostos direcionados à educação por parte dos estados e da União. Desse modo, a vinculação constitucional previa, respectivamente, 20% e 10%. Lembremos que algo semelhante foi retomado pela Constituição de 1988.

Como afirma Ângela de Castro Gomes, os estudos para o plano iniciaram-se em 1936. A ideia tinha tanto adeptos – que o consideravam como uma arma decisiva para a modernização do ensino – quanto críticos, que, diante da dimensão e da diversidade do país, consideravam essencial a descentralização do sistema de ensino. A polêmica estava estabelecida. Entretanto, os acontecimentos de 1935 – que tiveram como protagonistas os comunistas por meio de um levante – e o golpe de novembro de 1937 – que deu início à ditadura varguista – não permitiram a apreciação do assunto pelo Congresso. A partir desse contexto político autoritário, o ministro Capanema encaminhou as mudanças educacionais de acordo com as orientações nacionalistas, autoritárias e centralizadoras do Estado Novo.



Gustavo Capanema

Nasceu em 1900, no estado de Minas Gerais, e formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1924. Ainda na década de 1920, Capanema teve contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos, uma vez que ocupou a Secretaria do Governo Mineiro. Nesse mesmo período, Capanema iniciou sua carreira política ao eleger-se vereador pela cidade de Pitangui (MG). Em 1930, Olegário Maciel, seu primo, elegeu-se para o governo mineiro e indicou Capanema para o cargo de oficial de gabinete (membro da equipe de uma autoridade pública) e, a seguir, para a Secretaria de Interior e Justiça. Posteriormente, assumiu interinamente o cargo de interventor federal em Minas Gerais. Após a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República pela Assembleia Constituinte, em 1934, Capanema foi efetivamente nomeado para o Ministério da Educação e Saúde Pública. No ano seguinte, suas principais frentes de trabalho foram os estudos para a criação da Universidade do Brasil, ocorrida em 1937, e a construção do edifício-sede do Ministério no centro da então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, passando a ser conhecido como Palácio da Cultura. Considerado um marco na arquitetura moderna do país, o Palácio Gustavo Capanema teve seu projeto definitivo sob responsabilidade da equipe chefiada por Lúcio Costa e integrada por Oscar Niemeyer. A construção contou ainda com a participação de Cândido Portinari, responsável pelos afrescos e pelo painel de azulejos, e de Roberto Burle Max, responsável pelo projeto paisagístico. Ao procurar distanciar-se das disputas políticas e ideológicas das décadas de 1930 e 1940, Capanema formou sua equipe de maneira diversificada e contou com nomes significativos no campo das letras e das artes plásticas, como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa e Vinícius de Moraes.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a ação do Ministério da Educação e Saúde foi marcada pelo traço centralizador e autoritário do regime. Neste sentido, a educação era compreendida como um instrumento do Estado, que deveria seguir as diretrizes morais, políticas e econômicas da ditadura varguista. A prática pedagógica de então exaltava o amor à pátria e a “raça brasileira”. Essas expressões que demonstravam nacionalismo exacerbado eram frequentemente encontradas nos livros escolares. Por sua vez, um número expressivo de escolas existentes nos núcleos de colonização do país foi nacionalizado, com destaque para os estabelecimentos alemães, fato que se intensificou com o rompimento das relações do Brasil com a Alemanha por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Os monumentos artísticos e históricos do país também receberam atenção de Capanema, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e instituições como o Museu Imperial de Petrópolis, o Museu da Inconfidência em Ouro Preto, para citarmos apenas alguns. Já a partir de 1942, foram editadas várias leis orgânicas do ensino referentes ao nível secundário. É importante lembrar que a Reforma Capanema, isto é, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, vigorou até 1961, quando foi substituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo, Capanema deixou o Ministério da Educação e Saúde.

A educação em movimento

Nos projetos educacionais de sucesso na ditadura varguista, destacamos a criação da Universidade do Brasil (UB), formada por quinze escolas ou faculdades – que receberam a denominação de “Nacional” –, dezesseis institutos e pelo Museu Nacional. Para além da proposta educacional, a UB deveria ter um *campus* imponente, monumental – que futuramente seria erguido na ilha do Fundão –, o que só reforçava a dimensão da proposta ministerial. Vale lembrar que, anteriormente, as universidades existentes no país eram a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, a Universidade

de Minas Gerais de, 1927, e mais três como frutos da reforma de 1931, a Universidade do Rio Grande do Sul, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal.

A inauguração da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil representou um importante passo no projeto educacional de Getúlio Vargas, uma vez que se tornou referência (modelo) para as demais faculdades responsáveis pela formação dos futuros professores para o magistério secundário. Assim, a carreira docente garantiu a condição de uma profissão de nível superior. Também como instituições da Universidade do Brasil surgiram a Faculdade Nacional de Arquitetura e a Faculdade de Ciências Econômicas. Logo depois, foi a vez da inauguração da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, que visava principalmente à formação de pessoal técnico em educação física, prática obrigatória nas escolas pela Constituição do Estado Novo de 1937. A reformulação do ensino superior da Reforma Capanema demonstrava o caráter centralizador e burocratizado ao adotar um padrão comum para todo o país, como, por exemplo, o controle dos currículos dos cursos, para citar uma das medidas de maior repercussão.



Figura 5.1: Palácio Gustavo Capanema.

Fonte: http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.faecetec.rj.gov.br/desup/images/noticias/iiforum/port_01.jpg&imgrefurl=http://www.faecetec.rj.gov.br/desup/index.php%3Foption%3Dcom_content%26view%3Darticle%26id%3D353:iiforum-da-educacao-superior-da-faecetec%26catid%3D16:timas-notas%26itemid%3D33&usg=__XzGPF0egGXlokwlkBePjGnhl9mM=&h=436&w=700&sz=56&hl=ptBR&start=8&um=1&itbs=1&itbnid=uSsCs4_R9vXDvM:&itbnh=87&itbnw=140&prev=/images%3Fq%3Dpalacio%2Bgustavo%2Bcapanema%2B.gov%26um%3D1%26hl%3DptBR%26tbs%3Disch:1

Nessa mesma época, outras duas inovações foram importantes. A primeira foi a criação, em 1938, do Instituto Nacional do Livro, que, dentre outras funções, controlava a elaboração dos conteúdos dos livros didáticos e era responsável, também, pela implantação de bibliotecas públicas pelo país. Devemos realçar que o Instituto contou com a colaboração de Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade. Já a segunda foi a fundação, no mesmo ano, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que contou inicialmente com a direção de Lourenço Filho. Este último órgão foi criado a partir de um decreto-lei (decreto com força de lei que tem origem no Poder Executivo) e com as seguintes atribuições: organizar a documentação relativa à história e ao estado das doutrinas e técnicas pedagógicas da época, garantir o intercâmbio entre as várias instituições brasileiras bem como em relação às do exterior, produzir pesquisas e divulgar seus trabalhos.

Já na década de 1940, a atenção ministerial voltou-se para a promulgação de leis orgânicas (diretriz, modelo, norma) de ensino com o objetivo de reformar vários setores do Ensino Médio como, por exemplo, o Ensino Industrial e o Ensino Comercial. Esses cursos profissionalizantes eram voltados para aqueles que não seguiriam carreiras universitárias. Aqui vale uma observação. Para garantir o funcionamento em larga escala do ensino profissional, o governo brasileiro precisou recorrer à criação de um sistema paralelo a partir de um convênio com as indústrias, por intermédio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que organizava o setor industrial brasileiro desde 1938. Como forma de assegurar essa reforma, foi criada, por decreto, uma instituição de direito privado com o objetivo de manter escolas em contato com as empresas fabris, isto é, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Nos pontos principais da legislação de sua criação podemos destacar: a preparação sistemática do aprendiz em centros ou em escolas de aprendizagem que fossem comuns a várias empresas, a obrigação dos empregadores de manter como seus empregados uma determinada porcentagem de aprendizes e de assegurar-lhes o

treinamento e o custeio por meio de uma contribuição compulsória de 1% sobre as folhas de pagamento de todos os empregados. Ainda em relação ao ensino industrial, logo a seguir foi criada, no Rio de Janeiro, a Escola Técnica Nacional, que passou a ser referência do ensino industrial no país. Vale destacar que o ensino profissional e de escolas que se formavam nas empresas era assunto discutível entre os educadores, uma vez que os seguidores de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros (*Movimento da Escola Nova*), por exemplo, percebiam nesse tipo de proposta o fortalecimento da ideia de um ensino dual – uns estudam e outros trabalham – e socialmente hierarquizado. Desta forma, os críticos defendiam um único tipo de educação, com oportunidade igual para todos os brasileiros, sem qualquer tipo de diferenciação, inclusive econômica.

Nas modificações adotadas, o Ensino Secundário também passou por uma reformulação (Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 ou Reforma Gustavo Capanema) ao apresentar um primeiro ciclo composto de quatro séries, o ginásial, seguido de outro ciclo (ensino complementar) que contava com três anos e que poderia ser o curso clássico ou o científico, o colegial. Os currículos, por sua vez, apresentavam a preocupação com a quantidade do conteúdo, isto é, enciclopédicos e, portanto, preocupados com a vastidão (extensão) dos conhecimentos. Nas matérias, podemos destacar aquelas ligadas à cultura geral e de aspecto humanístico. A preocupação com o Ensino Secundário veio das tentativas, nem sempre bem-sucedidas, da Reforma Campos (1931), que, pela primeira vez na história do país, estabeleceu um sistema educacional de âmbito nacional que estruturou também os três ensinos, isto é, primário, secundário e superior. O primeiro titular do Ministério da Educação, Francisco Campos, instituiu a organização do Ensino Secundário em séries, o que modificou seu perfil. De acordo com Ângela de Castro Gomes, o ensino secundário simplesmente deixou de ser preparatório para o nível superior e tornou-se um espaço de formação obrigatória e, portanto,

com objetivos próprios fundados num longo currículo submetido a avaliações sucessivas. A reforma [Campos]

também criou um sistema nacional e centralizado de inspeção do ensino secundário, que deveria fiscalizar tanto os aspectos burocráticos quanto os pedagógicos. (GOMES, 2002, p. 419).

Entretanto, a Reforma Campos encontrou resistências da sociedade. Em linhas gerais, podemos afirmar que a escola secundarista regulamentada e nacionalmente estabelecida na prática produziu efeito contrário; ao invés de estimular a inserção no ambiente escolar de maior parcela da população, a modificação conteve a inclusão desse grupo, pois o acesso era considerado difícil e custoso, sendo praticamente efetuado pelos setores médios urbanos. Portanto, a Reforma Capanema (1942) procurou reverter esse quadro ao enfatizar o ensino humanístico em vez do técnico. Em tempos de Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a educação militar também recebeu atenção do governo e era direcionada aos alunos do sexo masculino. Enquanto Educação Moral e Cívica era matéria obrigatória, a educação religiosa passou a ser facultativa.

Diante dessas modificações ocorridas no tempo de Vargas, como o ensino de História era pensado? De acordo com Kátia Abud, os educadores brasileiros da primeira metade do século XX que participaram dos órgãos públicos educacionais procuraram fazer com que a História fosse um veículo para suas ideias. Neste sentido, os programas da disciplina e os livros didáticos de História deram especial importância à formação do povo brasileiro, à integridade territorial e administrativa do país, bem como à unidade cultural do Brasil. No primeiro programa para as escolas secundárias, datado de 1931, as disciplinas de História Geral e de História do Brasil passaram a constituir uma única disciplina, isto é, História da Civilização, que era ministrada em todo o curso. Ainda segundo Kátia Abud,

gradualmente, por meio de vários atos legais, a História do Brasil adquiriu autonomia, quando a Reforma de 1942 restabeleceu em caráter permanente a separação entre a

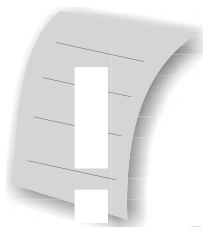
História Geral e a do Brasil, aumentando consideravelmente a carga horária da disciplina no curso ginasial (ABUD, 1998, p.107-108).

No tempo de Vargas, os conteúdos históricos apontavam na direção pelo estudo das instituições administrativas e pelas formas utilizadas por Portugal para organizar a colônia. Neste sentido, o eixo norteador para a organização dos programas seguia a periodização clássica consagrada pela historiografia, com a chancela do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Segundo palavras de Abud, estudava-se a *genealogia* (origem) *da nação*, portanto o ponto de partida era a formação de Portugal seguido pelos grandes descobrimentos que colocariam o Brasil – ou melhor a América portuguesa – no contexto histórico ocidental. Desta forma, a História, com “H” maiúsculo, era importante instrumento para o desenvolvimento do patriotismo e do sentimento nacional do país.

A formação do sentimento nacional brasileiro devia ser incentivada, e os personagens históricos passaram a ser tratados como *heróis*, isto é, indivíduos notabilizados por sua atuação em prol da construção na nação brasileira, quase como se fosse possível retirar deles o aspecto humano e com o consequente reforço da ideia de sua natureza divina. Por sua vez, a origem do povo brasileiro era compreendida por meio de seus três componentes. De forma hierárquica, o português era considerado o primeiro e havia garantido ao Brasil atingir a *civilização*. Sua posição de destaque também era justificada pela manutenção da unidade do *território nacional*, algo muito diferente do que ocorrera com nossos vizinhos na América espanhola. A seguir, estudava-se o índio, o *silvícola* (selvagem) *brasileiro*, a partir de sua participação no processo de formação da nação e não se discutia nada sobre sua situação no Brasil contemporâneo. Dito de outra maneira, o índio fazia parte apenas do nosso passado. Neste quadro, a catequese tinha lugar de destaque. De acordo com essa lógica, Cabral descobrira o país e, por sua vez, os jesuítas o haviam fundado...

Contudo, a situação mais delicada era o estudo sobre o africano, aqueles que durante mais de três séculos foram escravos no Brasil. Nos livros didáticos da época, pouco espaço era destinado aos africanos que tinham sua importância na vida econômica do país, todavia, sempre se procurava atenuar a contribuição da negritude na constituição física dos brasileiros. De acordo com essa percepção equivocada, a miscigenação reverteria esse quadro, garantiria o embranquecimento do nosso povo e permitiria a *unidade étnica* da nação. Para muitos, a marca do passado escravista era incômoda e difícil, delicado de ser trabalhado. Por sua vez, as bases de pesquisa do Museu Nacional quanto à constituição física da população brasileira dificultavam qualquer avanço na discussão, uma vez que considerava a predominância branca no Brasil. Por conseguinte, o ensino de História estava à mercê do pensamento das elites brasileiras. De forma pragmática, as elites percebiam o potencial da disciplina de História para a formação do cidadão ideal num estado centralizado e que devia neutralizar o poder das oligarquias regionais ao garantir a formação do sentimento nacional brasileiro.

Por fim, destacamos a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) como entidade coordenadora e representativa dos estudantes. Órgão máximo de sua representação, tinha por finalidade congrega todos os estudantes do Brasil para a defesa de seus interesses. O ministro Gustavo Capanema estava atento a essa movimentação e, inclusive, demonstrava algum tipo de aproximação dos estudantes quando decidiu participar do almoço de inauguração do restaurante da UNE, ocorrida em dezembro de 1942. É importante lembrar que, ainda naquele ano, a organização promoveu importantes manifestações como, por exemplo, a passeata ocorrida no Rio de Janeiro em favor da declaração de guerra por parte do Brasil, que contou com o apoio do ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, e do interventor do Estado, Ernâni Amaral Peixoto.



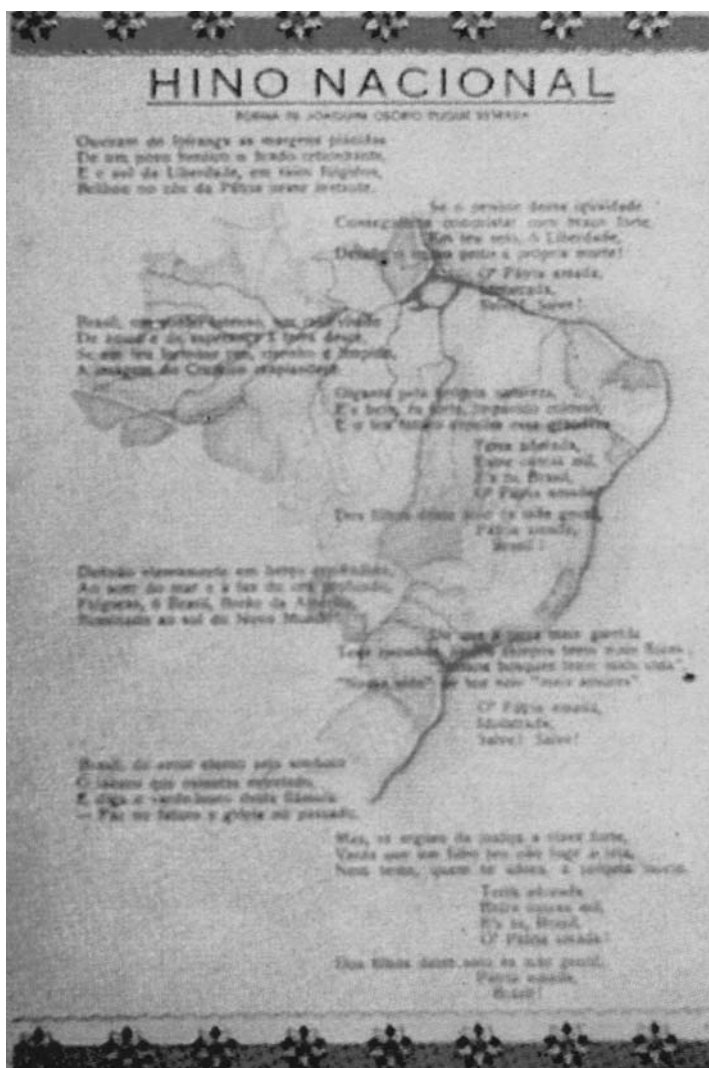
Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970)

Educador e psicólogo brasileiro nascido na cidade de Porto Ferreira, em São Paulo, filho de pai português e mãe sueca. Estudou na Escola Normal de seu estado e, desde cedo, lecionou e trabalhou na imprensa. Além disso, Lourenço Filho teve rápida passagem pelo curso de Medicina, mas, em 1918, abandonou-o no segundo ano. Entre 1922 e 1923, foi convidado pelo Governo do Ceará para reorganizar a instrução pública do estado, sendo uma das primeiras iniciativas desse tipo na educação do país. No ano seguinte, Lourenço Filho retornou a Piracicaba, onde lecionou na Escola Normal da cidade e fundou a *Revista de Educação*. Entretanto, não ficou muito tempo por ali e logo foi nomeado para a Escola Normal de São Paulo. No início da década de 1930, tornou-se diretor de ensino de seu estado natal. Dessa época datam a criação do Serviço de Psicologia Aplicada, da Biblioteca Central de Educação e do Instituto Pedagógico. Sua administração na Direção de Ensino de São Paulo foi marcada pela reformulação do ensino normal e profissional. Quando Francisco Campos tornou-se ministro da Educação, Lourenço Filho transferiu-se para o Rio de Janeiro, passou a ocupar a chefia de gabinete da pasta e ficou, ainda, responsável pelo planejamento de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em 1932 dirigiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, enquanto Anísio Teixeira ocupava a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Vale lembrar que ambos assinaram o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, que defendeu a universalização da escola pública, laica e gratuita. Na obra de Lourenço Filho, destacamos *Introdução ao estudo da Escola Nova*, com edições no Brasil e no exterior.



Atende ao Objetivo 1

1. Observe a contracapa do caderno *Avante* de 1940 que faz parte do acervo do Museu da Escola no Centro de Referência do Professor, da Secretaria de Educação de Minas Gerais, com a imagem do Brasil, a partir da divisão dos estados, e, ao fundo, a letra do Hino Nacional (GOMES, Angela; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. *A República do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 444).



Na escola do tempo de Vargas, com frequência, os cadernos escolares apresentavam em suas capas a bandeira nacional e os elementos associados à história do país. A partir da imagem anterior, como você avalia o papel da escola no projeto educacional do Estado Novo?

Resposta Comentada

O Hino Nacional é o canto solene em honra à pátria. Estampá-lo num caderno escolar era a demonstração da busca de elementos de aproximação entre os brasileiros que tinham vários motivos para se orgulhar de seu país. Por isso, era fundamental realçar a dimensão da nação, isto é, o Brasil era um país grande que devia ser admirado por seu povo. Neste sentido, a educação cívica era adquirida e reforçada nos bancos escolares. Assim, a escola tanto transmitia conhecimento quanto formava a mentalidade de seu povo.

O Brasil nas ondas do rádio

A radiodifusão educativa e o canto orfeônico

No conjunto das reformas adotadas pelo Ministério da Educação durante o Estado Novo, é importante realçar a criação do Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (SNRE). A proposta teve sua origem na convicção de Capanema, explicitada no projeto de fevereiro de 1938, ao afirmar que

a radio difusão escolar (...) é matéria diferente e separada da radiodifusão, meio de publicidade ou de propaganda.
(...) É preciso introduzir o rádio em todas as escolas – primárias, secundárias, profissionais, superiores, noturnas e

diurnas – e estabelecer através deste poderoso instrumento de difusão uma certa (sic) comunhão espiritual entre os estabelecimentos de ensino. O rádio será o único meio de se fazer esta comunhão de espíritos, pois (...) tudo concorre a separar e isolar as nossas escolas, que são aqui e ali colméias autônomas, cada qual com uma mentalidade e todas distantes do sentido que nós cá do centro desejamos imprimir-lhes (SCHWARTZMAN, 1984, p. 88-89).

Assim, no Brasil, a emissora responsável pelo início do sistema de rádios educativas oficiais foi a *Rádio Ministério da Educação*, que depois foi denominada *Rádio MEC*. Em 1936, sua criação foi possível a partir da doação da Rádio Sociedade do Rio Janeiro – primeira emissora brasileira marcada por ideais educativos que tinha em sua programação aulas, conferências, palestras, programas de música e de notícias –, feita por Edgard Roquette-Pinto ao Ministério da Educação. Com uma proposta exclusivamente educativa e sem fins lucrativos, a Rádio Sociedade ficou diante de um impasse em função do decreto de 1931 que obrigava as emissoras a instalarem equipamentos mais modernos e, portanto mais caros. Para cumprir essa resolução, a única saída seria a publicidade de produtos em sua programação. Como solução do embaraço, Roquette-Pinto efetuaria a doação desde que o ministro Gustavo Capanema garantisse que a emissora continuaria no princípio pedagógico que havia norteado sua fundação. Inicialmente batizada de Rádio Ministério da Educação e depois Rádio MEC, a emissora recém-inaugurada teve sua primeira presidência ocupada por Roquette-Pinto, que contou também com a colaboração de antigos integrantes da Rádio Sociedade. Com a criação do SNRE, a primeira direção da instituição foi ocupada por Roquette-Pinto. A partir dessa inovação, todas as emissoras brasileiras eram obrigadas a transmitir diariamente, por pelo menos dez minutos, textos educativos elaborados pelo Ministério da Educação. Com o Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tinha interesse em fazer a propaganda do governo varguista por meio do rádio. Para

Capanema, em função de seu potencial educativo, o rádio deveria fazer parte do cotidiano escolar do país. Naqueles anos, um dos líderes de audiência da emissora era o programa *Colégio no Ar*, que oferecia cursos de Português, Espanhol, Inglês e Francês. Por sua vez, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a rádio teve importante papel informativo ao transmitir as notícias do conflito.

A música também teve seu lugar de destaque nesse esforço educativo e de mobilização da população. Nesse tempo de ação, projetou-se a figura do compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos (1887-1959), que já tinha então posição consolidada no cenário musical brasileiro. A grafia de seu nome veio da modificação no idioma espanhol, isto é, *VillaLobos*, daí sua grafia também ser aceita, no esforço de aportuguesamento, como Vila-Lobos. Na música, a figura de seu pai foi determinante ao iniciá-lo nos estudos de solfejo (leitura musical por notas), teoria musical, bem como na prática do clarinete e do violoncelo. Mais tarde ele também se interessou pelo violão, instrumento muito presente nas serestas que frequentou e, depois, rendeu-lhe a composição de prelúdios e um concerto. Nessa fase de sua vida e de aproximação com a música popular, Villa-Lobos conheceu Ernesto Nazareth, cuja importância da qualidade da obra ele foi o primeiro a vislumbrar. Em 1905, a partir de investimento próprio, percorreu vários estados do Norte e Nordeste até Pernambuco, com vivo interesse de conviver com a música do povo brasileiro. De volta ao Rio de Janeiro, procurou dar algum tipo de sistematização a essa experiência. Aliás, essas peregrinações pelo interior do país tinham o foco direcionado para a assimilação das manifestações do folclore musical. Neste sentido, seu horizonte expandiu-se e Villa-Lobos também percorreu as regiões Sul, Centro-Oeste e, por fim, permaneceu algum tempo na Amazônia. Ao retornar à Capital Federal, por volta de 1913, iniciou-se sua fase de intensa atividade criadora que abrangeu um leque de composições diversificadas. Aos poucos, Villa-Lobos se impôs no cenário cultural do Brasil e, em 1922, tomou parte da Semana de Arte Moderna, em São Paulo. O reconhecimento oficial também se manifestou por

meio da encomenda de trabalhos sinfônicos. Algum tempo depois, seus amigos patrocinaram uma viagem a Paris com o objetivo de promover a primeira apresentação de suas obras no estrangeiro. O resultado dessa iniciativa provocou da vaia avassaladora aos aplausos de reconhecimento pela qualidade de suas composições. Em 1930, Villa-Lobos decidiu voltar para o Brasil e começou sua fase obstinada pelo desenvolvimento artístico. Nesta, destacaram-se a realização de caravanas musicais pelo interior de São Paulo – através do patrocínio do governo do estado visitou mais de sessenta cidades – e a promoção de imensas concentrações orfeônicas (coral, popular) em estádio esportivo na Capital Federal. Nessas incursões, folhetos eram distribuídos para reforçar a importância da educação e do canto, uma vez que, através de sua associação, seria possível formar a grande nacionalidade brasileira. Em conferência em Praga, ele afirmou: “O canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 90). Dentro desse espírito pedagógico, Villa-Lobos escolheu a juventude brasileira como alvo de suas preocupações. Afinal, compreendia que ali estava o potencial musical da nação. Para tanto, ele foi defensor incansável do ensino de música nas escolas, pois era necessário *ensinar o Brasil a cantar*.

Neste sentido, inúmeros foram os projetos de organização do ensino e de difusão da música no país. No final de 1942, foi criado o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, ligado ao Departamento Nacional de Educação, mas para funcionar junto à Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil. Desta forma, seriam formados os futuros professores de canto orfeônico para os ensinos primário e secundário. Em paralelo, poderiam ser desenvolvidas pesquisas voltadas para a produção musical brasileira e a promoção da gravação em discos de canto orfeônico dos diversos hinos – Nacional, da Independência, da República, à Bandeira Nacional – e músicas patrióticas. Aqui vale uma

observação. Desde o final dos anos 1930, Gustavo Capanema tinha como tarefa organizar um livro documentário das realizações de Getúlio Vargas. Primeiramente, o projeto foi pensado para celebrar os dez anos do governo varguista, isto é, em 1940, mas diante do gigantismo da obra, o projeto foi adiado para 1945 e acabou inconcluso com a queda do Estado Novo. Essa publicação previa um texto, *Música do Estado Novo*, de autoria do diretor da Escola Nacional de Música, Antônio Sá Pereira. Em tom de relatório, Sá Pereira analisava a criação da Escola Nacional de Música em 1937 com a realização de concertos gratuitos, a publicação da *Revista Brasileira de Música*, o trabalho de divulgação promovido por Villa-Lobos no exterior, as transmissões musicais do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde por meio da Estação PRA-2 e os programas de música popular organizados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda para transmissão na *Hora do Brasil*. Segundo Aline Lopes de Lacerda, essa obra editorial tinha por objetivo ajudar na construção da ideia da nação brasileira e do regime do Estado Novo, isto é, a ditadura varguista (LACERDA, 1994, p. 241).



Museu Villa-Lobos na web!

Você pode saber mais sobre Villa-Lobos sem precisar visitar o museu, que fica na rua Sorocaba, em Botafogo, bairro do Rio de Janeiro. No *site* do museu, você poderá acessar várias informações sobre o compositor e até ouvir algumas de suas composições! Acesse: <http://www.museuvillalobos.org.br/>

O rádio comercial

Durante a década de 1930, o rádio viria a ter importância decisiva na divulgação nacional da música popular brasileira. Na Capital Federal, em 1936, foi inaugurada a *Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional*, controlada pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, de propriedade do empresário norte-americano Percival-Farquhar. No início da década de 1930, em função de dívidas, o jornal *A Noite* efetuou a compra da Sociedade através de máquinas, instalações e imóveis à Companhia Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande. Diante dessa situação, a nova direção optou por investir no setor de radiodifusão e, algum tempo depois, ocuparia o prédio na praça Mauá (centro do Rio de Janeiro) que pertencera ao jornal *A Noite*. Vale lembrar que esse prédio era uma referência para a cidade, pois durante muito tempo foi o edifício mais alto da cidade, um arranha-céu, como se dizia na época. Na sua inauguração, a Rádio Nacional já contava com grande elenco, dentre os quais se destacavam: Radamés Gnatalli (maestro), Orlando Silva, Francisco Alves, Silvío Caldas e Araci de Almeida, para citarmos apenas alguns nomes mais conhecidos. Em 1940, a Rádio Nacional passou para o controle do Estado. Entre 1940 e 1946, seu diretor foi Gilberto de Andrade, que procurou inovações com o objetivo de aumentar os índices de audiência da emissora. Para incrementar a programação, em 1941 foi ao ar a primeira radionovela brasileira, *Em busca da felicidade*, transmitida pela manhã, que contou no elenco com Rodolfo Mayer e Brandão Filho, entre outros, e que teve o patrocínio do creme dental Colgate. Pouco tempo depois, as radionovelas passaram a ocupar horários diversos e chegaram a totalizar dezenove novelas em um único ano. Neste período, surgiu o noticiário *Repórter Esso*, que tinha como vinhetas: "Repórter Esso, a testemunha ocular da História" e "Repórter Esso, o primeiro a dar as últimas". O locutor que mais se destacou nesse noticiário radiofônico foi Heron Domingues, que ficou à frente do programa por mais de uma década. O noticiário era preparado pela United Press International e era

muito popular, sendo acompanhado por uma legião de ouvintes. Nas edições diárias regulares, estavam previstas três transmissões, que poderiam aumentar caso fosse necessário. A Rádio Nacional possuía equipamento de grande qualidade e chegou a contar com um setor de emissões para o estrangeiro que garantia as transmissões internacionais. Cada vez mais a emissora passou a atrair novos patrocinadores, como a Coca-Cola. Segundo Lia Calabre, em 6 de janeiro de 1943 passou a ser transmitido o programa *Um milhão de melodias*, como parte da campanha de lançamento do refrigerante no mercado brasileiro. Esse programa tinha Radamés Gnattali como responsável pelas orquestrações, e na execução das músicas era possível ouvir os sambistas João da Baiana e Heitor dos Prazeres. Outro tipo de atração que também conquistou o público eram os programas de auditório constituídos de diversos quadros formados por shows, musicais, teatros de variedades, concursos, sorteios de prêmios e a parte dedicada aos calouros. Por fim, vale destacar que o departamento cultural da Rádio Nacional contava com a colaboração de Roquette-Pinto, Manuel Bandeira e outros.

A então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, concentrava número expressivo de cantores, músicos e compositores, uma vez que aí estavam localizados os principais estúdios das estações de rádio. O bordão de transmissão, para todo o Brasil, demonstrava o poder de alcance que a rádio tinha, e a programação de suas emissoras sempre era elaborada de forma atenta para agradar ao público e garantir, assim, os níveis de audiência. Esta é considerada a *época de ouro* dos artistas nacionais, que se consolidaram até o advento da televisão no país, ocorrida na década de 1950.

CONCLUSÃO

Durante o Estado Novo (1937-1945), o Brasil passou por profundas modificações. No plano educacional, as mudanças já podiam ser sentidas a partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde. Entretanto, foi durante a ditadura varguista que a educação ganhou projeção e transformou-se em importante campo no processo de construção do sentimento de pertencimento à nação brasileira. As modificações tanto foram na estrutura organizacional escolar e universitária quanto na forma como as disciplinas eram concebidas e ministradas, como foi o caso, por exemplo, do ensino de História.

Em paralelo, nos anos 1930 e 1940, o rádio pode ser considerado uma das bases do sistema de diversão em massa. Ao mesmo tempo que o governo do Estado Novo utilizou-o como parte de consolidação do seu projeto nacionalista, também devemos percebê-lo como meio de comunicação das manifestações da cultura popular brasileira. Por fim, é possível afirmar que Vargas buscou apoio nas massas e com elas estabeleceu uma forma de comunicação bastante peculiar ao utilizar-se do rádio, que, naquele período, estava em pleno desenvolvimento (BARROS, 2001, p. 339-340).



Atende ao Objetivo 2

2. Segundo Wladimir Pomar, foi por meio da arte popular que mais se evidenciou a disputa ideológica e política entre a corrente cultural de matizes fascistas, incentivada pela propaganda oficial, e as correntes culturais que resistiam ao Estado Novo. Nesta disputa, o rádio serviu como importante arena da época. O regime da ditadura varguista procurava realçar aquilo que considerava ser as conquistas do Estado Novo e, assim, incensava a figura de Getúlio Vargas. Em composições como “O bonde São Januário”, o operário que viaja nele é alegre, conformista e bem-comportado. Leia atentamente a letra de Ataulfo Alves e Wilson Batista, de 1940:

Quem trabalha
É quem tem razão
Eu digo
E não tenho medo
De errar

Quem trabalha...

O Bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu
Que vou trabalhar

O Bonde São Januário...

Antigamente
Eu não tinha juízo
Mas hoje
Eu penso melhor
No futuro

Graças a Deus
Sou feliz
Vivo muito bem
A boemia
Não dá camisa
A ninguém
Passe bem!

Após a leitura da letra do samba, retire do texto e analise as palavras e os trechos que procuram dimensionar, de forma exagerada, os feitos econômicos e sociais, levando a crer que no período do Estado Novo não existiam problemas.

Resposta Comentada

No período da ditadura varguista, o trabalho era algo valorizado, e logo nos dois primeiros versos da composição ele é mencionado ("Quem trabalha / É quem tem razão"). Para crescer, a nação brasileira precisava de seu povo, que não devia perder tempo na malandragem, considerada coisa do passado. Assim, era necessário ter a perspectiva do futuro, isto é, o que poderia garantir a grandeza da nação. ("Antigamente / Eu não tinha juízo / Mas hoje / Eu penso melhor / No futuro"). Diante da superação da boemia, o cidadão – ou melhor, o trabalhador – brasileiro é feliz. "Sou feliz / Vivo muito bem / A boemia / Não dá camisa / A ninguém". Afinal, o responsável pela mudança dessa mentalidade era Getúlio Vargas, o presidente que realmente transformou economicamente o país. Entretanto, canções como esta não tocavam no fechamento imposto pelo regime (extinção dos partidos políticos, cassações, prisões, torturas). Com certeza, no Estado Novo, o brasileiro tinha motivo também para tristeza e preocupação.

RESUMO

A aula tem como eixo norteador a discussão referente às principais características da educação no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). Neste sentido, o ensino de História contribuiu para a formação e o fortalecimento do sentimento de identidade nacional brasileira nos anos da ditadura varguista. Nesse projeto de pensar o Brasil em sua totalidade, o rádio desempenhou importante papel tanto por meio do serviço de radiodifusão educacional quanto com as emissoras comerciais. Nos anos do Estado Novo, consideramos importante identificar os vários artífices intelectuais que contribuíram para a construção da imagem de Getúlio Vargas como líder da nação.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos o Brasil a partir da análise do retorno da democracia ao país após a queda do Estado Novo ocorrida em 1945. Assim, no tempo da experiência democrática, debateremos o processo histórico com ênfase na formação dos partidos políticos da época e do debate constitucional que permitiu a promulgação da Constituição de 1946. Além disso, enfatizaremos o contexto histórico da redemocratização, com destaque para o suicídio de Getúlio Vargas e a chegada de Juscelino Kubitschek à presidência da República.

Aula 6

O tempo da experiência democrática

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Apresentar a experiência democrática brasileira, desde 1945, com destaque para a existência de novos partidos políticos, a convocação da Assembleia Constituinte, a promulgação da Constituição de 1946 e o significado político do suicídio de Getúlio Vargas e da chegada de Juscelino Kubitschek à presidência da República.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer o processo político a partir de 1945, as nuances da legalidade democrática inaugurada com o fim da ditadura Vargas, em especial o processo de formação das agremiações político-partidárias que marcariam esse *tempo de experiência democrática*. Também concerne ao nosso primeiro objetivo lançar luz sobre o debate constitucional que levou à promulgação da Carta de 1946;
2. identificar o contexto político do suicídio de Getúlio Vargas até a eleição de Juscelino Kubitschek.

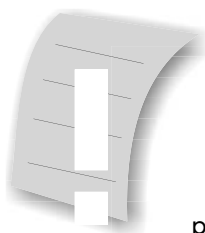
INTRODUÇÃO

Em 1945, Getúlio Vargas perdeu a condição de ditador no país ao sair da presidência da República, o que marcou o encerramento do período do Estado Novo. Desde 1943, a situação política, de certa forma, já começava a demonstrar os novos rumos que o país seguiu. Em primeiro lugar, o cenário internacional da Segunda Guerra Mundial cada vez mais apresentava uma situação favorável para os países aliados, que acabaram vencedores do conflito. Neste contexto, ficava cada vez mais evidente o paradoxo da política externa brasileira nesse cenário belicoso. Era crescente a insatisfação de oficiais brasileiros, que atuavam no *front* ocidental da guerra junto aos norte-americanos, com o ambiente ditatorial ainda vigente no país. Afinal, como afirma o historiador Thomas Skidmore: “Os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país” (SKIDMORE, 1975). Assim sendo, à medida que o desenrolar do conflito mundial apontava para o êxito dos *Aliados*, ganhavam fôlego os segmentos políticos pró-abertura do regime.

No plano interno, avolumavam-se também as críticas ao autoritarismo estado-novista. Em outubro de 1943, por exemplo, foi publicado o *Manifesto Mineiro*, no qual um grupo de intelectuais e políticos de Minas Gerais emitiu um cauteloso documento pedindo a redemocratização do Brasil. Ao romper a eficiente censura de Vargas à opinião pública, o Manifesto mencionava a história política de Minas Gerais como prova de que a liberdade de opinião e o governo constitucional eram aspirações naturais dos brasileiros. Pouco mais de um ano depois, ocorreram outras manifestações como, por exemplo, a realização do *Primeiro Congresso de Escritores*, que reivindicava a completa liberdade de expressão. Outros acontecimentos poderiam ser acrescentados a esse rol, mas o que é importante perceber era a demonstração de que o governo de Vargas começava a ceder diante das crescentes pressões da oposição.

Por sua vez, no ano de 1945, dois importantes fatos mudaram definitivamente a feição política do país: o lançamento da candidatura presidencial do ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, e o anúncio por parte do governo da anistia política. Logo a seguir foram soltos os presos políticos, dentre os quais destacamos Luís Carlos Prestes (vide box). Nesse mesmo ano, no mês de maio, foi baixado um decreto que estabeleceu as próximas eleições previstas para acontecerem em dezembro. Entretanto, Getúlio Vargas ainda contava com seguidores que tiveram fôlego para organizar o movimento *queremista*, devido ao refrão por eles usado: "Queremos Getúlio".

Por fim, veio o golpe de misericórdia. Em 25 de outubro de 1945, Vargas tomou uma medida política que só precipitou os fatos, ao afastar o chefe da polícia do Distrito Federal, João Alberto Lins de Barros. Tal medida, que redundou na nomeação de seu próprio irmão, Benjamim Vargas – também conhecido como *Bejo* e, muitas vezes, associado ao lado mais sombrio dos negócios públicos –, acabara sendo interpretada como uma tentativa do chefe do Executivo de fortalecer seu esquema de poder e de boicotar o processo eleitoral então em curso. De acordo com Boris Fausto, a partir daí o general Góis Monteiro, ministro da Guerra, mobilizou as tropas da então Capital Federal. O general Dutra ainda tentou, sem sucesso, interceder na questão, mas seu pedido não foi atendido pelo presidente. O impasse acabou por levar Getúlio Vargas a renunciar e retirar-se para São Borja, sua cidade natal, no estado do Rio Grande do Sul.



Luís Carlos Prestes

Nasceu em Porto Alegre no ano de 1898, filho de um oficial do Exército da arma de Engenharia e de uma professora primária. Estudou no Colégio Militar e depois ingressou na Escola Militar de Realengo, em 1916, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta época, Prestes teve como colegas Juarez Távora, Antônio de Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Osvaldo Cordeiro de Farias, todos integrantes da geração que iniciou as revoltas tenentistas da década de 1920. Formou-se bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e, posteriormente, veio a servir na 1ª Companhia Ferroviária de Deodoro e exerceu a função de auxiliar de instrutor da Escola Militar de Realengo. Logo após a vitória eleitoral para a presidência da República de Arthur Bernardes, Prestes decidiu pedir licença de saúde do Exército por seis meses. Nesse período, para se manter, tanto lecionou Matemática e Geometria em ginásios quanto ministrou aulas particulares. Em setembro de 1922, foi transferido para a Comissão Fiscalizadora da Construção de Quartéis que atuava em três cidades sulistas: Santo Ângelo, Santiago do Boqueirão e São Nicolau. Ficou pouco tempo no cargo, mas sua presença na região foi importante diante dos acontecimentos políticos que marcaram aquele período, inclusive com a formação posterior da *Coluna Miguel Costa-Prestes*. Ao terminar a marcha da coluna, Prestes se projetara nacionalmente como líder militar, tendo adquirido ainda grande prestígio popular. Durante o período em que viveu exilado na Bolívia, na Argentina e no Uruguai, Prestes foi procurado constantemente por revolucionários latino-americanos que buscavam orientação para conduzirem os movimentos revolucionários em seus países de origem. Por causa da vida difícil que levava no país, o Partido Comunista Uruguaio propôs que ele partisse para a União Soviética, onde poderia trabalhar como engenheiro, conhecer a experiência soviética e estudar o marxismo-leninismo. Vivendo em Moscou, Prestes acompanhava de perto os debates que se vinham travando em torno da nova orientação a ser dada aos partidos comunistas. Uma das grandes discussões da

época era a orientação a ser seguida pelos partidos comunistas latino-americanos. Em relação ao Brasil, por exemplo, ficou decidido que seria preparada uma revolução armada. Essa orientação foi dada pela Internacional Comunista levando em conta os informes apresentados pelos dirigentes comunistas brasileiros de que no Brasil já estavam criadas as condições para o sucesso do movimento armado. A Luís Carlos Prestes foi confiada a responsabilidade de preparar a revolução, e ele embarcou para o Brasil em dezembro de 1934. Aqui, Prestes assumiu outra identidade e permaneceu na clandestinidade. Durante o lançamento público da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935, foi escolhido como presidente de honra da organização por proposta feita por um jovem estudante de Direito, Carlos Lacerda. Depois deste início no Rio de Janeiro, o movimento aliancista rapidamente se espalhou por outros estados por meio de manifestações de rua, de sindicatos e nos quartéis, para citarmos apenas algumas dessas demonstrações. Assim, seus líderes avaliaram de forma equivocada que o movimento armado poderia obter sucesso. Entretanto, no segundo semestre daquele ano, a Revolta Comunista – conhecida a partir do Estado Novo como *Intentona Comunista* – foi rapidamente sufocada e desencadeou violenta reação por parte do governo. Em março de 1936, Prestes foi preso juntamente com sua mulher, Olga Benário, numa casa no Méier. Durante o processo, o advogado de Prestes foi Sobral Pinto. O julgamento dos principais acusados do movimento de 1935 ocorreu em maio de 1937, e Prestes recebeu a pena de dezesseis anos de prisão. Em março de 1945, o jornal *O Globo* publicou um documento de Prestes que representou sua primeira manifestação pública diante da situação interna no país após nove anos de sua prisão. Nele, o líder comunista afirmava que era necessário apoiar o governo Vargas para ajudá-lo a aniquilar o nazismo. Em abril daquele ano, o governo de Vargas decretou anistia a todos os presos políticos. Já fora da prisão, Prestes concorreu na eleição e tornou-se constituinte em 1946. Posteriormente, muitos outros acontecimentos marcaram a vida de Luís Carlos Prestes, que veio a falecer em março de 1990, no Rio de Janeiro.

A formação dos partidos políticos

Os principais partidos que passaram a dominar o cenário político brasileiro a partir de 1946 surgiram ainda durante o Estado Novo. Em abril de 1945, foi fundada a *União Democrática Nacional* (UDN), que, desde as discussões preliminares, caracterizou-se como uma frente de oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Com o passar do tempo, a estrutura de partido político permitiu que a UDN participasse de todas as eleições majoritárias e proporcionais, apresentando seus próprios candidatos. Seus filiados ocuparam importantes cargos políticos, como os governos em vários estados, e apresentaram quadros para muitos ministérios até o golpe militar de 1964. De acordo com Maria Vitória Benevides, as contradições e as cisões acompanharam a trajetória udenista, e assim podemos considerar que coexistiram na UDN tanto teses liberais e progressistas quanto autoritárias e conservadoras. A cada situação o partido parecia posicionar-se seguindo uma lógica bastante peculiar. Uma das marcas da UDN foi sua vinculação com os militares e as aspirações das camadas médias urbanas. Além disso, a UDN e o udenismo tinham associadas à sua imagem pública algumas identificações que demonstravam a polêmica que os cercava, como por exemplo o *partido dos cartolas* ou *partido dos golpistas* ou *partido dos lenços brancos* ou, ainda, *partido da herança liberal*. Mas, afinal, quem eram os udenistas? Ainda segundo Benevides, pelo menos quatro grupos podem ser identificados na UDN. O primeiro era composto pelas oligarquias destronadas com a Revolução de 1930 e formada pelos representantes dos antigos partidos republicanos, como era o caso de Minas Gerais e de São Paulo. Já o segundo grupo era composto pelos antigos aliados de Vargas que foram marginalizados tanto em 1930 quanto em 1937. Neste caso, os principais nomes vinham do tenentismo – Eduardo Gomes e Isidoro Dias Lopes – e acrescidos pelos membros da Aliança Liberal como os gaúchos fiéis a Borges de Medeiros. Por sua vez, o terceiro grupo da UDN era composto pelos que participaram do Estado Novo ao ocuparem cargos públicos durante a ditadura

varguista e que se afastaram antes de seu término em 1945. Neste caso, dois nomes destacaram-se, o ministro das Relações Exteriores até 1944, Osvaldo Aranha, e o interventor de São Paulo até 1942, Ademar de Barros. Por fim, os grupos liberais com forte identificação regional com representantes principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo também faziam parte dos udenistas. No caso deste último estado, o grupo também era integrado pelos professores da Faculdade de Direito, alguns jornalistas ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo*, bem como por membros da aristocracia rural e até mesmo os dissidentes do antigo Partido Republicano Paulista (PRP). Ainda segundo Benevides, o grupo fluminense incluía intelectuais vinculados à *Associação Brasileira de Escritores* e à *União dos Trabalhadores Intelectuais*, assim como bacharéis mais conservadores e líderes católicos do Centro Dom Vital.

Para a sucessão de Getúlio Vargas, a UDN apresentou como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes, a partir das articulações de dois políticos de expressão nacional, ambos com vinculações tenentistas: Virgílio de Mello Franco e Juraci Magalhães. Em torno do seu nome formou-se a *campanha da libertação* ou *campanha do lenço branco*. Essa mobilização reuniu dos liberais conservadores aos socialistas, passando pelos intelectuais engajados e estudantes. Mesmo com a derrota de Eduardo Gomes, que recebeu apenas 35% do total de votos, sua marca ficou tão forte que alguns identificavam a UDN como o *partido do brigadeiro*. Entretanto, a UDN também colheu vitórias naquele ano ao eleger mais de setenta deputados e dez senadores para a Assembleia Constituinte de 1946.

Em maio de 1945, o partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. No processo de redemocratização do país, naquele ano, a articulação e a criação do PTB aconteceram sob inspiração do próprio presidente Getúlio Vargas. O veículo principal para a organização do partido veio através do Ministério do Trabalho – na época o titular da pasta era Alexandre Marcondes Filho –, que controlava os sindicatos. Além

disso, o partido utilizava-se do prestígio adquirido por Vargas graças à legislação social trabalhista do Estado Novo para atrair as camadas populares, principalmente urbanas, para a legenda. A grande alavanca para o partido veio com o movimento *queremista*. Mesmo assim, o partido ainda apresentava algumas limitações nos seus quadros, o que permitiu apresentar candidatos em aproximadamente dez estados brasileiros nas eleições que aconteceram em dezembro de 1945.



Queremismo

Movimento político de ampla participação popular ocorrido no Brasil entre fins de fevereiro e outubro de 1945. Constituiu-se numa ampla mobilização popular que tinha como lema “Constituinte com Getúlio”, ou simplesmente “Nós queremos Getúlio”. Tal movimento caracterizara-se por possuir uma singularidade ao estudioso que se debruça sobre esse tema: caía a ditadura, mas crescia o prestígio político do ditador; buscava-se e já se vislumbrava no horizonte político daquele conturbado ano de 1945 o regime democrático, mas com a permanência de Vargas no poder, almejavam as classes trabalhadoras. Um importante trabalho sobre o movimento *queremista* e sobre o imaginário trabalhista no período liberal, entre 1945 e 1964, é o do historiador da Universidade Federal Fluminense Jorge Ferreira; *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. O *queremismo*, segundo Ferreira, “expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva de trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo Vargas”.

Em relação à Constituinte, o PTB elegeu vinte e dois deputados e dois senadores (Alexandre Marcondes Filho e Getúlio Vargas) e obteve, assim, a terceira bancada na Assembleia. De acordo com Ângela de Castro, o PTB nasceu sob chancela governamental e constituiu-se como partido situacionista, uma vez que contava com a figura de Vargas, que se tornou símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país. Conclui a autora:

O carisma do presidente estabeleceu neste solo raízes profundas e, quando o Estado Novo iniciou, "de dentro", uma transição para um regime liberal-democrático, o culto à sua figura, ou melhor, o getulismo, era uma realidade política ao lado do trabalhismo (CASTRO, 2007).



Figura 6.1: Material de propaganda política do PTB.

Fonte: Imagem extraída do acervo do CPDOC/FGV-RJ e reproduzida no livro FERREIRA, J. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*.

Reparem na expressão “PTB capital – trabalho”, o sentido de conciliação/negociação entre trabalhadores e patrões para desenvolvimento do país.

Por sua vez, a criação do *Partido Social Democrata* (PSD) também tem ligação direta com o presidente Getúlio Vargas, que iniciou conversações com os interventores sobre a necessidade de articulação das forças que sustentavam seu governo. Assim, os governadores dos principais estados brasileiros eram os maiores interlocutores do presidente: Benedito Valadares (MG), Amaral Peixoto (RJ), Fernando Costa (SP), Agamenon Magalhães (PE) e Henrique Dodsworth, então prefeito do Distrito Federal. A polêmica inicial girou em torno de os novos partidos serem regionais ou nacionais; Vargas, por exemplo, era favorável a este último formato. Outra personagem importante dessa etapa foi José Barbosa Lima Sobrinho, que recolheu as ideias do grupo sobre a organização e os fundamentos do partido a ser criado e redigiu o primeiro programa do *Partido Social Democrata* (PSD), que acabou sendo fundado, em julho de 1945, numa convenção realizada no Teatro Municipal. Vale ressaltar que essas discussões também serviram de esboços da lei eleitoral e das propostas para as futuras eleições que aconteceram pouco tempo depois. Essa assembleia foi responsável pelo lançamento das bases nacionais do partido e homologou a candidatura do general Dutra à presidência da República.

Em relação à sucessão presidencial, o aceno político do general Dutra em direção ao PTB foi decisivo para a aliança entre os dois partidos. O então candidato enviou uma proposta aos petebistas assumindo que se fosse eleito os dois partidos escolheriam conjuntamente o ministro do Trabalho, além do apoio que daria ao programa do PTB e o reconhecimento e aperfeiçoamento das leis trabalhistas e de amparo social, caso Dutra fosse o vencedor. Para Ângela de Castro Gomes (2007):

a alternativa de criar o PSD e o PTB surgiu como solução pragmática, no contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN) e de uma forte esquerda organizada, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), forçavam a tomada imediata de decisões políticas.

A historiadora afirma ainda que a orientação de Vargas ao PTB foi bastante veiculada e pode ser sintetizada em: "Ele disse: vote em Dutra." Portanto, a força política manifestada pelo getulismo e o apoio decisivo do PTB acabaram por definir a vitória de Dutra na eleição presidencial.

Já o Partido Comunista do Brasil (PCB) fora fundado muito antes, em março de 1922, com o objetivo de promover a revolução proletária no país conquistando o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. Muitos anos mais tarde, apenas em 1961, seu nome foi alterado para Partido Comunista Brasileiro durante uma conferência nacional com a finalidade de facilitar o registro eleitoral do partido e o retorno de sua legalização. Desde sua criação, vários foram os momentos em que os comunistas viveram na ilegalidade. Todavia, entre 1945 e 1947, o partido atravessou um período de legalidade, inclusive elegendo catorze deputados, sendo nove operários e um senador – Luís Carlos Prestes –, para a Assembleia Constituinte, que participaram das discussões que resultaram na Constituição de 1946. Dentre os candidatos daquela eleição e da seguinte, destacamos ainda Jorge Amado, Graciliano Ramos, Álvaro Moreira, Caio Prado Júnior e Cândido Portinari. No final do Estado Novo, a anistia concedida por Vargas a todos os presos políticos beneficiou expressivo número de comunistas. A orientação política do PCB foi marcada pela defesa do nacionalismo, e, de acordo com a linha política estabelecida pela União Soviética, preconizava-se a convivência pacífica com os Estados Unidos e demais países capitalistas. Neste sentido, Alzira Alves de Abreu (2001) afirma:

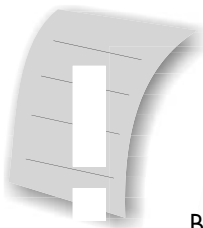
Luís Carlos Prestes afirmava que a única alternativa para o Brasil naquele momento era lutar pela democracia dentro do regime capitalista, pois não existiam condições objetivas para uma revolução socialista. A participação do capital estrangeiro no desenvolvimento dos países mais atrasados era vista como um fator de progresso e prosperidade. De acordo com a posição da União Soviética, a derrota do

nazismo havia quebrado os dentes do imperialismo. Prestes atribuía ao Parlamento democrático a competência para legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário e contra os contratos lesivos ao interesse nacional.

Tal visão, igualmente, expressava uma interpretação etapista que o PCB, naquele pós-guerra, atribuía ao processo histórico, sendo necessários a consolidação e o aprofundamento das estruturas capitalistas no Brasil – como fora alcançado no período Vargas –, para posterior engajamento numa revolução proletária.

Portanto, naqueles dois anos de legalidade, as palavras de ordem do PCB eram em prol da união nacional, da paz e da tranquilidade para tirar tanto o povo da miséria quanto apagar o espectro do fascismo. Assim, os comunistas defendiam uma aliança da burguesia com o proletariado para que as suas metas pudessem ser atingidas. Para a eleição presidencial, o PCB apresentou candidato próprio, Iedo Fiúza, prefeito de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, e que obteve 10% dos votos no pleito de dezembro de 1945.

Apesar dessas polêmicas internas, aquele pleito serviu de importante teste para o PCB, uma vez que contou com apenas quinze dias de campanha, sendo que seus resultados foram expressivos ao apresentarem milhares de votos dos trabalhadores. Assim, o partido saiu da ilegalidade para conquistar a posição de quarta força política nacional e contando com aproximadamente cento e oitenta mil filiados espalhados pelo país.



Olga Benário Prestes

Nasceu na cidade alemã de Munique, em 1908, oriunda de uma família de judeus de classe média. Em 1926, Olga Benário era membro do Partido Comunista Alemão, sendo presa e processada por suas atividades políticas e acusada de atuar contra o Estado e a República alemães. Pouco depois,

comandou a operação que retirou da cadeia seu companheiro, o líder comunista Otto Braun. A seguir, os dois fugiram juntos para a União Soviética, onde ela assumiu nova identidade. Na primeira metade dos anos 1930, Olga participou de forma ativa de diversos congressos e comissões ligados à causa comunista. Em 1934, conheceu Luís Carlos Prestes e recebeu, como missão, cuidar da segurança dele na viagem clandestina de volta para o Brasil. Durante a viagem, os dois viraram marido e mulher. Nesta época, outros representantes do movimento comunista internacional já se encontravam no Brasil, enviados pelo Komintern para preparar uma revolução popular no país. Com esse objetivo, o PCB organizou e assumiu a liderança da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente antifascista e anti-imperialista criada em março de 1935. Embora se mantendo na clandestinidade ao lado de Prestes, Olga Benário participou ativamente da articulação e direção do movimento revolucionário, que culminou com o levante de novembro de 1935, posteriormente identificado como *Intentona Comunista*. Ao ser presa no Méier, juntamente com Luís Carlos Prestes, Olga estava grávida e foi conduzida para as dependências da Segurança Pública e, depois, para o pavilhão dos primários do presídio da rua Frei Caneca. Em 1936, foi retirada da prisão e deportada para a Alemanha. Numa prisão em Berlim nasceu sua filha – que veio a ser professora de história na Universidade Federal do Rio de Janeiro –, Anita Leocádia Prestes. Pouco mais de um ano depois, a criança foi resgatada por sua avó paterna. A partir dali começou o périplo de Olga Benário por prisões e campos de concentração até que morreu, em abril de 1942, em um campo de concentração de Bernburg. Para conhecer melhor essa história, sugerimos a leitura do livro *Olga*, de Fernando Morais, e publicado pela Companhia das Letras.

Os debates constituintes e a Constituição de 1946

A posse do general Dutra, em janeiro de 1946, na presidência da República, preparou o terreno para a redemocratização do Brasil. A cena política do país estava direcionada para a tarefa de confeccionar uma nova Constituição para o país, e este foi o quarto texto constitucional do período republicano, concluído em fins daquele ano. A mobilização era tão expressiva que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou uma lista de renomados no estudo da legislação para propor a substituição da estrutura autoritária imposta pelo Estado Novo. A bancada do PCB foi um elemento novo na arena política tanto em termos do peso ideológico acerca da legenda quanto pela origem social de seus parlamentares – este último fato gerou reações de estranhamento e resistência dentro e fora do Congresso. Afinal, para muitos, a Assembleia Constituinte não era *lugar* para a classe trabalhadora. Logo no início dos trabalhos, o deputado Claudino José da Silva – carpinteiro e filho de lavradores – ocupou a tribuna e proferiu um discurso. Desacostumado com os trâmites parlamentares, além de muito nervoso, ele cometeu sucessivos erros ao longo de sua leitura. No dia seguinte, o jornal *O Estado de S. Paulo* não perdoou e noticiou o fato usando expressões como: “autêntico popular e crioulo”. O Brasil parecia mudar, e alguns órgãos da imprensa demonstravam ter dificuldades em admitir isso.

A maioria absoluta na Assembleia Nacional Constituinte era composta de parlamentares do PSD, no total de pouco mais de cento e cinquenta deputados do universo de duzentos e oitenta e seis, além de vinte e seis senadores de um total de cinquenta e dois, isto é, a metade do Senado era composta de pessedistas. Diante dessa confortável posição, o partido elegeu o presidente da Constituinte, o senador Fernando Melo Viana, de Minas Gerais. Por sua vez, Nereu Ramos, de Santa Catarina, tornou-se tanto o líder da maioria quanto o presidente da *Comissão Constitucional*, integrada por representantes

de todos os partidos e encarregada de elaborar o projeto de Constituição e apreciar as emendas apresentadas. A atuação do PSD nessa Assembleia foi bastante expressiva. Em primeiro lugar, ao contribuir intensamente para o capítulo da ordem econômica e social que incluía itens sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas, a intervenção do Estado para coibir abusos do poder econômico, o direito de greve e a confirmação da legislação trabalhista. Em segundo lugar, defendeu a redução do mandato presidencial – proposta que saiu vitoriosa – de seis para cinco anos. Além disso, o Congresso Nacional ficou responsável pela eleição indireta do então vice-presidente da República – o nome vitorioso foi o de Nereu Ramos (PSD), que concorreu com José Américo de Almeida, parlamentar da Paraíba pela UDN.

No início de 1946, o PTB era comandado por Baeta Neves, tendo como presidente de honra Getúlio Vargas, que lutou, nos primeiros anos de existência, pela *disciplina* e *coesão* do partido. Três outras lideranças também se destacaram no período: Marcondes Filho, no Senado, Hugo Borghi (egresso das fileiras do *queremismo*) e Segadas Viana, na Câmara. A partir de uma lista tríplice apresentada por Getúlio Vargas, o PTB ficou responsável pela indicação do ministro do Trabalho, Otacílio Negrão de Lima. Entretanto, esse fato não impediu que cada vez mais o partido se distanciasse do Governo Federal. Para Marieta de Moraes Ferreira, essa situação aconteceu porque o ministro Negrão de Lima parecia mais comprometido com Dutra e com o PSD do que com Getúlio e o trabalhismo.

Por sua vez, a bancada do PCB distribuiu-se pelos órgãos técnicos e foi bastante atuante na Assembleia Constituinte. Dentre os diversos exemplos, destaca-se a participação na *Comissão de Investigação Econômica e Social* ao apresentar um projeto, de autoria de Alcedo Coutinho, sobre o problema sanitário no Brasil. Esse fato inclusive foi amplamente divulgado pelos periódicos da grande imprensa, *O Globo* e *O Radical*, que consideravam a proposta uma das mais bem fundamentadas sobre o assunto apresentadas

até então. De acordo com Alzira Abreu, outro assunto debatido pelos parlamentares comunistas foi a questão da distribuição de rendas aos municípios. Vale destacar ainda que o deputado federal Jorge Amado (BA) direcionou seus esforços para os debates sobre educação.

De acordo com Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana (2007), apesar da desvantagem numérica do PCB, seus parlamentares souberam ocupar o espaço parlamentar e fizeram frente à ala conservadora da Constituinte. Outros três assuntos de interesse dos comunistas foram a defesa pela justiça gratuita, a discussão sobre o direito à propriedade e o direito à greve. Contudo, o maior desafio do partido estava em desempenhar o papel de representante político-institucional da classe trabalhadora, uma vez que esta esperava dos comunistas respostas que rebatessem os discursos conservadores de “*ordem e tranquilidade*”. Segundo os autores: “A encruzilhada estava no fato de o partido encarar o espaço parlamentar como canal indispensável de ação e, ao mesmo tempo, vocalizar, não sem dificuldades, as demandas da classe trabalhadora nesse mesmo espaço.”

Naquele momento, com certeza dois acontecimentos podiam dimensionar o quanto era real para os conservadores o *perigo vermelho pelo viés da subversão*. Em nome da luta contra o fascismo, ocorreu o boicote dos estivadores de Santos ao desembarque de mercadorias provenientes da Espanha franquista. A reação do Ministério do Trabalho foi imediata e mobilizou o debate no Congresso. O deputado Oswaldo Pacheco, por São Paulo, manifestou-se em defesa dos estivadores ao lembrar que, antes de ser parlamentar, ele fazia parte daquela categoria. Assim, a polêmica estava posta. O discurso do deputado paulista foi interrompido diversas vezes, e seus críticos provocaram-no perguntando se ele se oporia à greve caso os estivadores cariocas se negassem a desembarcar as malas de um embaixador comunista. As questões pareciam embaralhadas, e a falta de clareza dificultava o entendimento entre as partes. Já o segundo acontecimento refere-se à resposta

que Luís Carlos Prestes deu a uma pergunta feita pelos jornalistas da *Tribuna Popular* e do *Jornal do Commercio*. Com o objetivo de instigar Prestes, os jornalistas criaram um situação hipotética de uma guerra entre Brasil e a União Soviética e perguntaram de que lado o parlamentar comunista ficaria. Prestes foi rápido na resposta e disse que frente ao conflito imperialista, ele ficaria ao lado da União Soviética. A repercussão desta resposta foi bombástica, a ponto de o advogado Honorato Himalaia Virgulino encaminhar, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um pedido de cancelamento do registro do PCB. Pouco tempo depois foi apresentada uma denúncia contra o PCB pelo deputado Edmundo Barreto Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com esse parlamentar, apesar de ser um partido brasileiro, os comunistas pareciam comandados pela União Soviética. O processo acabou arquivado, mas a pecha da conspiração parecia não abandonar a atuação do PCB.

Após a etapa do acalorado debate constitucional, em 18 de setembro, foi promulgado o novo texto constitucional brasileiro. A Constituição de 1946 apresentou-se de acordo com os princípios constitucionalistas liberais que asseguravam eleições livres e garantiam os direitos cívicos. Além disso, o texto preconizava um Governo Federal forte, uma vez que, segundo Thomas Skidmore, muitos constituintes eram críticos do sistema descentralizado, que vigorou no Brasil durante a Primeira República. Desta forma, o poder Executivo – exercido pelo presidente sendo eleito por voto direto e secreto para o mandato de cinco anos – manteve-se amplo e com uma estrutura concentrada muito próxima da herdada pelo período varguista, o que permitiu, de certa maneira, a continuidade do modelo corporativo. O Brasil foi caracterizado como uma República federativa e estabeleceram-se as atribuições dos três poderes. O exercício do Poder Legislativo caberia ao Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Os deputados eram escolhidos a partir do princípio da representação proporcional, isto é, eles seriam eleitos na proporção dos votos dados a eles no âmbito de cada partido a que pertenciam. De acordo com Boris

Fausto, a Constituição de 1946 preservou o artigo já existente que determinava o número de deputados ao fixá-lo em lei a partir da seguinte proporção: um deputado a cada 150 mil habitantes, sendo que o número máximo da bancada seria de vinte parlamentares. Caso o contingente populacional de uma das unidades da Federação ultrapasse esse teto, os valores eram aumentados, isto é, um deputado para cada 250 mil habitantes. Essas contas favoreciam explicitamente as unidades da Federação com menor densidade populacional, e isto era algo intencional, uma vez que, principalmente no Nordeste do Brasil, prevalecia o clientelismo, com controle dos redutos eleitorais pelas oligarquias locais. Entretanto, também houve avanços políticos com a Constituição de 1946 ao suprimir a representação profissional que trazia a marca do corporativismo de inspiração fascista. Já os três senadores para cada estado e para o Distrito Federal seguiam o princípio majoritário, ou seja, estavam eleitos os candidatos que conseguissem o maior número de votos independentemente do partido.

De acordo com a Constituição de 1946, eram eleitores brasileiros todas as pessoas alfabetizadas, maiores de 18 anos, existindo a obrigatoriedade do voto. Apesar da equivalência dos direitos políticos, a igualdade entre os homens e as mulheres ainda trazia uma diferenciação, isto é, apenas as mulheres que exercessem função pública remunerada eram obrigadas a votar. Neste campo, os novos tempos demonstravam as mudanças, mas ainda se tinha o que caminhar. Vale lembrar que, no capítulo sobre a família, a pressão dos políticos conservadores aliados à Igreja foi forte, e o divórcio não foi aprovado; assim, a família era constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel. Quanto à organização dos trabalhadores, foi mantido o imposto sindical e, de acordo com o texto constitucional, o sindicato era entendido como um órgão de colaboração com o Estado. Contudo, o mais surpreendente foi que, ao acolher o direito de greve, a Constituição de 1946 utilizou uma expressão sucinta que acabaria por prejudicar os trabalhadores: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.”



Atende ao Objetivo 1

1. Após o término da Segunda Guerra Mundial, a partir da vitória da democracia, um clima de euforia democrática tomou conta do país e marcou a abertura política do Brasil. Desta forma, após praticamente oito meses de trabalho foi promulgada a Constituição de 1946. Leia atentamente o fragmento do texto constitucional e, a seguir, responda as questões propostas:

Título I – Da Organização Federal

Capítulo I – Disposições Preliminares

Art 7º - O Governo Federal não intervirá nos Estados salvo para:

I – manter a integridade nacional;

II – repelir invasão estrangeira ou de um Estado em outro;

III – pôr termo a guerra civil;

IV- garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes estaduais;

V- assegurar a execução de ordem ou decisão judiciária;

(...)

VII – assegurar a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa;

b) independência e harmonia dos Poderes;

c) temporalidade das funções eletivas, limitada a duração destas à das funções federais correspondentes;

(...)

e) autonomia municipal

(...)

g) garantias do Poder Judiciário.

(BRASIL, 1986, p. 261-263)

a) Identifique dois princípios liberais presentes na Constituição de 1946.

b) Relacione os dois princípios identificados no item anterior com as novas características da política brasileira após a Segunda Guerra Mundial.

Comentário

a) Primeiro, princípio da temporalidade das funções eletivas. Segundo, a independência e a harmonia entre os Poderes da República.

b) Após o término da Segunda Guerra Mundial, a prática política no Brasil foi influenciada pela vitória das democracias liberais ocidentais. Desta forma, o estabelecimento da duração dos mandatos impedia a permanência dos políticos nos cargos de maneira interminável, como aconteceu durante o Estado Novo, do mesmo modo que a independência e a harmonia entre os poderes impediram a concentração do poder no Executivo.

Da campanha do petróleo ao suicídio de Getúlio Vargas

Em 1945, apesar de afastado do poder, Getúlio Vargas não permaneceu fora da política por muito tempo. Durante o governo Dutra, o ex-ditador ocupou uma cadeira no Senado pelo Rio Grande do Sul e, assim, parecia operar uma verdadeira metamorfose, isto é, ao ocupar confortavelmente a condição de político eleito democraticamente ele se livrava do seu incômodo passado ditatorial. Na sucessão de 1950, Vargas concorreu à presidência e retornou, agora através da eleição direta, para o Palácio do Catete.

Com certeza, um dos marcos de sua nova administração foi a criação, em 1953, da companhia estatal de Petróleo Brasileiro S. A./Petrobras. O objetivo da empresa era o de executar as atividades do setor petrolífero no Brasil em nome da União. O projeto fora enviado por Vargas à Câmara dos Deputados no final de 1951. Vale lembrar que a campanha popular em torno da exploração do petróleo veio desde a década de 1940 – envolvendo inclusive nomes de projeção nacional como o escritor Monteiro Lobato – e apresentava o histórico *slogan*: O petróleo é nosso! "A empolgante campanha revelava forte teor nacionalista ao lutar em defesa dos brasileiros e de tudo o que era nacional. A dimensão dessa instigante discussão teve um momento de destaque, em 1947, quando se iniciaram os debates parlamentares acerca do *Estatuto do Petróleo* no Congresso Nacional, sendo noticiado através de cobertura jornalística realizada pelos principais periódicos do país. No ano seguinte foi fundado o *Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP)*, com a função principal de promover uma ampla campanha de esclarecimento da população, visando aglutinar as forças em prol da tese nacionalista de exploração das jazidas de monopólio estatal. Desta forma, o CEDP reuniu militares, estudantes, homens públicos e intelectuais e tornou-se a principal organização civil incentivadora da tese monopolista estatal.



Figura 6.2: Vargas com a mão suja de petróleo.

Fonte: <http://muitopelocontrario.wordpress.com/tag/presal>

De acordo com Boris Fausto, no início da década de 1950 o governo brasileiro promoveu várias medidas objetivando incentivar o desenvolvimento econômico, com destaque para o setor industrial. Em 1952, por exemplo, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) com a clara finalidade de acelerar o processo de diversificação industrial. Entretanto, o incremento econômico era acompanhado pela inflação que produziu ecos na sociedade, ou seja, diante da carestia aumentaram as reivindicações dos trabalhadores. Desta forma, Getúlio Vargas procurava se equilibrar nessa situação, que apontava para a solução com a adoção de medidas impopulares para controlar a inflação. Vale lembrar que inúmeras greves aconteceram ao longo do ano de 1953, dentre as quais se destacaram a greve geral de São Paulo e a greve dos marítimos no Rio de Janeiro, em Santos e em Belém.

Gradativamente, Getúlio Vargas parecia distanciar-se dos interesses dos setores sociais conservadores; somado a isso, seu discurso reforçou o nacionalismo ao responsabilizar o capital estrangeiro pelos problemas no balanço de pagamentos. Diante da indecisão das empresas de energia elétrica de origem norte-americana e canadense de realizarem novos investimentos no país, o governo brasileiro aprovou um projeto de lei e criou uma empresa estatal para o setor, em abril de 1954, a Eletrobras. Além disso, notícias circulavam pela imprensa da possível aproximação entre Brasil, Argentina e Chile, a partir de um acordo secreto, supostamente considerado como um passo na direção da instalação da *República sindicalista* no país. Por sua vez, o jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda, tornou-se porta-voz da oposição e atacou violentamente o governo. Essa ira teve origem anterior com a fundação do jornal *Última Hora*, em 1951, de Samuel Weiner, que teria se favorecido de um empréstimo junto ao Banco do Brasil. Lacerda referia-se a este fato como um fenômeno de corrupção através da imprensa. Para apurar a possível transação indevida, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada na Câmara dos Deputados e controlada pela UDN. Entretanto, a

tentativa de provar o possível envolvimento de Vargas em crime de favorecimento à *Última Hora* não obteve sucesso, e a tentativa de um *impeachment* do presidente frustrou-se. Ao analisar essa conjuntura, Vilma Keller afirma que, em agosto de 1953, Lacerda fundou no Rio de Janeiro o *Clube da Lanterna* que reuniu inúmeros parlamentares, com destaque para os udenistas, com o objetivo de combater o governo de Getúlio. A revista *Maquis* era o órgão oficial desta nova organização. Somando-se a isso, em princípios de 1954, foi formada uma coligação partidária, *Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe*, que vislumbrou organizar-se para a eleição legislativa que aconteceria no segundo semestre daquele ano. Três pontos eram defendidos pelo grupo que tinha como um de seus candidatos Carlos Lacerda: o planejamento democrático – como resposta ao “*dirigismo estatal*” de Vargas –, a defesa da livre iniciativa e a ênfase no municipalismo.

Desta forma, no círculo próximo a Vargas crescia a convicção de que Lacerda incomodava demais e que precisava ser retirado da cena política. Aqui começou a contagem regressiva para, em agosto de 1954, o suicídio de Getúlio. A campanha de oposição ao governo tornou-se mais intensa com a proximidade das eleições legislativas. O golpe de misericórdia na crise política ficou conhecido como o *atentado da rua Tonelero*, uma tentativa de assassinato direcionada a Carlos Lacerda mas que vitimou o major Rubens Florentino Vaz, que integrava um grupo de oficiais da Aeronáutica que realizava a segurança do jornalista. Apenas com um ferimento no pé, Lacerda soube explorar muito bem, através da imprensa, o episódio, ao responsabilizar o governo pelo atentado. Em 9 de agosto, Lacerda assinou um violento editorial exigindo a renúncia de Vargas e tentando obter da Aeronáutica adesão à causa. A partir de então, os interrogatórios passaram a ser feitos na base aérea do Galeão (Ilha do Governador), o que originou a expressão *República do Galeão*. A apuração do caso permitiu a confirmação do envolvimento da guarda pessoal do presidente no atentado. A solução da situação parecia apontar três possibilidades: a resistência de Vargas em

permanecer no poder, o afastamento temporário até a conclusão dos trabalhos de investigação ou a renúncia definitiva. Entretanto, Vargas surpreendeu a todos realizando sua jogada definitiva, ou seja, isolado politicamente e na iminência de ser deposto, Getúlio cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, com um tiro no coração.

Conclusão – a transição para JK

A cartada final de Getúlio provocou grande mobilização popular e esvaziou qualquer ofensiva da oposição varguista. De acordo com a Constituição, o vice-presidente Café Filho assumiu o poder Executivo federal, cercou-se de políticos udenistas e assegurou ao país que garantiria a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955. O primeiro partido a apresentar candidato foi o PSD, que lançou o nome de Juscelino Kubitschek, que integrava os quadros do partido em Minas Gerais. Ao seu redor, aglutinaram-se as vertentes do getulismo, o que criou condições para a obtenção do apoio do PTB, o que se efetivou com o seu companheiro de chapa para a vice-presidência, João Goulart (Jango). Novamente a UDN pensou em lançar a candidatura militar do brigadeiro Eduardo Gomes; todavia, outro integrante do partido surgiu como candidato, o general Juarez Távora. A campanha presidencial apresentou inúmeros lances com direito ao episódio da *Carta Brandi*, em alusão à suposta troca de correspondência entre Goulart e o deputado argentino Antonio Jesús Brandi. Posteriormente, a investigação comprovou que a carta foi forjada por falsários argentinos e vendida aos opositores de Jango.

Juscelino Kubitschek saiu vitorioso com o parco resultado de 36% em oposição aos 30% obtidos por Juarez Távora. Apesar do resultado favorável, uma campanha foi deflagrada para impedir a posse de JK na presidência e a de Jango na vice-presidência da República. Essa articulação teve um acontecimento ruidoso com o discurso proferido pelo coronel Bizarria Mamede, por ocasião

do falecimento do presidente do Clube Militar, general Canrobert Pereira da Costa, um dos mais destacados articuladores contra Getúlio. Ao elogiar seu colega de farda, o militar chamou de “*mentira democrática*” o regime presidencial que concentrava nas mãos do Executivo uma vitória da minoria, isto é, apenas 36% dos votos. Portanto, o alvo das críticas era o presidente eleito JK. Rapidamente, o ministro da Guerra, general Lott, quis punir o coronel Mamede, tratando de limitar a politização das Forças Armadas. A situação ficou ainda mais tensa, uma vez que, em 3 de novembro daquele ano, um ataque cardíaco acometeu o presidente Café Filho, internado às pressas no Hospital dos Servidores no Rio de Janeiro, o que provocou seu afastamento das atividades políticas. Respeitando a Constituição brasileira, tomou posse o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, eleito pelo PSD, mas muito identificado com as posições da UDN e que se recusou a punir o coronel Mamede. O general Lott mobilizou as tropas do Exército no Rio de Janeiro, ocupando edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. A partir daí, a situação ganhou novo contorno, pois a mobilização militar tinha o objetivo de garantir a posse do presidente eleito e passou a ser conhecida como o *Golpe Preventivo*. Carlos Luz acabou deposto da presidência quando o Congresso Nacional decidiu considerá-lo impedido de ocupar o cargo. A solução foi seguir a linha da sucessão constitucional e o poder Executivo foi transferido para Nereu Ramos. Os ministros militares solicitaram a aprovação do estado de sítio por dois períodos consecutivos de trinta dias. Assim, a partir dessas medidas excepcionais foi garantida, em 31 de janeiro de 1956, a posse para a presidência e para vice-presidência, respectivamente, de JK e de Jango.



Figura 6.3: Capa do jornal *Última Hora*.

Fonte: <http://www.blogdacomunicacao.com.br>



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o documento a seguir, a carta que Getúlio Vargas escreveu antes de seu suicídio:

Carta-Testamento

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça de revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionaria que destruíra os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História (VARGAS, 1954).

Segundo Boris Fausto, o suicídio de Getúlio exprimia o desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O gesto dramático continha uma carga capaz de sensibilizar os brasileiros. O presidente morreu e um importante documento, a carta-testamento, fez com que Vargas se apresentasse tanto como vítima quanto como acusador daqueles que identificou como *inimigos populares*. Após a leitura atenta desse documento, destaque pequenos trechos e explique-os a partir dessas duas condições assumidas por Vargas, isto é, de vítima e de acusador.

Comentário

O aluno deverá destacar trechos que demonstrem a condição de Vargas apresentando-se como submetido às arbitrariedades de seus opositores: “Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. (...) Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão direito de defesa.” Este fragmento refere-se não só ao segundo governo de Getúlio (1951-1954) como também resgata a condição de sua saída do poder em 1945, de acordo com a sua perspectiva, apesar de conceder

ganhos ao trabalhador brasileiro era obrigado a renunciar ao poder. Em outras condições, em agosto de 1954, sem direito de defesa, Getúlio *saía da vida*, cometendo o suicídio, e *entrava na História*. Já a condição de acusador pode ser percebida:

Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente (VARGAS, 1954).

Neste extrato, Vargas apresenta duas criações de seu governo, a Petrobras e a Eletrobras, e como essas conquistas incomodaram os críticos à sua administração que ao atacá-la, procuravam impedir o crescimento do país.

RESUMO

A aula tem como eixo norteador a discussão referente às principais características do processo de redemocratização no Brasil a partir da extinção do Estado Novo. Desta forma, destacaram-se a formação dos partidos políticos, as eleições ocorridas em dezembro de 1945 e os debates que envolveram a discussão para a confecção da Constituição de 1946. Além disso, analisamos a conjuntura histórica que permitiu o retorno de Getúlio Vargas ao poder através das eleições diretas para a presidência da República. O segundo governo varguista apresentou rápido desgaste que culminou com o suicídio do presidente. A partir de então, a delicada situação política permitiu inúmeras articulações que, no início de 1956, garantiram a posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, analisaremos a genealogia de uma das noções mais caras às Ciências Sociais brasileiras, na segunda metade do século XX, para análise da relação Estado-sociedade no Brasil: o conceito de populismo. À luz de uma abordagem historiográfica, buscaremos evidenciar as insuficiências desse conceito para explicação da experiência política varguista entre 1930 e 1945 e do curto intervalo liberal-democrático subsequente, interrompido pelo golpe civil-militar de 1964.

Aula 7

Populismo – a trajetória de um conceito no Brasil

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

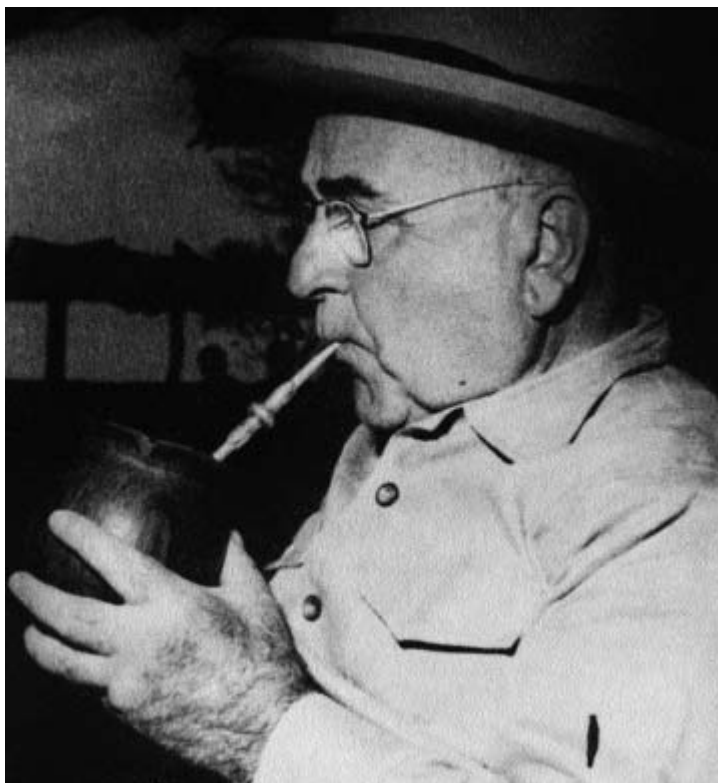
Meta da aula

Apresentar de forma crítica a trajetória do populismo, uma das noções mais utilizadas no Brasil para explicar a relação entre Estado e classes trabalhadoras, entre 1930 e 1964.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as principais elaborações teóricas no Brasil acerca do conceito de populismo, desde a década de 1950, esboçando, ainda que de forma breve, as contribuições do principal teórico do conceito de populismo: o sociólogo Francisco Weffort;
2. identificar, à luz de uma abordagem historiográfica, as insuficiências desse conceito para explicação da experiência política varguista entre 1930 e 1945 e do curto intervalo liberal-democrático subsequente, interrompido pelo golpe civil-militar de 1964.



Fonte: http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.brasil.gov.br/imagens/sobre/historia/personagens-historicos/getulio-vargas-1882-1954/getulio-vargas_100-brasileiros-120_390.jpg&imgrefurl=http://www.brasil.gov.br/sobre/historia/personagens-historicos/getulio-vargas-1882-1954&usg=__cx_1ónzbPLUnnQWr2LRebl-pZfO=&h=390&w=360&sz=183&hl=pt-BR&start=14&um=1&itbs=1&tbnid=fc5l6glgsDygeM:&tbnh=123&tbnw=114&prev=/images%3Fq%3Dgetulio%2Bvargas%2B.gov%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26safe%3Doff%26tbs%3Disch:1

INTRODUÇÃO

Observe atentamente os trechos a seguir:

O apoio a Getúlio Vargas provinha ainda que de outros setores pertencentes ao Estado ou dele dependentes: as facções oligárquicas estaduais representadas no PSD, setores nacionalistas e estatizantes das Forças Armadas,

a nova camada de tecnocratas do governo e as massas urbanas, formadas principalmente pelo proletariado das indústrias e das empresas de serviços. Juntas, essas forças sociais constituíram uma "aliança" que foi chamada de populista, cuja meta principal era o prosseguimento, sem maiores transtornos, da expansão capitalista e industrial em bases nacionalistas (ALENCAR, 1994).

A legislação trabalhista, apresentada como uma dádiva do governo, e a aproximação com os sindicatos faziam parte de um tipo de política que seria mais tarde caracterizada como populista. Apresentado como magnânimo das leis trabalhistas, Getúlio era chamado de "pai dos pobres", uma espécie de protetor da classe trabalhadora. De acordo com essa visão, tais leis teriam sido um ato de generosidade do governo, e não resultado de muitos anos de luta dos trabalhadores (GISLANE, 2008).

(...) O Estado Novo apelava à colaboração entre as classes, difundindo ideias de exaltação do trabalho. Getúlio Vargas era apresentado como "pai dos trabalhadores", aquele que concedeu as tão desejadas leis trabalhistas (RODRIGUES, 2002).

As passagens apresentadas foram retiradas de manuais didáticos amplamente utilizados nas escolas brasileiras de nível fundamental e médio. Constituem-se como valiosos exemplos do fôlego ainda existente desta que foi (e em parte ainda é), durante a segunda metade do século XX, a principal chave analítica da complexa relação entre Estado e sociedade: a noção de *populismo* na política brasileira. Repare que de diferentes formas e em variadas intensidades são apresentadas aos alunos noções como cooptação e manipulação da classe trabalhadora pelo Estado brasileiro. É ressaltada a atuação – quase onipresente – de um líder carismático que, apesar de ditador em alguns momentos dessa

experiência histórica, angariou a obediência dessa mesma “massa de trabalhadores urbanos”, despolitizada e sem consciência de classe, mas que desejava de alguma forma ser incorporada ao jogo político. E, por fim, a noção de “aliança” entre diferentes setores da elite e essas citadas massas populares, num pacto que garantiria ao país um ciclo de desenvolvimento e crescimento econômico.

Populista, demagogo, “pai dos pobres” são alguns dos muitos adjetivos consagrados a Vargas, que, em boa medida, se devem ao notório êxito desse esforço analítico da relação Estado/sociedade no Brasil, nas ciências sociais brasileiras e em boa parte da historiografia produzida sobre o tema até meados dos anos 1980. O êxito da expressão *populismo*, bem como de seu sentido, como pudemos observar nas passagens ilustradas, ultrapassou em muito os limites da discussão acadêmica. Adentrando os manuais didáticos, o vocabulário político popular e o senso comum, a expressão permanece com fácil trânsito ao atribuir sentido a determinados aspectos políticos da experiência histórica brasileira entre 1930 e 1964 e a determinados traços do comportamento e da cultura política de personagens da vida pública do país. Mal intencionado, agindo de má-fé, enganando seus eleitores, o político populista, manipulador e carismático por excelência, emergiria como um personagem típico da cultura política do país.

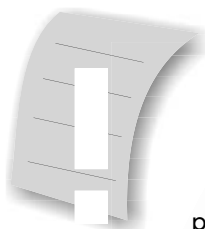
Quando uma mesma noção é tão amplamente compartilhada por intelectuais, jornalistas e trabalhadores, constitui-se um desafio investigar sua origem na história política brasileira (FERREIRA, 2001, p. 7). Vale ressaltar que não é nosso objetivo, nestas breves páginas, identificar a ocorrência e a sistemática que permitiram o deslizamento da noção de *populismo* de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente e difundida nos meios de comunicação de massa e no próprio senso comum (GOMES, 2001, p. 20), embora seja nosso dever mencioná-la. A presente aula possui uma especificidade em relação às anteriores: menos preocupada em observar aspectos da experiência histórica republicana brasileira num determinado corte cronológico, nosso

propósito é traçar, ainda que de forma sucinta, as principais formulações teóricas acerca da ideia de *populismo*. Adentrando o arenoso terreno da história dos conceitos e a partir de escolhas historiográficas, constitui-se uma tentativa de apreender os principais momentos e esforços de elaboração dessa que foi, durante longo período de tempo, a principal chave analítica para a compreensão das relações entre Estado e classes trabalhadoras no Brasil, entre 1930 e o golpe militar de 1964.

Populismo: as primeiras formulações

O ponto de partida para as primeiras formulações acerca da noção de *populismo* situa-se no início da década de 1950, quando um grupo de intelectuais patrocinados pelo Ministério da Agricultura passou a realizar reuniões periódicas na cidade de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro. O “Grupo de Itatiaia”, como ficou conhecido, tinha como propósito discutir os problemas políticos, econômicos e sociais da realidade brasileira. Nos anos subsequentes aos encontros dessa mesma “vanguarda intelectual” surgiria o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e concomitantemente dar-se-ia início à relevante publicação *Cadernos do Nosso Tempo*, revista que viria a ser o ponto de partida da ideologia nacional-desenvolvimentista que marcaria a década nos anos seguintes. O IBESP foi o ponto de partida para a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), importante espaço de reflexões e formulações políticas acerca do problema do desenvolvimento brasileiro. Reunindo intelectuais do porte de Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto, o ISEB foi de absoluta importância para a elaboração de uma ideologia nacional desenvolvimentista que buscava aferir legitimidade e sustentação ao projeto de desenvolvimento em curso, mais precisamente na segunda metade da década de 1950.

O objetivo mais imediato desse seleto grupo de intelectuais, nos anos de 1953 e 1954, era de elaborar uma interpretação sobre a crise nacional então em curso, fornecendo subsídios para uma ampla atuação em prol de reformas que caminhassem na direção do desenvolvimento econômico do país. Para muito além da temática econômica, abordagens de fenômenos políticos também foram divisadas na agenda intelectual desse grupo. É nesse contexto, portanto, que advém a problemática acerca do *populismo* na realidade brasileira. Mais precisamente, é num esforço de reflexão sobre a trajetória e a projeção política do paulista Ademar de Barros para as eleições presidenciais de 1955 que surge, pela primeira vez, a preocupação com o fenômeno. O pequeno ensaio "Que é ademarismo?", de autor desconhecido, publicado em *Cadernos do Nosso Tempo* no primeiro semestre de 1954, considera imperativo responder à pergunta-título, apresentando reflexões sobre esse fenômeno da política paulista.



Ademar de Barros

Nascido em Piracicaba em 1901, Ademar Pereira de Barros foi figura das mais influentes da política paulista no pós-1930. Sua trajetória pública começou no movimento constitucionalista de 1932, quando ingressou como médico-capitão nas fileiras "revolucionárias". Após três anos de exílio, devido à derrota do movimento, retornou à política ingressando no PRP. Após o golpe que instituiu o Estado Novo e extinguiu os partidos políticos em 1937, Ademar de Barros se aproximou de Vargas, movimento este que culminou com sua nomeação para a interventoria paulista em 1938, permanecendo nesta até 1941. No período democrático que se seguiu (1945-1964), Barros foi eleito pelo PSP, com expressiva votação, para o governo de São Paulo (1947-1951). Foi ainda candidato nas eleições presidenciais de

1955, vencidas pelo mineiro Juscelino Kubitschek (PSD). O retorno aos braços do eleitorado paulistano dar-se-ia com a vitoriosa campanha que levou Ademar de Barros à prefeitura da capital em 1957. Uma nova derrota no pleito presidencial de 1960 não arrefeceria o *ademarismo* em terras bandeirantes, sendo novamente governador no período entre 1963-1966. Barros, entre 1963 e 1964, foi um dos principais articuladores civis, no estado de São Paulo, do movimento que culminou com o golpe militar de 1964. Com os direitos políticos cassados alguns anos depois em função de divergências com o regime militar instituído após o golpe, Ademar de Barros foi autor da célebre frase: "No fundo, fizemos a Revolução contra nós mesmos." Àquela altura, já era tarde demais!

O *ademarismo* é apontado categoricamente como expressão política de *populismo* exemplo típico de político personalista e populista que se utiliza largamente de práticas clientelísticas. Embora disponha de um partido (ou seja, esteja ligado a uma agremiação partidária, o PSP – Partido Social Progressista), sua influência e projeção sobre o eleitorado de base rural é de ordem pessoal. Seria o líder que daria substância ao partido. Tampouco o *ademarismo* se trataria de um fenômeno de natureza político-ideológica, embora exerça uma influência ideológica difusa e primária sobre seu eleitorado das classes médias urbanas. Numa leitura atenta do ensaio sobre o *ademarismo*, destaca-se a preocupação do autor com a ausência de esforços anteriores para se pensar o fenômeno do *populismo* na política brasileira e, ao mesmo tempo, se grifa a tentativa de empreendê-lo. A propósito de caracterizar o fenômeno, o ensaio apontará algumas condições fundamentais que permitiram a ascensão desse fenômeno populista em São Paulo. Tais condições, de natureza histórico-sociológica, se reproduziram em formulações teóricas posteriores acerca do conceito de *populismo*. São elas:

- I – O populismo como uma política de "massas". Fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade

complexa moderna. Proletarização acompanhada, por sua vez, de uma alienação. Trabalhadores que não atuam orgânica e politicamente como classe e sim como “massas” (próprias para serem amassadas!). As “massas” seriam originárias do fenômeno proletário, mas deste se distinguem porque são desprovidas de consciência política.

II – A emergência do fenômeno populista estaria relacionada a uma crise de hegemonia por parte de uma elite dirigente. Em crise, essa classe dominante precisaria conquistar o apoio das “massas emergentes”.

III – Ainda um terceiro elemento seria necessário para a construção do modelo, o surgimento do líder carismático que arregimentaria as “massas populares” em torno de seu projeto político e de cunho pessoal. É neste ponto que o conceito ganha ainda mais plasticidade e se torna mais caótico, pois apreende experiências históricas muito distintas entre si e as denomina de populistas. Nesta teorização obtusa seriam exemplos de movimentos populistas as experiências fascistas de Mussolini e Hitler na Europa de meados do século XX, simplesmente porque possuíram líderes carismáticos egressos de estratos proletários da população!

Observe o perfil dos atores que integram esse modelo teórico. Uma classe dirigente em crise de representatividade, uma *massa* proletária massificada, alienada, proveniente dos meios rurais e por isso sem tradição de luta e consciência de classe e, por último, um líder com carisma o suficiente para arregimentar multidões acerca de seu projeto e subordinar instituições como seu próprio partido. Essa estrutura de argumentação para elaboração desse modelo explicativo que permanecerá, como já dissemos, em formulações posteriores será especialmente sensível à intelectualidade paulista, graças à existência de fenômenos políticos como o *ademarismo*, em meados dos anos 1950, e o *janismo*, no final daquela década. Este último alcançaria ainda mais notoriedade pela arrebatadora vitória de Jânio Quadros, alcançada nas eleições presidenciais de 1960.

Na sequência das formulações acerca da noção de *populismo*, temática que se impôs ao campo das ciências sociais até a década de 1970, ressaltamos as contribuições de Héli Jaguaribe, intelectual dos mais influentes do Grupo de Itatiaia (e, posteriormente, do ISEB). Concernente ao esforço isebiano de elaboração de leituras interpretativas sobre os problemas brasileiros, as reflexões de Jaguaribe estiveram diretamente associadas à temática mais ampla do *nacional-desenvolvimentismo* e ao *populismo*, percebido como uma categoria política inserida nesta problemática. Para este intelectual isebiano, o fenômeno populista deveria ser entendido como uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base “agrário-exportadora” para uma fase moderna de expansão “urbano-industrial”, em que a existência das *massas* é uma das características. Fenômeno latino-americano possuidor de duas faces indissolúveis, uma econômica, representada pelo processo de industrialização sobre bases *estatistas* entre 1940 e 1955, e *internacionalizante*, nos anos Juscelino Kubitschek, mas igualmente exitoso. E outra política, ambígua, mais complexa para ser compreendida e apresentando diversas nuances naquele período democrático-liberal da história brasileira.

Já na década seguinte, após o desfecho da crise política que marcou de forma autoritária o fim do governo João Goulart, as reflexões sobre o *populismo* na política brasileira se orientaram pela resposta da questão que mais se impunha nas interpretações políticas, sociológicas e econômicas sobre a realidade brasileira: quais os fatores que levaram ao golpe de abril de 1964? “É neste contexto intelectual e político que uma associação fundamental foi traçada: as causas do golpe deitam raízes no esgotamento da experiência populista” (GOMES, 2001, p. 27). Nessa nova agenda de investigações, marcada por outro contexto político (de autoritarismo e repressão), o esforço para compreensão do fenômeno do *populismo* passaria por uma significativa maturação. O fenômeno passaria a ser datado, tendo a “Revolução de 1930” como marco do início da era

populista e o breve período entre 1961 e 1964 como o do colapso da experiência populista brasileira. Neste contexto, as contribuições de Jaguaribe ainda possuiriam singular relevância, em especial devido a duas publicações. A primeira de 1968, "Estabilidade social pelo colonial-fascismo?", artigo publicado na coletânea *"Brasil: tempos modernos"*, organizada pelo economista Celso Furtado em 1968. Mesmo sem utilizar a expressão *populismo* (Jaguaribe fala num "nacional-trabalhismo", mas não se aprofunda no significado deste conceito), o eixo interpretativo e o escopo de sua análise convergem com as formulações teóricas predominantes sobre o período. A segunda contribuição, publicada em 1974, *Brasil: crise e alternativas*, dedica toda a primeira parte à reflexão sobre a crise da experiência "populista brasileira", encerrada abruptamente pelo golpe de 1964. Assinala Ângela de Castro Gomes que, menos preocupado com as origens da ditadura brasileira, o autor aponta a preocupação com o futuro, já que naquele contexto se observava o início daquilo que viria a ser uma distensão lenta e gradual do regime.

A despeito das contribuições de Jaguaribe para a compreensão sobre o fenômeno no Brasil, o modelo analítico *populismo* deve, em especial, a um intelectual – seu maior teórico – o seu trânsito e o seu relativo êxito: o sociólogo e intelectual com diversificada atuação nos meios universitários paulistas Francisco Corrêa Weffort.



Brasil: tempos modernos

Publicada originalmente na revista francesa *Les Temps modernes*, nº 257, a coletânea de circulação internacional foi organizada pelo economista Celso Furtado, a convite do filósofo francês Jean-Paul Sartre. Nessa coletânea também foram publicadas as relevantes interpretações de Fernando Henrique Cardoso, "Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes

estruturais da crise política brasileira”; do próprio Celso Furtado, “Da República oligárquica ao Estado militar”; e de Francisco Weffort, “O populismo na política brasileira”. A referida coletânea foi uma das mais influentes nas ciências sociais brasileiras na virada dos anos 1960 para os anos 1970.

O populismo na política brasileira: a contribuição de Francisco Weffort

As contribuições de Weffort para a elaboração do conceito de populismo são numerosas e diversificadas, o que decerto impediria uma exposição detalhada de sua produção acadêmica, que data de meados dos anos 1960. Impõe-se, portanto, a necessidade de escolha de alguns títulos do autor, os mais emblemáticos para consolidação do conceito de populismo na explicação da relação entre sindicato e Estado no Brasil.

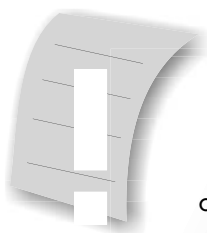
“Raízes sociais do populismo em São Paulo”, artigo publicado em 1965 pela revista *Civilização Brasileira*, pode ser considerado o esforço primacial de Weffort na análise do fenômeno. “Estado e massas no Brasil”, de 1967, e “O populismo na política brasileira”, de 1968, são dois textos subsequentes, harmônicos e coerentes com a publicação inaugural. É este último título o artigo de maior notoriedade de Weffort sobre a temática. Publicado originalmente no periódico de circulação internacional *Les Temps*, esse artigo produziu grande repercussão nos meios acadêmicos brasileiros porque sistematizou e concedeu parâmetros organizativos ao conceito *populismo*. Notadamente, dez anos mais tarde, em 1978, Weffort havia organizado coletânea homônima reunindo alguns artigos reeditados e outros inéditos sobre o *modelo* populista. Merece atenção também sua tese de doutorado apresentada à USP em 1968, incorporada em parte e com revisões ao seu livro de 1978. Além de três artigos importantes, “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco” (1968); “Origens do sindicalismo populista no Brasil”

(1973) e “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período (1945-1964)” (GOMES, 2001, p. 30), que assinalariam também a atuação do sociólogo em espaços de relevo das ciências sociais de São Paulo nos anos 1970, o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e o Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

A grande originalidade da contribuição de Weffort à compreensão do fenômeno populista está em conferir historicidade a essa experiência histórica, ou seja, recompondo e interpretando esse passado. Produto da clivagem (mudança ou transformação) produzida pela “Revolução de 1930”, o fenômeno poderia ser observado em dois tempos: em suas origens na década de 1930 e no período liberal, entre 1945-1964, vaticinado pelo autor como o da “República populista”. O estudo sobre as origens do fenômeno remeteria, segundo Weffort, às condições que levaram ao movimento que alçou Vargas ao poder. Entendido sob duas óticas, como “estilo de governo” e como “política de massas”, o *populismo* no Brasil foi expressão do período de crise da “oligarquia” e do liberalismo e do processo de democratização do Estado (WEFFORT, 1977, p. 49). Weffort chama a atenção para o fato de que a crítica à experiência histórica populista do pós-1945 é em essência liberal. Confirma essa ideia o verbete sobre *populismo*, redigido pelo historiador Francisco Martinho, destacando que

o que se convencionou chamar de populismo na América Latina tem um perfil modernizante e antiagrarista, e que, apesar de se verificar em muitos momentos o compromisso entre Estado industrializante e as elites agrárias, foram justamente os setores aliçados do poder que, no embate político, escolheram o termo populismo como sintoma de demagogia e manipulação (MARTINHO, 2000, p. 376).

Interessante como essa noção foi incorporada posteriormente pelas “esquerdas”, incluindo nesse coletivo o maior dos teóricos do conceito de *populismo*.



Francisco Weffort

Francisco Weffort teve uma atuação política de destaque no contexto de abertura política brasileira em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Foi, ao lado de Lula e de outras lideranças políticas que emergiam naquela época, fundador do PT em fevereiro de 1980. A ideia era fundar um partido *dos trabalhadores* e não *para os trabalhadores*. Implícita nesta expressão (além da crítica ao antigo PTB) está a percepção de que toda e qualquer luta sindical anterior ocorrida no Brasil era “pelega”, ou seja, lideranças de trabalhadores controladas por patrões e pelo Estado *populista*. Weffort abandonou o PT após a segunda derrota de Lula à presidência da República, aderindo ao PSDB e se tornando ministro da Cultura do então eleito Fernando Henrique Cardoso. Permaneceu no cargo até 2002.

“O estado de compromisso” e a “manipulação populista”

Num breve esboço sobre o quadro analítico oferecido por Weffort em “O populismo na política brasileira”, apontemos para duas categorias conceituais que ganhariam largo trânsito nas análises posteriores sobre o período histórico entre 1930 e 1964: a noção de *Estado de compromisso* e a de *manipulação populista*, ambas derivadas do fenômeno *populismo*. A primeira remeteria a duas noções distintas, mas em boa parte complementares em seu significado: o *compromisso* ou *aliança*, entre os segmentos dominantes da sociedade, consagrando em si um equilíbrio instável que, por conseguinte, abria espaço para a emergência do poder pessoal do líder, figura carismática que se confundiria com o Estado. E, ao mesmo tempo, o *compromisso* entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passariam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. De corte gramsciano e oferecido pioneiramente nas análises de Ruy Mauro Marini sobre a realidade

brasileira no período entre 1930 e 1964, o conceito de *Estado de compromisso/Estado de massas* deriva da noção de *Estado bonapartista* elaborada pelo teórico italiano, caracterizada pela ausência de hegemonia de classes e pela presença de um Estado arbitral (GOMES, 2001, p. 31-40).

A segunda categoria, que, *in totum*, deriva da ideia de *compromisso*, tão cara aos teóricos do populismo, é a da *manipulação populista*, essencial para se descrever a relação entre líder carismático e suas massas alienadas. Tal noção remete imediatamente à concepção de tutela, mas, sobretudo, de controle por parte do Estado. Essa é uma categoria que, embora perpassasse a reflexão de Weffort, mereceu cuidado pelo próprio autor, por entender que a “manipulação” não poderia se dar de forma absoluta. Dever-se-ia compreender, segundo Weffort, a complexidade das condições históricas colocadas, tendo em vista que a “manipulação das massas populares foi também um modo de expressão de suas insatisfações” (WEFFORT, 1977, p. 51). Desta forma, não se poderia entender o fenômeno da “manipulação das massas” de forma unidirecional, dado o seu caráter ambíguo; ao mesmo tempo que se configura como a ascensão do poder do Estado sobre os trabalhadores, ela se realizaria por representar, em boa medida, os anseios dessa “massa” inclinada à vontade do líder. O próprio autor chegaria a sugerir, ainda que de forma sutil, o termo *aliança* em vez de *manipulação*, por melhor expressar o sentido de sua análise político-sociológica.

Ao discorrer sobre a noção de *manipulação populista*, emergem duas questões nas análises de Weffort que merecem grifo. Seguem expostas:

- Por que, a despeito da manipulação e do controle exercidos pelos líderes populistas e pelas elites dirigentes *em compromisso*, esta dada experiência política/histórica brasileira, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1950, pôde ser vista como positiva, no que tange à participação das classes trabalhadoras no cenário político?

- Se o *populismo* foi em parte fenômeno expressão da emergência das *massas populares*, incorporadas de forma tutelada pelo Estado ao jogo político, por que, numa dada conjuntura da história brasileira, essa mesma ampliação das bases sociais do jogo político produziu o *colapso* da “experiência populista”?

É neste instante que se observa a grande tensão (paradoxo) presente na formulação do autor, que percebe, como já foi mencionado, a necessidade de relativização da noção de manipulação. Num verdadeiro esforço de análise sociológico-histórica, Weffort aponta para os limites estabelecidos à manipulação populista exercida pela pressão das massas populares. Neste sentido, a manipulação, por mais incisiva que se apresente, sempre ofereceria um espaço/horizonte de possibilidades de atuação do sujeito-passivo (no caso, as massas populares). Até se reconhece os ganhos materiais obtidos pela classe trabalhadora ao longo do período dito populista, no entanto, atravessa essa formulação o sentido de cálculo utilitário entre trabalhadores e Estado, no qual os primeiros em troca de direitos trabalhistas concederiam obediência política ao segundo. Além disso, as massas são entendidas como tal porque são percebidas como fora do paradigma europeu de classe operária. Ou seja, desprovidas de consciência e sem tradição de luta por seus direitos. Vê-se nitidamente nessa teorização a construção de um tipo ideal de trajetória histórica a ser percorrida. Nada mais a-histórico!

Quanto à segunda questão, complementar em boa medida à primeira, se apresenta nos escritos de Weffort e de autores contemporâneos que compartilham o conceito de *populismo* a necessidade expressa em se explicar as condições históricas (sob variados aspectos políticos e econômicos) que culminaram com a crise de março/abril de 1964. O *colapso do populismo no Brasil*, fazendo jus à expressão-título do mais famoso ensaio do cientista político Otávio Ianni sobre a temática. A derrocada da experiência populista seria produto do esgotamento de um modelo econômico-

político de desenvolvimento nacional, que não mais conseguiria dar conta dos anseios cada vez mais presentes das classes populares. O esforço conciliatório das elites dirigentes não mais daria conta de uma realidade política na qual as *massas*, sempre manipuladas, apontavam agora para um horizonte de conscientização do seu papel político (quando começariam a reivindicar as *Reformas Base* no governo João Goulart). Vê-se, mais uma vez, a idealização, a história (ou estória) daquilo que os autores – Weffort e Ianni – gostariam que tivesse sido, teorização dissociada de qualquer base empírica. Vale ressaltar ainda que foi essa leitura acerca da crise brasileira que delegou ao ex-presidente da República, João Goulart, durante muito tempo, o papel de “inepto” e “fraco”, figura responsável pelo “caos político administrativo” que marcava o Brasil nos primeiros anos da década de 1960.



Atende ao Objetivo 1

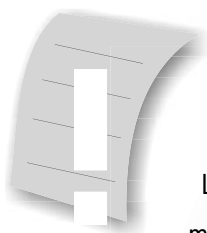
1. A noção de *populismo* compartilhada por muitos teóricos/intérpretes da realidade brasileira, nos anos 1950 e 1960, tem nos trabalhos do sociólogo Francisco Weffort sua principal sistematização. O fôlego deste conceito ainda pode ser observado em muitos manuais didáticos utilizados nas escolas brasileiras. Qual período da história política brasileira é qualificado por esses teóricos de *populista*? A que devemos atribuir a força desse conceito nas ciências sociais brasileiras nas décadas de 1950-1960 e, em boa parte, nos manuais didáticos escolares desde os anos 1970?

Resposta Comentada

O aluno deverá esboçar o argumento exposto nos dois primeiros itens da aula. O período dito populista, segundo seu principal teórico (WEFFORT), emerge do êxito do movimento de outubro de 1930, que alça Getúlio Vargas e a Aliança Liberal ao poder. O movimento é considerado um marco político para a teorização porque, a partir dele, se observaria o advento de uma política de conciliação “intra-elites” e entre as “elites” e as “massas populares”. No bojo dessa relação tutela/concessão de direitos teríamos a incorporação das “massas ao jogo político”. O período, a despeito de sua extensão cronológica (1930-1964) e de suas especificidades políticas (ora ditadura, ora democracia), deveria ser entendido como populista por estar caracterizado pela atuação de líderes carismáticos “manipuladores” das “massas” sem consciência política. O período entre 1961 e 1964 seria de “colapso” desta experiência populista dada a impossibilidade de convergir uma opção de desenvolvimento econômico e os desejos de maior participação política das “massas”. O aluno deve perceber que esta é uma teorização que elabora modelos explicativos para a realidade com uma insuficiente análise empírica e histórica da realidade. A força do conceito se deve ao fato de teóricos do populismo, como Francisco Weffort e Otávio Ianni (destaque maior ao primeiro), terem elaborado uma interpretação muito ampla, organizada e coerente da realidade brasileira, entre 1930 e 1964. Um esforço muito bem acabado que buscou encaixar a realidade ao modelo teórico explicativo.

Populismo: a crítica ao modelo explicativo

As insatisfações com o modelo teórico *populista* não são, necessariamente, recentes. Desde o final da década de 1970 começaram a despontar as primeiras críticas ao modelo, então predominante de análise da relação Estado/sociedade no Brasil. Neste contexto operar-se-ia uma mudança nas referências intelectuais para se pensar o país. É o momento de crise dos paradigmas totalizadores das ciências sociais brasileiras, fossem funcionalistas, estruturalistas ou marxistas (GOMES, 2001, p. 43). Vale notar também que nesse mesmo contexto se realizava o *boom* dos programas de pós-graduação em diversas áreas das Ciências Sociais e em História, o que viria a permitir um significativo aumento e qualificação nas pesquisas realizadas no país. A virada dos anos 1970 para a década seguinte não fora apenas um período de abertura dos horizontes da vida política do país, foi também um período fértil e de novas contribuições para as pesquisas universitárias nas ciências humanas. As análises marxistas mais “rígidas” (economicistas ou teleológicas) e, mesmo as de orientação gramsciana cederiam espaço para perspectivas de análise que sofreram profundo impacto dos textos do historiador marxista britânico ligado à *New Left Review*, E. P. Thompson. A inserção desse “novo marxismo” abalou as bases de uma interpretação teleológica da realidade que idealizava essa mesma realidade. Idealizava-se uma consciência de classe do operariado e se observava a relação entre Estado e sociedade de forma *verticalizada* (FERREIRA, 2001, p. 111).

**New Left Review**

A *New Left Review* é uma revista bimestral publicada em Londres e editada desde 1960 a partir de uma perspectiva marxista. Cada edição do periódico tem cento e sessenta páginas com destaque para os artigos sobre política mundial, economia global, história e filosofia. Além da versão impressa, esta publicação pode ser consultada através da internet, mediante pagamento, no NLR Online Archive. É importante destacarmos que seu comitê editorial é formado por Tariq Ali, Perry Anderson, para mencionarmos apenas alguns dos principais intelectuais da revista. Contribuíram também no corpo editorial da revista, historiadores do porte de E. P. Thompson e Eric J. Hobsbawm.

É nesse cenário que *A invenção do trabalhismo*, da historiadora Ângela de Castro Gomes, surgiria como proposta inovadora de análise. Defendida como tese de doutorado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (centro ligado à Universidade Candido Mendes) em fins dos anos 1980, a referida pesquisa surgiu com o “objetivo de dialogar com enfoques que até então eram muito abrangentes nos estudos sobre o movimento operário/sindical no Brasil”, segundo palavras da própria autora (GOMES, p. 44). Até mesmo a autora reconhece que sua tese foi melhor aceita nas ciências sociais do que entre os historiadores, dada as novas opções analíticas que perpassam seu trabalho. No plano teórico, a proposta de Castro Gomes era analisar a experiência histórica da luta dos trabalhadores urbanos no Brasil pela dimensão cultural da política. Não faltam referências, ao longo do texto, de análises antropológicas que até então eram recentes nas ciências sociais brasileiras. Ficava claro o esforço em se fazer uma análise interdisciplinar da referida experiência histórica.

Embora o esforço central de sua análise se concentre na atuação dos ministros do Trabalho Agamenon Magalhães (1934-37) e Alexandre Marcondes Filho (1942-45) e na elaboração do projeto político que conferiu legitimidade ao período Vargas frente aos trabalhadores, sua narrativa se inicia ainda na Primeira República, ao destacar a luta dos operários brasileiros por melhorias em suas condições materiais e por ganhos simbólicos que se concretizariam no período pós 1930. A novidade de *A invenção do trabalhismo* está justamente no diferente tratamento analítico dado à relação Estado/classes trabalhadoras no Brasil. Em vez de conferir um sentido *heroico* às lutas operárias no Brasil anteriores a 1930 e um sentido *alienado* a essas mesmas lutas no pós outubro de 1930, como fazem os teóricos do *populismo*, Castro Gomes procura mostrar ao leitor como as vozes (lideranças) do movimento operário foram *ressignificadas e apropriadas* pelo Estado varguista, mas não de forma unilateral. Foi propósito da autora investigar, como ela mesma assinala numa exegese de sua tese de doutorado, a história da classe trabalhadora, atribuindo-lhe durante todos os tempos (antes e depois da “Revolução de 1930”) um papel de sujeito histórico que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades. Recusando-se, outrossim, a conferir aos trabalhadores um papel passivo diante da ação desorganizadora do Estado (GOMES, 2001, p. 46-47). Reconhece-se o diálogo assimétrico entre trabalhadores e Estado, mas se buscava entender as formas de participação ativa das classes trabalhadoras num modelo de sindicalismo corporativista que, apesar de sua natureza restritiva à participação autônoma dos trabalhadores, contou com uma ampla margem de atuação desses mesmos trabalhadores urbanos.

Na esteira da proposta de narrativa e de análise apresentada por Castro Gomes, outros historiadores que se debruçaram sobre o período histórico e sobre a temática merecem grifo. *O populismo e sua história – debate e crise*, coletânea organizada por Jorge Ferreira, publicada em 2001. Na citada obra, merecem relevo, além do texto de Castro Gomes, *O populismo e as ciências sociais no*

Brasil, os artigos do organizador do trabalho, "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira" e o já clássico e muito citado de Daniel Aarão Reis, "O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita". O primeiro se propõe a fazer um qualificado esforço crítico de apresentação das opções teóricas e das matrizes sociológicas utilizadas pelos intelectuais formuladores do conceito de *populismo*. A trajetória percorrida, bem como as influências intelectuais (destaque para os sociólogos / teóricos da modernização Gino Germani e Torquato di Tella, cujas obras repercutiram largamente nos meios acadêmicos latino-americanos nos anos 1960) que contribuíram de alguma forma para a gênese do modelo conceitual *populista* e dos limites interpretativos deste mesmo modelo. É notada também nesse longo artigo, a inserção de novas matrizes de pensamento na historiografia brasileira a partir dos anos 1980. A crise dos paradigmas totalizadores, a entrada de novas referências como a micro-história italiana, encarnada principalmente na obra de Carlo Ginzburg e o impacto provocado pela tradução do marxismo da *New Left Review* provocaram significativas mudanças na interpretação da relação *Estado/classes trabalhadoras*. Buscou-se, nesse novo eixo analítico, incorporar o enfoque cultural nas reflexões sobre a história política brasileira (FERREIRA, 2001, p. 63-99). O esforço produziu resultados satisfatórios, que podem ser notados no enfoque dado por Ferreira a movimentos políticos ocorridos no período liberal (1946-1964) como o *Queremismo*. Movimento ora mal estudado, ora lido pela ótica da mera manipulação das classes trabalhadoras pelo Estado. Neste sentido, *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular: 1945-1964*, publicado em 2003 se apresenta como uma tentativa de pensar as opções políticas e o imaginário da classe trabalhadora no Brasil, no intervalo democrático entre o Estado Novo e a ditadura militar, por um viés cultural.

O artigo "O colapso do colapso do populismo", do historiador Daniel Aarão Reis, é um esforço historiográfico à parte de crítica ao modelo explicativo e à experiência histórica apreendida pelo modelo.

Permeada por uma linguagem sarcástica muito singular, a tarefa de Aarão Reis é de reinterpretar aquele período crítico da história republicana brasileira, no qual o acirramento das tensões entre “as esquerdas” e “as forças reacionárias”, como se dizia na época, levou a derrubada de João Goulart, em 1964. Uma releitura daquilo que outrora fora chamado de *colapso da República populista*, expressão consagrada pelo cientista político Otávio Ianni. Negando a chave interpretativa predominante oferecida pelos teóricos do populismo (a manipulação das *massas* e o esgotamento dos pactos conciliatórios das elites e entre as elites e as massas), Reis reconhece que o período inaugurado com a redemocratização em 1945 foi de “promessas de um novo tempo para as classes trabalhadoras na história da nossa tão elitista República” (REIS, 2001, p. 324), interrompido de forma absolutamente traumática pelo golpe de abril de 1964. Neste artigo, dois alvos são apontados, o colapso da teoria do “colapso do populismo” e o colapso (a repetição é proposital!) da experiência histórica, que se não se deu pelo esgotamento de um pacto ou de qualquer pacto, mas ocorrera porque não houve possibilidade por parte das esquerdas em dirimir as tensões existentes naquela dada conjuntura e de arrefecer os ânimos golpistas tão presentes em determinadas parcelas da sociedade brasileira.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia atentamente a passagem exposta a seguir:

Da personalização da política, o "getulismo" institucionalizou-se em um partido político, o PTB, transformando-se em projeto para o país, o trabalhismo. Nessa mesma década, uma geração de homens e mulheres, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas sócioeconômicas do Brasil, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem estar da sociedade. Esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo, diz Lucília de Almeida Neves, tornam-se "elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época" (FERREIRA, 2005, p. 12).

De que forma a passagem acima se contrapõe ao conceito de *populismo*, predominante nas ciências sociais e na historiografia brasileira a partir da década de 1960? A partir da leitura atenta dos últimos itens da aula, esboce as alternativas historiográficas ao modelo teórico *populista*:

Resposta Comentada

O aluno deverá expor, nesta atividade, os principais argumentos apresentados na literatura acadêmica como crítica à noção de populismo advinda desde fins dos anos 1980. O destaque deve ser dado à tese de doutorado de Ângela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, mas os esforços posteriores de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis também devem ser mencionados. O trecho evidencia que o historiador Jorge Ferreira abandona claramente o enfoque dado à personalização da política e à ideia de manipulação das “massas”. Deve-se perceber, com auxílio da passagem exposta acima, que se adota um viés de análise no qual as classes trabalhadoras possuem uma relação assimétrica, mas ativa, com o Estado e com o jogo de poder proposto. Ênfase ao trecho: “Nessa mesma década, uma geração de homens e mulheres, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional...” Repare como o verbo partilhar traz uma nova semântica para essa relação Estado/trabalhadores. Neste sentido, um imaginário com crenças, ideias, representações, e ao mesmo tempo, opções e escolhas possíveis (e conscientes) foram feitas pelas classes trabalhadoras naquela dada experiência histórica (1946-64).

CONCLUSÃO

Buscamos, nesta aula, não historicizar uma dada experiência da realidade brasileira, mas sim um conceito, evidenciando suas insuficiências para interpretação de alguns aspectos da realidade brasileira no período entre 1930 e 1964. Apesar da crítica oferecida por nós ao conceito de populismo (que fique bastante evidente a nossa opção historiográfica em não aceitar esse modelo explicativo), vale a pena encerrar esta aula notando que a ideia de *populismo*, como qualquer conceito, encerra-se no contexto no qual foi elaborado, conceito que deve ser entendido como *constructo* intelectual e produto de seu tempo. Neste sentido, como assinala Castro Gomes, conceitos são construções teóricas elaboradas

por intelectuais em determinados momentos, para compreender fenômenos da realidade social (GOMES, 2001, p. 54). Se hoje se permite uma crítica (trabalhista) muito sólida ao *populismo* como teoria e como experiência histórica é porque se vive um ambiente intelectual com referências acadêmicas que permitem tal iniciativa. Cabe a nós, historiadores e professores, deslizar esse debate de uma retórica acadêmica e erudita para os manuais didáticos escolares, para que essa interpretação torne-se tão usual, como outrora foi (ou ainda em parte é) a derivada do conceito de *populismo*.

RESUMO

Esta aula se constitui num esforço para se elaborar, ainda que de forma esquemática, a genealogia de uma das noções mais caras às Ciências Sociais brasileiras, na segunda metade do século XX, para análise da relação Estado/sociedade no Brasil: O conceito de populismo. À luz de uma abordagem historiográfica, procuramos evidenciar as insuficiências desse conceito para explicação da experiência política varguista entre 1930 e 1945 e do curto intervalo liberal-democrático subsequente, interrompido pelo golpe civil-militar de 1964.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula terá como eixo norteador a análise dos conceitos de desenvolvimento, nacionalismo e subdesenvolvimento no debate político-econômico no Brasil, realizados pelo pensamento Isebianco e pela perspectiva estruturalista proposta pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) já no limiar da década de 1950.

Aula 8

Desenvolvimento e “nacional- desenvolvimentismo” no governo JK (1956-1960)

*Leonardo Leonidas de Brito
Vera Lúcia Bogéa Borges*

Meta da aula

Apresentar os principais traços do pensamento e do ciclo desenvolvimentista brasileiro da segunda metade da década de 1950.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as contribuições e diagnósticos do pensamento econômico nacional-estruturalista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) para o debate acerca das opções de desenvolvimento;
2. reconhecer as contribuições intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) para formulação da ideologia “nacional desenvolvimentista” que orientou a experiência de governo Juscelino Kubitschek de Oliveira.

INTRODUÇÃO

O governo Juscelino Kubitschek foi, sem dúvida, aquele que, na experiência democrática dos anos 1946-1964, melhor encarnou a ideia de desenvolvimento e industrialização. Governando estritamente nos limites da Constituição e da democracia advinda com a queda do Estado Novo e sob a égide de um pretensioso plano de crescimento e industrialização da economia brasileira, o governo JK encetou transformações significativas na realidade brasileira. Promoveu, a partir do Plano de Metas, a integração de boa parte do território brasileiro e consolidou um modelo de desenvolvimento industrial assentado na associação ao capital estrangeiro. O plano "50 anos em 5", proposto por JK, ainda em sua campanha eleitoral, traduziu muito bem a ideia de movimento, ação e desenvolvimento que caracterizou o Brasil da segunda metade da década de 1950.

Apesar dos percalços atravessados entre a vitória eleitoral e a efetiva posse, o governo JK foi, certamente, um período de estabilidade política, estabilidade que se somou a um vultoso processo de crescimento econômico que conferiu à administração JK o epíteto de a mais bem-sucedida do período.

De um ponto de vista panorâmico, o governo JK foi quase uma "proeza". A partir de um quadro social e político tenso e com interesses bastante divergentes, conciliou o processo democrático e a intensificação do desenvolvimento do tipo capitalista e industrial. Não é por mero acaso, portanto, que a Era JK tenha recebido, posteriormente, o adjetivo de "anos dourados", servindo, desta forma, de modelo para vários políticos, defensores da ordem política e democrática no Brasil (MOREIRA, 2003).

Em linhas gerais, o governo JK se fez sob o signo do binômio crescimento/desenvolvimento industrial. Embora tal objetivo fosse consensual entre os diversos atores sociais e políticos que compunham

a cena brasileira, a forma como o desenvolvimento nacional deveria ser alcançado era o que estava efetivamente em disputa. Neste sentido, o “nacional-desenvolvimentismo” *juscelinista*, além de predominante, exerceria o papel crucial de alinhar diferentes segmentos da sociedade em torno do modelo de desenvolvimento capitalista proposto pelos grupos no poder.



Figura 8.1: Juscelino Kubitschek de Oliveira. O presidente de riso fácil que, entre o mito e a realidade, simbolizou o nacional-desenvolvimentismo brasileiro dos “anos dourados”.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Juscelino.jpg>

O governo JK: plano de metas, "nacional-desenvolvimentismo" e industrialização

Se na primeira metade dos anos 1950, o foco central do debate acerca das questões relativas ao desenvolvimento econômico encontrava-se na mensuração da atuação do Estado e na expansão (ou não) do grau de intervencionismo estatal na economia brasileira, a partir de 1956, com o modelo de desenvolvimento sugerido

pelo Plano de Metas de JK, houve um evidente deslocamento na ênfase desse debate, na medida em que a participação do capital estrangeiro se tornou uma realidade concreta. A questão da participação do capital estrangeiro na promoção do desenvolvimento nacional ocupava, naquele momento, papel de destaque.

Ambas as problemáticas abrigavam-se sob um discurso igualmente tido como nacionalista, só que, doravante, tal discurso ganharia novos contornos. Não havia, nos anos 1950, somente um, mas vários nacionalismos, pluralidade esta que se devia às diferentes elaborações intelectuais, assim como às práticas políticas específicas dos vários segmentos sociais e seus interesses particulares (MENDONÇA, 1988).

A “corrente vitoriosa” dentre estas diversas elaborações, no governo JK, foi aquela que girava em torno do chamado “nacional desenvolvimentismo”, que apregoava a participação do capital estrangeiro na economia brasileira, submetido, entretanto, aos marcos regulatórios estabelecidos pelo Estado. Neste contexto, foram especialmente importantes os diagnósticos oferecidos pelo pensamento econômico estruturalista da Cepal acerca do problema do subdesenvolvimento brasileiro, além da atuação do Iseb para elaboração de uma ideologia orientadora da perspectiva de desenvolvimento que se tornara predominante. Perspectiva esta que se traduziu, na prática, no ambicioso Plano de Metas que encarnara tão bem o **ufanismo** dos “50 anos em 5” da Era JK.

O desenvolvimentismo, ou “nacional-desenvolvimentismo” dos anos JK se traduziu, programaticamente, no ambicioso Plano de Metas. Elaborado a partir dos diagnósticos do grupo de economistas da Cepal-BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, hoje, BNDES) formado no Brasil, tal programa se constituiu na definição planejada pelo Estado das bases em que se daria a associação entre o Estado, o capital privado nacional e a grande empresa oligopolista estrangeira na estratégia industrializante do período.

Ufanismo

A expressão “ufanismo” reflete o imaginário construído no e sobre o período JK (1956-60). O período é, grosso modo, caracterizado por uma era de prosperidade e desenvolvimento, refletido pelo otimismo que tomara conta de parcelas da sociedade brasileira. A conquista da Copa do Mundo de Futebol, na Suécia em 1958, contribuiu substancialmente para a construção, no imaginário social, da ideia de que aquele período era de fato dos “anos dourados”.



A Instrução 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc)

Foi um dos instrumentos-chave da política econômica desenvolvimentista, na medida em que facilitava a entrada de bens de capitais estrangeiros. A instrução 113, adotada ainda no governo Café Filho, permitia ao investidor estrangeiro introduzir equipamentos sem cobertura cambial (à taxa livre de câmbio), isto é, sem dispêndio de divisas; ou seja, poderiam se instalar no país trazendo máquinas que já possuísem ou que tivessem condições de adquirir no exterior por sua conta. Esses equipamentos seriam incorporados ao ativo das empresas, que tanto poderia ser uma filial do investidor no Brasil ou uma empresa brasileira à qual o investidor estrangeiro ficava evidentemente associado. A Sumoc foi a instituição que precedeu o Banco Central do Brasil, criado apenas em 1965, no trato das políticas cambiais.

Composto de 31 metas distribuídas em seis grandes grupos, o programa incorporava a noção de planificação e planejamento da economia. Tratava-se de um documento de caráter estritamente econômico, que estipulava metas para os setores de energia (metas de 1 a 5; energia elétrica, nuclear, carvão, produção e refino de petróleo); transportes (investimentos em estradas de ferro, pavimentação de estradas de rodagem, portos, barragens, marinha mercante e transportes aéreos – metas de 6 a 12); alimentação (metas de 13 a 18: trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes); indústria de base e bens de consumo duráveis (metas de 19 a 29: aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel, celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria

de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico) e educação (Meta 30) (BENEVIDES, 1979). A meta 27 do Plano de JK merece destaque, pois versava sobre a implantação da indústria automobilística, símbolo do crescimento econômico do período. Com capacidade de produção de 170.000 veículos em 1960, o desempenho do setor era surpreendente. A capacidade instalada, ao final da década, permitia a superação da meta fixada em 1955 em 17,2%, segundo dados apresentados pela historiadora Vânia Losada Moreira (MOREIRA, 2003).

A meta 31, referente à construção de Brasília, seria incorporada ao longo da campanha presidencial; no entanto, foi a que melhor encarnou as utopias desenvolvimentistas dos setores que alçaram ao poder naquele contexto histórico. A construção da nova capital ao sugerir a integração do território nacional e simbolizar a modernidade do que posteriormente seria qualificado como "anos dourados" ganharia contornos de "meta síntese" do governo Kubitschek. Em suma, o êxito do Plano de Metas é inegável, e para muitos contemporâneos o desenvolvimento econômico orientado pelo nacional-desenvolvimentismo de JK correspondia, certamente, à "revolução industrial brasileira".

O pensamento econômico da Cepal

Organismo regional ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi fundada em Santiago do Chile, em 1949, e se constituiu como a mais importante escola de pensamento econômico daquilo que então se entendia por "Terceiro Mundo". Os diagnósticos da Cepal para os problemas econômicos latino-americanos serviram de base fundamental para a elaboração das políticas desenvolvimentistas e industrializantes para a região, durante os anos 1950 e 1960. A originalidade do pensamento cepalino está justamente no fato de fornecer aos *policy-makers* (fazedores de política, em uma tradução literal) da periferia latino-americana um enfoque analítico

próprio para pensar as especificidades econômicas da região. A questão fundamental na qual os economistas ligados à Cepal (ou inseridos em seu raio de ação) se debruçariam seria o problema do subdesenvolvimento.

O marco de fundação do pensamento econômico cepalino (também chamada de escola econômica estruturalista latino-americana) pode ser situado nos três ensaios germinais do economista argentino Raul Prebisch: *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*, *Estudos econômicos da América Latina*, 1949, publicados no mesmo ano, e *Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico*, de 1951. Esses três trabalhos compõem o que o economista político José Luis Fiori chama de “manifesto latino americano”, pois desenham a agenda de pesquisa e reflexão teórica da Cepal, para as duas décadas seguintes. O corpo de ideias oferecido por Prebisch transformou-se na matriz de uma escola de pensamento e no fundamento teórico de um projeto e de uma estratégia político-econômica para a América Latina, que vigorou com sucesso, do ponto de vista do crescimento econômico, até o início dos anos 1980, pelo menos nos casos do Brasil e do México. Suas ideias somaram-se a várias outras correntes e projetos de industrialização, que formaram em conjunto, o “caldo de cultura” da ideologia desenvolvimentista da década de 1950 (FIORI, 2001).

Essa tradição estruturalista estabelecida pela Cepal a partir do final dos anos 1940 tem, além de Prebisch, ressonância em relevantes trabalhos de história econômica da região. Cito como destaques *Chile, um caso de desarrollo frustrado* (1956), do economista Aníbal Pinto; *La Economía Argentina*, de Aldo Ferrer, publicado já em 1979; mas principalmente em *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado (BIELSCHOWSKY, 2000). Esta última é tida como uma das maiores obras de história econômica do século XX. Segundo palavras do historiador francês Fernand Braudel, *Formação econômica do Brasil* é uma obra monumental e

original por mesclar com brilhantismo a teoria econômica keynesiana e o enfoque histórico estruturalista, uma estratégia de análise então sem precedentes.

O método histórico estruturalista e a teoria do subdesenvolvimento de Prebisch

Ao longo de mais de seis décadas de existência, a contribuição do pensamento cepalino para as análises dos problemas econômicos latino-americanos é ampla e diversificada, o que nos obriga a recorrer a uma estratégia de formatação de um quadro-síntese sobre as "fases" do pensamento cepalino e seus principais planos de análise. Apesar das transformações ocorridas na realidade histórica observada pelos intelectuais cepalinos, desde os anos 1950 há dois traços fundamentais da construção teórica da Cepal que atravessam todas as fases de seu pensamento: a primeira diz respeito ao método e a segunda está na noção de que as ideias são historicamente datadas. Tais percepções são fundamentais para compreensão do escopo de análise dos trabalhos realizados sobre a égide da Cepal.

No final dos anos 1990, o economista Ricardo Bielschowsky – atual oficial de assuntos econômicos do escritório da Cepal no Brasil – publicou a coletânea *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, trabalho que melhor permite identificar as diferentes etapas que atravessam o "pensamento cepalino", desde os trabalhos pioneiros de Prebisch e Furtado na Cepal, já no limiar da década de 1950. Apesar do objeto desta aula ser a contribuição estruturalista em um dado contexto histórico, a década de 1950, vale ao menos esboçar em linhas muito gerais as fases da escola de pensamento econômico cepalino, entre as décadas de 1950 e 1990, apontando as suas preocupações centrais:

- 1948-1960 – 1ª fase/industrialização por "substituição de importações" das economias latino-americanas e compreensão da deterioração dos termos de intercâmbio,

na medida em que as economias latino-americanas caracterizam-se por serem exportadoras de gêneros agrícolas primários. A preocupação com a ausência de uma integração regional.

- 1960 – 2ª fase/reformas. Reforma agrária e preocupação com a concentração de renda proporcionada pela estratégia e opção industrial da década anterior. Compreensão do caráter dependente das economias industrializadas latino-americanas.
- 1970 – 3ª fase/dependência, endividamento perigoso e insuficiência exportadora. Nesta fase, o foco das análises cepalinas está direcionado ao estilo de crescimento e às estruturas de produção e distribuição das economias da região. A preocupação com as estruturas de poder também começam a ser visíveis, dado o contexto autoritário que marcava a região.
- 1980 – 4ª fase/asfixia financeira. Nesta fase, apresentam-se como alternativas ao pensamento econômico neoliberal ortodoxo, que começava a se tornar hegemônico no debate mundial, as análises *heterodoxas* oferecidas pelos economistas estruturalistas ligados à Comissão: ajuste fiscal com crescimento; oposição aos choques do ajuste; necessidade de elaboração de políticas de renda e eventual conveniência dos choques para estabilização da inflação. A principal proposta aos *policy-makers* latino-americanos é a renegociação da dívida externa para ajustar o crescimento.
- 1990-1998 – 5ª fase/percepção de ineficiência da especialização exportadora adotada por cada economia da região e da vulnerabilidade das economias latino-americanas ao intenso fluxo do movimento de capitais. Vulnerabilidade esta que se deu, em boa parte, pela implementação das políticas econômicas que retiraram do

Estado poder regulatório sobre os capitais. Nesta fase, síntese das "ideias-força" apresentadas pela Cepal apontavam para a implementação de políticas de fortalecimento da transformação produtiva com ênfase na distribuição da renda (BIELSCHOWSKY, 2000).

- Nos primeiros anos do século XXI, o pensamento cepalino foi atravessado por uma perspectiva de elaboração de análises pós-neoliberais e privatistas que marcaram as economias da região. Os documentos da Comissão e os ensaios mais significativos de economistas estruturalistas nos últimos anos apontaram sempre na direção da reconstrução do Estado, acentuando uma agenda de desenvolvimento socialmente inclusivo (CEPAL, 2010).

Quanto ao método, o enfoque histórico estruturalista indutivo foi característica comum dos ensaios e obras em geral dos economistas latino-americanos ligados à Cepal. A opção metodológica adotada por eles se explica pela necessidade de se contrapor metodologicamente à Teoria Econômica clássica, marcada por seu enfoque abstrato-dedutivo, elaboradores de esquemas de análises rígidos, esquemáticos e, por sua vez, a-históricos. O método histórico-indutivo da Cepal abriga um método de produção de conhecimento profundamente atento ao comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições (BIELSCHOWSKY, 2000). Outrossim, essa opção metodológica também se explica pela inclinação cepalina, inaugurada por Prebisch em 1949, em elaborar um diagnóstico das questões relativas à profunda transição das economias subdesenvolvidas, do modelo essencialmente agroexportador para o modelo urbano industrial. O olhar histórico das análises cepalinas buscava se debruçar sobre as transformações empíricas que se operavam na região. Esse é o contraponto fundamental aos economistas neoclássicos: observar a realidade empírica para então explicá-la, e não elaborar modelos teóricos nos quais essa mesma realidade deveria se encaixar.

Em linhas gerais, atravessam o pensamento cepalino, em mais de seis décadas de existência, quatro traços analíticos comuns (BIELSCHOWISKY, 2000):

I – O enfoque (método histórico-estruturalista), conforme mencionado acima.

II – A análise da inserção internacional dos Estados latino-americanos.

III – A análise dos condicionantes estruturais internos das economias latino-americanas (as análises estruturalistas em todas as suas fases que buscariam observar as condições estruturais para o crescimento da economia e do progresso técnico, bem como das relações entre estes, o emprego e a distribuição da renda.

IV – A análise das possibilidades das necessidades da ação estatal.

Relativa à análise da inserção dos Estados latino-americanos, a tradição estruturalista latino-americana se ocupou da tarefa de retirar o conceito de “periferia” do senso comum e o introduziu na compreensão da economia política dos países da região. Seu ponto de partida, segundo Fiori, foi a crítica à teoria do comércio internacional da economia política clássica – e que estabelece a lei das vantagens comparativas entre os países que atuam na divisão internacional do trabalho. Uma das contribuições mais originais da teoria estruturalista foi a introdução de uma visão sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo, em escala mundial.

Sistema econômico global e hierarquizado, cujo impulso dinâmico, desde a revolução industrial veio de seu centro cíclico principal, que esteve na Inglaterra, ao longo do século XIX, e passou para os EUA, no século XX. São esses centros cíclicos que impõem os padrões de comércio e desenvolvimento desiguais e hierarquizados, que dão origem à periferia do sistema (FIORI, 2001).

Esse dualismo centro-periferia se constitui num aspecto fundamental da tradição estruturalista cepalina. Prebisch, Furtado e a plêiade de intelectuais sob a égide dessa escola estruturalista atribuíram um significado muito preciso à noção de "periferia" ao associá-la à dinâmica cíclica da economia mundial. As "vantagens comparativas do livre comércio" da teoria econômica neoclássica seriam contrapostos à noção de deterioração dos "termos de troca", que importaria às economias primárias exportadoras (como a brasileira até os anos cinquenta) a condição de periféricas no capitalismo mundial.

Outrossim, observemos a inequívoca relação entre o tipo de inserção das economias (periféricas) latino-americanas na Divisão Internacional do Trabalho e sua respectiva condição de subdesenvolvimento. As análises dos condicionantes estruturais internos das economias da América Latina, preocupação essencial do esforço teórico cepalino, se condicionam à forma como a região se inseriu no capitalismo mundial desde o século XIX. Neste sentido, a compreensão do capitalismo latino-americano fica ininteligível, caso não leve em conta essa especificidade. Um tipo de inserção liberal ao capitalismo mundial, liderado primeiramente pelos britânicos e posteriormente pelos Estados Unidos, explica a condição periférica das economias latino-americanas. Para os primeiros estruturalistas (entenda-se Raul Prebisch e Celso Furtado), este é o ponto de partida da explicação da forma e do ritmo do crescimento econômico, da difusão desigual do progresso tecnológico, da dualidade das condições de desemprego estrutural e da concentração de renda e de riqueza típica das economias da região (FIORI, 2001). Em suma, nessa perspectiva de análise, o subdesenvolvimento econômico latino-americano não é, e nem poderia ser, uma etapa do desenvolvimento histórico da região. A condição de "periferia" que marca as economias latino-americanas é produto essencial do desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial. Sem utilizar propriamente a expressão sistema (cara a estruturalistas de uma segunda geração), Furtado já apontava, em 1961, uma crítica pertinente à compreensão do problema do subdesenvolvimento,

assinalando também uma visão crítica à estratégia desenvolvimentista industrializante dependente e associada ao capital estrangeiro, da segunda metade dos anos 1950:

O subdesenvolvimento não constitui etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e diferentes estágios. (...) Como fenômeno específico que é o subdesenvolvimento requer esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar por analogia a experiência das economias desenvolvidas. Problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento (FURTADO, 1961 apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 23).

A crítica exposta acima extraída do livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, publicado por Furtado em 1961, apresenta o primeiro esforço em se fazer uma análise precisa sobre a condição de subdesenvolvimento da economia brasileira, a despeito da existência de um ciclo virtuoso de crescimento e industrialização como o que ocorrera no país, no período JK. Diria a economista Maria da Conceição Tavares, em um belo tributo a Celso Furtado, décadas mais tarde, que “neste livro já estava o germe da crítica ao modelo de desenvolvimento industrial optado na 2ª metade da década de 50” (TAVARES, 2004).

E, por último, mas não menos importante, a atuação efetiva do Estado numa dada estratégia de desenvolvimento econômico também se constitui como traço fundamental da escola cepalina. Influenciados em parte pelo nacionalismo econômico alemão do século XIX, em especial dos esforços do teórico Friederich List. À primeira vista, o projeto econômico dos estruturalistas latino-americanos (em especial, no que tange à atuação do Estado) parece irmão siamês das ideias

oferecidas por List para a Alemanha recém-unificada (1870-1880). No entanto, a diferença fundamental está na forma com que cada um (estruturalistas latino-americanos no século XX e List, cem anos antes) incorpora a ideia às ideias de "interesse nacional" e "poder nacional". List era um nacionalista e tinha um objetivo claro, que organizava seu projeto econômico: a construção e fortalecimento do Estado alemão. Os estruturalistas da América Latina não tinham, ou não podiam ter, esse objetivo (FIOIRI, 2001). Os esforços e a elaboração teórica-analítica dos estruturalistas cepalinos, em geral, sempre tiveram como pressuposto o conceito de interesse nacional, sem levar em consideração (ao contrário do que fizera List no século XIX) a competição e as rivalidades políticas entre os Estados.

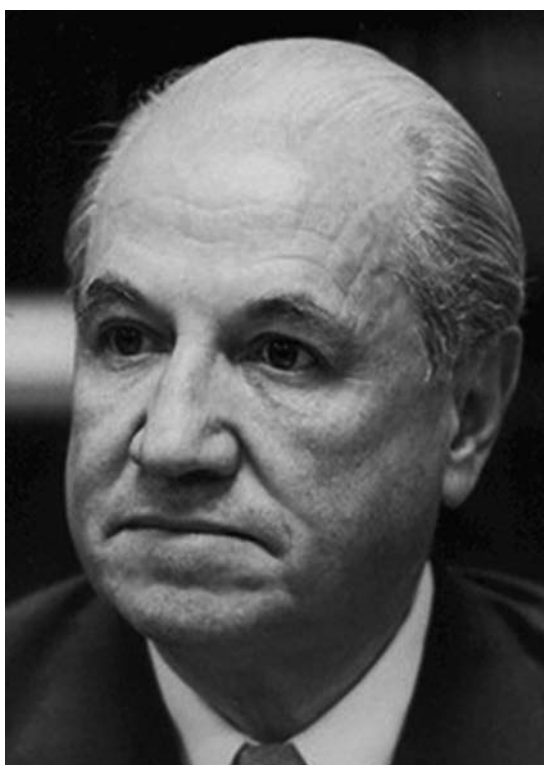


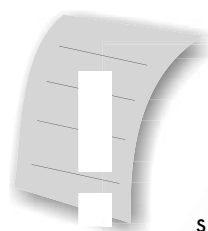
Figura 8.2: Raul Prebisch (1901-1986), fundador e pioneiro das análises econômicas estruturalistas da Cepal.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ra%C3%BA_Prebisch.jpg x



Figura 8.3: Celso Furtado (1920-2004), um dos mais destacados intelectuais brasileiros no século XX. Furtado é a maior referência da escola econômica estruturalista latino-americana no país. Autor do mundialmente celebrado *Formação econômica do Brasil* (1959). Numa de suas últimas análises sobre a realidade brasileira, marcada no final dos anos 1990 pelas reformas econômicas neoliberais, Furtado afirmava laconicamente: “Nunca foi tão grande a distância entre aquilo que somos e aquilo que poderíamos ter sido.”

Fonte: <http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/3/artigo13452-1.php>



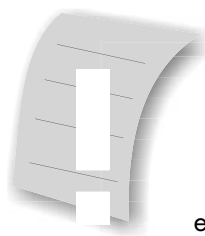
A unificação da Alemanha

Processo ocorrido na segunda metade do século XIX, mais especificamente entre 1870 e 1880, simbolizou a formação política e territorial do Estado Alemão. Neste processo, os nacionalismos político e econômico caracterizaram a formação do Estado Nacional. Friederich List foi o principal teórico econômico da consolidação desse Estado Nacional, propondo para fortalecimento estatal, a adoção de políticas mercantilistas e de proteção à economia do país.

Esta noção de Estado como indutor de uma determinada estratégia elaborada para o desenvolvimento econômico/industrial reflete-se, na prática, em diversos momentos no Brasil dos anos 1950. A segunda metade dessa década é, em especial, esclarecedora, no que tange à presença e contribuição dessas análises estruturalistas cepalinas. Como já dissemos, o próprio Plano de Metas do governo JK, elaborado numa parceria entre BNDE e Cepal, evidencia tal contribuição dos estruturalistas latino-americanos. A novidade trazida pelos cepalinos foi a implementação de técnicas de planejamento na formulação de direcionamento das políticas econômicas industriais/desenvolvimentistas do período. O Estado assumia, então, um papel de direção da estratégia de desenvolvimento optada, criando condições propícias para a paralela expansão do setor privado, forçando também a criação de uma sólida poupança interna para consolidação de um mercado interno que atendesse essa expansão da produção industrial.

O ângulo cego dessa teoria pode ser percebido a partir das dificuldades que os primeiros estruturalistas cepalinos latino-americanos tiveram para entender o Estado por um viés de análise político *stricto sensu*. Em nenhum desses primeiros esforços teóricos de análise, citados anteriormente, houve a preocupação em se compreender as composições políticas que integram o Estado, este sendo sempre compreendido como uma abstração. Fortemente influenciados por uma forma de pensar o fenômeno do subdesenvolvimento (e o desenvolvimento econômico propriamente dito) na qual priorizam a inovação e a difusão tecnológica. Para o estruturalismo latino-americano estas ocupam lugar central na análise da hierarquização do sistema mundial. Os estruturalistas da Cepal, nos anos 1950 e 60 não encararam de frente o problema da política, das classes e do poder. As análises cepalinas sempre supuseram um comportamento clássico (como fora o do empresariado europeu, na segunda metade do século XIX, para fortalecimento das economias nacionais) do empresariado brasileiro. Deixou de lado as divergências, a contradição de classes e segmentos de classes da

burguesia latino-americana, que na luta política fazem – ou buscam fazer, como qualquer outra – prevalecer seus interesses corporativos mais imediatos. Negligenciou-se o problema das coalizões de poder e as opções políticas a serem adotadas num determinado contexto histórico, na medida em que o Estado sempre apareceu como uma construção ideológica idealizada, na qual a natureza das relações de poder, que formam esse Estado, nunca eram levadas em consideração (FIORI, 2001). Esse “ângulo cego” do esforço de análise dos primeiros estruturalistas latino-americanos custou caro, se refletindo decisivamente nas dificuldades que estes mesmos economistas estruturalistas tiveram em fornecer interpretações mais amplas sobre a perenidade da condição de subdesenvolvimento latino-americano, bem como apontar caminhos e possibilidades para superação dessa condição de “periferia” que marca as economias da região.



Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

A ideia de se criar uma instituição que cuidasse especificamente dos problemas econômicos do semiárido nordestino se coaduna com os pressupostos de análise econômica da escola estruturalista latino-americana e com o “peso” que o economista Celso Furtado adquiriu na formulação das políticas econômicas do governo JK. Integrante, desde 1956, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) ligado ao BNDE, Furtado foi indicado pelo próprio JK, em janeiro de 1959, para elaborar um plano de política econômica para a região. Trinta dias após esse encontro, Furtado elaborou uma política de desenvolvimento para o Nordeste que propunha, entre outras medidas, a reformulação das diretrizes para uso dos solos e da água na região

semiárida, abertura de frentes de colonização, incremento à industrialização e uma solução imediata para o problema da oferta de energia elétrica. Em depoimento, dado décadas mais tarde, o próprio Furtado relatou a euforia de JK com as soluções apresentadas para os problemas da região e lamentava o fato de não ter tido a oportunidade anterior de não ter ouvido o economista. Furtado chegaria a publicar, em 1959, o livro *Operação Nordeste*, uma síntese de seus estudos para o Nordeste brasileiro. Para execução desse plano de desenvolvimento, foi instituído o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), que meses mais tarde ganharia maiores dimensões e se transformaria na Sudene, dirigida pelo próprio Furtado e sediada em Recife (PE).



Atende ao Objetivo 1

1. Do ponto de vista político e das propostas de desenvolvimento econômico possíveis na segunda metade da década de 1950, identifique duas propostas apresentadas pelo pensamento econômico cepalino para o Brasil da Era JK.

Resposta Comentada

Os esforços e diagnósticos elaborados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe se refletiram diretamente na elaboração das políticas desenvolvimentistas adotadas no governo JK. A começar pela própria formulação do Plano de Metas, elaborado a partir da parceria institucional entre técnicos (economistas) da Cepal e do BNDE (hoje BNDES). Além disso, a influência do pensamento econômico estruturalista era visível, refletida na participação direta ou indireta no governo de economistas como Celso Furtado. Os cepalinos trouxeram como principal contribuição a elaboração de técnicas de planejamento econômico elaboradas pela Comissão. No entanto, foram os diagnósticos acerca do subdesenvolvimento brasileiro e as soluções apresentadas para a superação desta condição de “periferia” do capitalismo mundial (industrialização, formação de um sólido mercado interno e efetiva atuação do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico) as grandes novidades trazidas pela “escola” econômica cepalina ao Brasil.

A(s) ideologia(s) isebianas

Além da Cepal, outro espaço para elaboração das perspectivas de desenvolvimento oferecidas naquela dada experiência histórica foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Coube, em especial, a este instituto, a responsabilidade de elaborar uma ideologia desenvolvimentista de cunho nacionalista e arregimentadora de amplos setores que compunham a sociedade brasileira.

É válido grifar que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi preocupação central de importantes estudos dos historiadores Alzira Alves de Abreu e de Caio Navarro de Toledo, no final da década de 1970, em suas respectivas teses de doutoramento. Toledo em *ISEB*:

Fábrica de Ideologias notabilizou-se por proceder a um exame crítico do importante conjunto doutrinário produzido pelos intelectuais reunidos em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O autor em questão consegue tornar inteligível uma produção intelectual diversa, imprecisa e em muitos momentos entrecruzada, como fora a produção intelectual do Iseb. Neste sentido, lançando mão de uma análise minuciosa dos discursos e obras isebianas, Toledo consegue sistematizar a atuação desse instituto na elaboração de uma ideologia que sintetizasse o desenvolvimento almejado para a realidade brasileira. Cumpriu esse papel o nacional-desenvolvimentismo, uma construção ideológica que, através da ação planejadora do Estado e de uma frente política de aliança de classes, nortearia o desenvolvimento proposto para a superação do "atraso" que marcava a realidade brasileira. Em recente publicação, o mesmo autor retorna à temática, recortando precisamente o papel do intelectual isebiano que, ao discutir e diagnosticar os problemas da realidade brasileira, visava intervir diretamente no processo político do país. Discorrendo sobre o binômio *produção intelectual/intervenção na realidade concreta*, o trabalho em questão expõe, dentre outros, artigos de intelectuais do porte de Candido Mendes, Helio Jaguaribe, Joel Rufino dos Santos, José Miglioli, N. W. Sodré, Alzira Alves de Abreu, Luis Carlos Bresser Pereira, além do próprio Toledo, que atua como organizador da publicação.

O Iseb fora criado pelo Decreto nº 37.608 de 14 de julho de 1955, ainda na gestão transitória de Café Filho à frente da presidência da República como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais, egressos do Grupo de Itatiaia (lembre-se da Aula 7), que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.

Apesar das marcantes divergências entre os teóricos desse instituto, dois pontos são considerados chaves na elaboração da ideia de desenvolvimento proposta pelo Iseb: a perspectiva dualista

que perpassava a configuração da sociedade brasileira e a escolha da “burguesia industrial” como o principal agente das transformações, “vanguarda” da “revolução” propugnada para o país. O Iseb identificava dois setores antagônicos na sociedade brasileira, um ligado à agroexportação, entendido como arcaico, tradicional, ligado ao imobilismo social e que se contrapunha ao outro; e outro ligado aos setores urbanos, verdadeiramente dinâmicos do país. O estímulo a estes últimos, segundo os teóricos do Iseb, seria o caminho a ser percorrido para a superação do subdesenvolvimento. Aqui, o Iseb, sem formular uma análise propriamente econômica como feita pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), acabava por compartilhar com a diagnose feita pelos economistas cepalinos para explicar as razões do subdesenvolvimento. Neste sentido, segundo as palavras da historiadora Sônia Mendonça, a solução para o dualismo característico da sociedade brasileira naquele momento estava na via capitalista avançada a ser atingida através do desenvolvimento econômico industrial, e a contradição básica a ser superada, para os teóricos isebianos, estava caracterizada entre a nação e a antinação, o que permitia envolver a todos os setores sociais na tarefa de promover o crescimento (MENDONÇA, 1988). A ideia de pacto entre diferentes segmentos da sociedade, interessados no viés industrialista para superação do “atraso brasileiro”, atravessava, de uma forma ou de outra, as formulações isebianas.

Devemos assinalar que, embora razoavelmente coesa, havia, sob diversos aspectos, muitas divergências nas formulações ideológicas isebianas. Não existia, por exemplo, consenso entre os teóricos do ISEB quanto à participação do capital estrangeiro na promoção do desenvolvimento econômico nacional. Embora tal ideia tenha predominado a perspectiva do segmento mais moderado encarnado, principalmente, nas formulações de Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes, que compreendia o nacionalismo na sua forma instrumental, ou seja, como estratégia em uma dada perspectiva de desenvolvimento. A chamada “ala nacionalista radical”, por outro

lado, também possuía espaço no instituto, embora não hegemônico. Representada por Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, "entendiam não haver lugar irrestrito para o capital estrangeiro; caso isso acontecesse, as decisões políticas de cunho estratégico poderiam certamente escapar ao controle da comunidade nacional" (MENDONÇA, 1988; SODRÉ, 1959). Sem dúvida, à parte a divergência entre os teóricos do Iseb, estava a percepção da necessidade de elaboração de uma ideologia que preparasse a todos para o desenvolvimento.

Ainda no que diz respeito ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a tese de doutoramento de Cecília Pires nos traz importante contribuição para a análise da questão central para as formulações deste instituto: a questão nacional. O trabalho supracitado consiste em uma análise crítica da proposta nacionalista do Iseb, especialmente no que se refere ao nacional desenvolvimentismo. De forma sucinta, para a autora em questão, a ideologia nacionalista que perpassa a produção intelectual do Iseb seria, por excelência, um instrumento inserido numa perspectiva de luta pela emancipação. O nacionalismo seria ao mesmo tempo estruturante e estruturado nos moldes de uma opção ideológica (o nacional desenvolvimentismo), que teria o objetivo primacial de dirigir a nação rumo à superação de seu estado de subdesenvolvimento. Condição de subdesenvolvimento esta, imposta, de forma geral, por "forças colonialistas" externas ao país e superada apenas por uma aliança de classes interessadas no pleno desenvolvimento capitalista do país. Circunscrito a esse projeto, o nacionalismo teria, antes, um papel de mobilizador da ação política, e se constituiria também em um referencial teórico para essa ação política necessária e almejada tanto pelas elites, quanto pelas massas. Outrossim, Cecília Pires conclui em seu trabalho que os isebianos, apesar de possuírem essa tarefa, "pouco avançaram em suas análises a respeito da questão nacional, especialmente no que tange à economia política". Desta opinião também corrobora Caio Navarro de Toledo ao mostrar a evidente incapacidade do

Iseb de perceber a real dimensão e o significado da opção de desenvolvimento dependente e *internacionalizante* adotada para a economia brasileira na segunda metade da década de 1950.

A produção intelectual isebiana ainda perdurou, embora sem o mesmo fôlego, até 1964, quando o instituto foi extinto por força da ditadura militar estabelecida no Brasil após 31 de março de 1964. Extinguia-se através de decreto, em 13 de abril de 1964, um dos espaços mais importantes de elaboração da ideologia nacional desenvolvimentista que, em boa parte, orientou as opções políticas adotadas no país durante quase uma década.



Sugestões de filmes:

Existem dois ótimos filmes sobre o período que você acabou de estudar:

Os anos JK. Uma trajetória política. Brasil. 1980. Dir. Silvio Tendler (Documentário).

O longo amanhecer – Cinebiografia de Celso Furtado. Brasil. 2004. Dir. José Mariani (documentário).

Não é difícil encontrá-los à venda e, com certeza, vão ampliar seu conhecimento sobre esse momento da História do Brasil.



Fonte: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/06/02/pre-estreia/>



Atende ao Objetivo 2

2. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi, sem dúvida, o mais importante espaço de construção ideológica do “ciclo desenvolvimentista brasileiro”, que tão bem caracterizou o período JK no Brasil (1956-1960).

Apresente as características da construção ideológica isebiana, no que se refere:

a) Ao papel do Estado na economia brasileira.

b) Ao dualismo da burguesia agroexportadora/imperialismo x burguesia industrial/desenvolvimento econômico.

Respostas Comentadas

a) Divergências à parte, para os ideólogos do Iseb, o Estado compartilhava com a mesma noção dos economistas estruturalistas da Cepal de que o Estado era um agente fundamental em uma determinada perspectiva de desenvolvimento industrial. Funcionaria como condutor e marco regulador das estratégias de industrialização da economia brasileira. Especificamente acerca do período abordado (segunda metade da década de 1950), o Estado criava condições para facilitar a entrada do capital estrangeiro no país. Tal estratégia internacionalizante e associada de desenvolvimento industrial foi amplamente debatida nas fileiras do Iseb. De forma bastante geral, o instituto convergiu com as opções políticas adotadas pelo governo e acabou por fornecer, em boa medida, a ideologia nacional desenvolvimentista que marcara o período.

b) Os esforços teóricos do Iseb para compreensão do desenvolvimento histórico brasileiro desde o século XIX construíram, via de regra, uma dicotomia entre setores conservadores da sociedade brasileira (ligados às atividades agrárias para exportação e associados ao chamado “imperialismo” britânico e, posteriormente – após a Primeira Guerra Mundial –, ao norte-americano); e, por outro lado, uma burguesia industrial que, associada a setores médios da sociedade, adotaria uma postura progressista, marcada pelo interesse em industrializar o país e tirá-lo da condição de subdesenvolvido. O aluno deverá perceber que, nesta construção teórica-ideológica (insuficiências à parte), a industrialização surge como sinônimo de desenvolvimento econômico e consolidação da soberania nacional.

CONCLUSÃO

A década de 1950 foi especialmente fértil no que tange à elaboração de esforços de análise e opções de ação política para superação do chamado subdesenvolvimento. Na América Latina e no Brasil, a Cepal e o Iseb, respectivamente, foram importantes espaços para formulação de uma explicação histórica/econômica da condição de atraso que marcava (e marca até hoje) as economias

da região. Buscamos situar nesta aula as principais contribuições do que se pode chamar genericamente de “pensamento econômico cepalino” e seus diagnósticos e saídas para a condição de atraso das economias latino-americanas, nos anos 1950. No Brasil, ligado à Cepal e depois fora dela, destacamos a contribuição do célebre economista Celso Furtado na elaboração de uma explicação histórica de longo prazo para o subdesenvolvimento brasileiro, bem como seus esforços políticos concretos no governo JK para elaboração de uma política de caráter desenvolvimentista. Quanto ao Iseb, a despeito das divergências internas entre seus intelectuais, se caracterizou entre 1956 e 1960 como o mais importante locus de produção de uma ideologia “nacional desenvolvimentista”, que serviu de base para as opções de desenvolvimento escolhidas naquela determinada experiência histórica.

RESUMO

A aula apresentou como eixo norteador as contribuições analíticas e ideológicas dos primeiros economistas estruturalistas latino-americanos ligados à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e dos intelectuais nacionalistas do Iseb, que fizeram desse instituto um destacado espaço de elaboração/reprodução da ideologia nacional desenvolvimentista que atravessou a chamada Era JK.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula teremos como objetivo a análise sobre as experiências culturais ocorridas no Brasil nas décadas de 1940 e 1950.

História do Brasil III

Referências

Aula 1

ANTONIO Gramsci. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 165-167.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORONELISMO. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 2. p. 1598-1600.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. 497 p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FEDERALISMO. In: AIXKIN, Charles. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 471-472.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910). In: _____. (Coord.) *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: FAPERJ, 2004. p. 9-57.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do império*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Org.). *A República do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

PINTURA no Brasil. In: ARTE nos séculos. São Paulo: Abril Cultural, 1971. v. 8. p. 96.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os economistas).

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism and federalism: a study of the implantation of the Republic in Brazil*. Brasília: Senado Federal; João Pessoa: UFPB, 1978.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Aula 2

ANDRADE, Mario de. *Paulicea desvairada*. São Paulo: Landmark, 2003.

ARRUDA, José Jobson de A. A crise do capitalismo liberal. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O século XX: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2. p. 11-34.

BARBOZA, Marilena Ramos et al. *Religião e pacto das elites após a Revolução de 1930: os seus reflexos na reforma Capanema*. *Dia-logos: revista dos alunos da pós-graduação em história*, Rio de Janeiro, ano 1. n. 1. p. 49-62, 1997. Edição Especial.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb, 1992.

BOMENY, Helena. *Os intelectuais na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BORGES, Vavy P. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BRASIL. Presidente (1919-1922: Epitácio Pessoa). *Mensagem dirigida ao Sr. Artur da Silva Bernardes em 05 de julho de 1922 informando a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana – Movimento Tenentista [telegrama]*. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1922.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

DE DECCA, Edgard de. *1930, o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FAUSTO, Boris. *Trabalho social e conflito urbano*. São Paulo: Bertrand, 2000.

_____. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reação republicana e a crise política dos anos 20*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1. p. 10-23, 1993.

_____. *A república na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a república: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Edunb, 1993.

IDEOLOGIA. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 183-187.

IDEOLOGIA. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb. 1992. v.1. p. 585-597

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1977.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992.

PRESTES, Anita L. *A coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas)

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELLOSO, Mônica. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.

VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Aula 3

ABREU, A. A. de; BELOCH, I. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1984.

BESKOW, Gabriela C. *A arqueologia do trabalhismo: a gestão de Agamenon Magalhães no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-1937)*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos C. Ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930 e as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Aula 4

AMARAL, A. *Estado autoritário e realidade nacional*. Ebooklibris. 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html>>. Acesso em: 05 abr. 2010.

BARROS, Orlando de. *Custódio Mesquita: um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

CHAVES, Luis Guilherme. Azevedo Amaral. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro, pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1996. CD-ROM.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. O estado novo: estruturas de poder e relações de classe. In: FAUSTO, B. (Org.). *História*

- geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2005.
- LEOPOLDI, M. Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 2.
- MACHADO, Mário. *Ideologia, socialização política e dominação*. *Dados de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 1980.
- MARTINS, L. *Pouvoir et développement économique*. Paris: Anthropos. 1976.
- MENDONÇA, S. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930 e as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PRIORE, M.; NEVES, Maria de Fátima; ALAMBERT, F. *Documentos de história do Brasil: de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997.
- VIANNA, O. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974. 2. v.
- VIANNA, O. *O Idealismo da constituição*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1927.

Aula 5

-
- ABREU, Alzira Alves de. Verbete: Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE). In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 2. p.1549.
- ABUD, Katia. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na era Vargas. *Revista Brasileira de História: (Dossiê Ensino de História)*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-113, 1998.
- ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. Estado novo: projeto pedagógico e a construção

do saber. *Revista Brasileira de História: (Dossiê Ensino de História)*, São Paulo, v.18, n. 36, p. 137-159, 1998..

AZEVEDO, Lia Calabre. Verbete: Rádio Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 4. p. 4870-4872.

BARROS, Orlando. *Custódio Mesquita: um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

BEISEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In.: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História geral da civilização Brasileira: (Economia e Cultura, 1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984. v.4. t. 3. p. 381-416.

BRANDI, Paulo. Verbete: Gustavo Capanema. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 1. p. 1056-1063.

CUNHA, Luis Antonio; COSTA, Marcelo. Verbete: União Nacional dos Estudantes. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 5. p. 5846-5851.

DÂNGELO, Newton. Ouvindo o Brasil: o Ensino de História pelo Rádio – décadas de 1930/1940. *Revista Brasileira de História: (Dossiê Ensino de História)*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 161-184, 1998.

GOIS FILHO, Joaquim Faria; MOREIRA, Núbia. Verbete: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 5. p. 5365-5366.

GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Org.). *A República do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002. p. 385-450.

LACERDA, Aline Lopes de. A 'Obra Getuliana' ou como as imagens comemoram o regime. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 241-263, 1994.

LOURENÇO FILHO. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Melhoramentos, 1976. v. 13. p. 7003-7004.

POMAR, Wladimir. *Era Vargas*. São Paulo: Ática, 1998.

SIQUEIRA, Carla. Verbete: Rádio MEC. In: ABREU, Alzira Alves de. et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 4. p. 4868-4870.

VASCONCELLOS, Gilberto. A malandragem e a formação da música popular brasileira.

In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*: (Economia e Cultura, 1930-1964). São Paulo: Difel, 1984. v. 4. t. 3. p. 501-523.

VILLA-LOBOS. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Melhoramentos, 1976. v. 20. p. 11442-11444.

Aula 6

.....
ALMEIDA JUNIOR, Antonio Mendes de. Do declínio do estado novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1983. p. 225-255.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo*: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *A UDN e o udenismo*: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Coleção Estudos brasileiros).

BOITO JR. Armando. *O golpe de 1954*: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Tudo é história).

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. *Constituições do Brasil* (1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações). Brasília, 1986. p. 261-263.

CAFÉ Filho. In: DICIONÁRIO histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 2. p. 917-924.

CARLOS Lacerda. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 3. p. 2979-2990.

CARONE, Edgard. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, [19-].

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-99. (Coleção As esquerdas no Brasil).

LUÍS Carlos Prestes. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 4769-4787. v. 4.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- MORAES, Fernando.. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PARTIDO Comunista Brasileiro. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 4. p. 4260-4279.
- PARTIDO Social Democrático. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 4. p. 4382-4394.
- PARTIDO Trabalhista Brasileiro. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 4. p. 4419-4430.
- SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil). p. 309-333.
- SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o partido da classe operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil). p. 101-140.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- UNIÃO Democrática Nacional. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 5836-5843. v. 4.
- VARGAS, Getúlio. *A política nacionalista do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964. Discursos.
- VARGAS, Getúlio. *Carta testamento. 24 ago. 1954*. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cartatestamento.html>>. Acesso em: 05 jul. 2010.
- VIANA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 195-216.

Aula 7

- CARDOSO, Fernando Henrique. Hegemonia burguesa e independência econômica. In: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil tempos modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, J. *O Imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular: 1946-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

GERMANI, G. *Política e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-58.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JAGUARIBE, H. *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

_____. Estabilidade social pelo colonial-fascismo? In: FURTADO, Celso. (Org.). *Brasil tempos modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-378.

SCHWARZMAN, S. *O Pensamento nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1981. (Biblioteca do pensamento político republicano, 6).

TELLA, Torquato di. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v. 3.

WEFFORT, F. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, ano 1, n. 1-2, 1978-1979.

_____. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil tempos modernos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 4, 1973.

_____. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco*. São Paulo: CEBRAP, 1972. (Cadernos CEBRAP, 5)

MANUAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS:

ALENCAR, F. et al. *História da sociedade brasileira*. 18. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1994.

GISLANE; REINALDO. *História: ensino médio*. São Paulo: Ática, 2008.

RODRIGUE, Joelza E. *História em documento: Imagem e texto: 8ª série*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2002.

Aula 8

ABREU, Alzira Alves. *Nationalisme et action politique au Brasil: une etude sur L'Iseb*. 1975. Tese (Doutorado) - Université René Descartes, Paris, 1975.

BÁRCENA, Alicia. *La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir*. Presentación del documento. Santiago de Chile: CEPAL, 2010.

BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O desenvolvimento como missão. In SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de. (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. São Paulo: Manole;. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2007. p. 63-80.

FIORI, José Luiz. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MOREIRA, Vânia Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. v. 3.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

PIRES, Cecília. *O ISEB e a questão do nacionalismo*. Tese (Doutorado) - Departamento de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

SODRÉ, Nelson. Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. (Org). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do iseb*. São Paulo: Revan, 2005.



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense
UFF



UNIRIO



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

